# MOVIMENTO

## CRÍTICA, TEORIA E AÇÃO

ANO 1. N. 2. JUL/SET. 2016

# MOVIMENTO

## CRÍTICA, TEORIA E AÇÃO

ANO 1. N. 2. JUL/SET. 2016

# MOVIMENTO

## CRÍTICA, TEORIA E AÇÃO

ANO 1. N. 2. JUL/SET. 2016

EDITORA
MOVIMENTO

**Editores:** Etevaldo Teixeira e Roberto Robaina
**Diretor:** Thiago Aguiar
**Responsável:** Movimento Esquerda Socialista

**Projeto gráfico:** Adria Meira
**Diagramação:** Raquel Saim
**Revisão:** Thiago Aguiar e Charles Rosa
**Capa:** Raquel Saim
**Traduções e transcrições:** Charles Rosa, Eduardo Botelho, Nicolás Calabrese, Pedro Enrico e Theo Louzada

**Periodicidade:** Trimestral
2ª edição 2016

**Autores que contribuem nesta edição:**
Bernardo Corrêa
Camila Goulart
Giovanna Marcelino
Israel Dutra
Juliano Niklevicz
Luciana Genro
Maycon Bezerra
Pedro Fuentes
Samara Castro
Thiago Aguiar

Movimento : crítica, teoria e ação / Movimento Esquerda Socialista. ano 1, v.1, n.2 (jul./set.2016) - Porto Alegre : Movimento, 2016.

Trimestral.

ISSN 2448-1491

1. Marxismo – Brasil. 2. Marxismo – Mundo. 3. Socialismo. 4. Política – Brasil. 5. Política – Internacional.

CDD 335.4

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Melchionna e Silva
CRB10/1813

Editora Movimento
Rua Bananal, 1679, Bairro Arquipélago
90090-010 - Porto Alegre-Rio Grande do Sul - Brasil

Impresso no Brasil
2016

# ÍNDICE

**Apresentação** 7
Thiago Aguiar

**INTERNACIONAL: UMA NOVA ETAPA NA AMÉRICA LATINA**

**Notas sobre a América Latina: o fim de uma etapa e o começo de outra** 13
Pedro Fuentes

**ENTREVISTA COM BHASKAR SUNKARA**

**"Nos Estados Unidos, há uma nova geração mais aberta às ideias de esquerda e socialistas"** 55
Thiago Aguiar

**ELEIÇÕES 2016: POSSIBILIDADES ABERTAS PARA OS SOCIALISTAS E A LUTA CONTRA A "LEI DA MORDAÇA"**

**Os socialistas e as eleições - um debate atual** 73
Camila Goulart e Israel Dutra

**Nossa luta por democracia real em Porto Alegre** 97
Luciana Genro

**A "lei da mordaça" e os retrocessos na legislação eleitoral brasileira: impactos e expectativas** 101
Samara Castro

**3 ANOS DEPOIS, ECOS DE JUNHO DE 2013**

**Marxismo e lutas setoriais: reconectando a relação entre as partes e o todo** 119
Giovanna Marcelino

**As Jornadas de Junho e a luta dos trabalhadores** 141
Bernardo Corrêa

**DOCUMENTOS**

**Una respuesta necesaria a "Un vendaval oportunista recorre el mundo"** 163
Pedro Fuentes

**Construindo um movimento por um novo partido com influência de massas** 177
Coordenação Nacional do MES

**TEORIA: GRAMSCI, MARCUSE E A EDUCAÇÃO**

**Ideologia, política radical e os desafios da educação nas reflexões de Antonio Gramsci e Herbert Marcuse** 195
Maycon Bezerra e Juliano Niklevicz

## Apresentação

Thiago Aguiar [1]

Dando sequência ao esforço de elaboração e publicação iniciado em nosso primeiro número, lançamos a segunda edição de *Movimento – Crítica, Teoria e Ação*. Antes de tratar dos temas presentes nas páginas a seguir, é importante valorizar e agradecer a boa acolhida que nossa publicação recebeu, em particular no interior da militância de nossa corrente, o Movimento Esquerda Socialista, mas também em eventos de lançamento públicos por todo o país, reunindo apoiadores, intelectuais amigos e camaradas de outras organizações, do PSOL e de fora do partido, com quem pudemos abrir debates e lançar pontes para o diálogo e a construção futura. Pensamos que este é o principal objetivo da publicação e neste caminho queremos seguir.

Claro que ainda há muito a avançar: precisamos fazer a revista chegar a mais lugares, com melhor tiragem, mais círculos de debate e atividades públicas. Também achamos que nossos camaradas podem se apropriar ainda mais da publicação, propondo temas e tomando a iniciativa de refletir e elaborar. Nesse número, tal esforço já é visível.

Abrimos este segundo número com um artigo de fôlego de Pedro Fuentes sobre a mudança de etapa na América Latina, após o fim do ciclo conduzido pela direção lulista e do Foro de São Paulo, bem como do madurismo na Venezuela. Trata-se de uma discussão fundamental, um balanço do longo período anterior e uma reflexão necessária para armar nossa intervenção não apenas no Brasil, mas em todo o subcontinente latino-americano, destacando a importância da construção de um "terceiro campo" claramente demarcado da direita clássica atrelada ao imperialismo que ganha força e retorna ao governo em alguns países, bem como das direções do autoproclamado "progressismo" que foi a pique por suas próprias contradições e escolhas.

1 Sociólogo, diretor da revista Movimento e militante do MES.

Na sequência, aparece a entrevista realizada com Bhaskar Sunkara, editor da *Jacobin Magazine*, a já influente revista que congrega o melhor do pensamento de esquerda e do ativismo estadunidenses, com alcance mundial e diálogo com intelectuais e dirigentes socialistas. Bhaskar falou sobre as oportunidades abertas pelo movimento ao redor da campanha de Bernie Sanders, ainda em andamento no momento da entrevista, além de mostrar sua relação com uma nova geração de jovens naquele país que se identificam como socialistas e realizam experiências em novos movimentos – como o "Black lives matter", a luta pelo salário mínimo de 15 dólares por hora e o "Occupy Wall Street". Uma entrevista útil para localizar as dificuldades e possibilidades abertas para a construção de uma alternativa de esquerda na principal potência capitalista, motivo mais do que suficiente para interessar toda a vanguarda mundial.

Nessa edição de inverno, às vésperas das eleições municipais de 2016, publicamos artigo de Camila Goulart e Israel Dutra, originalmente elaborado como subsídio a uma escola de quadros da regional gaúcha do MES, que tratou do papel dos socialistas nas eleições, de como os revolucionários devem lidar com o parlamento e dos desafios que se abrem para nossa corrente a partir da possibilidade concreta de vencer a eleição para a prefeitura de Porto Alegre com Luciana Genro. Aliás, Luciana escreve na sequência sobre sua recente experiência em Madri, onde pôde dialogar com Manuela Carmena, prefeita da cidade eleita por uma coalização com protagonismo de Podemos e parte do movimento de "prefeituras da mudança" que há no país. Luciana trata da necessidade de governar através da participação popular e de que o povo tenha canais de decisão para além do simples voto durante a eleição municipal: este é um dos eixos de sua campanha para compartilhar a mudança em Porto Alegre.

A companheira Samara Castro, advogada do PSOL do Rio, por sua vez, assina artigo sobre o retrocesso trazido pela "lei da mordaça" de Cunha, sancionada por Dilma, que visa à diminuição do espaço para a esquerda socialista num momento em que esta pode fortalecer-se diante da crise do regime. Samara detalha as mudanças em curso e as relaciona com os temas clássicos sobre a relação entre política revolucionária e democracia burguesa.

Em junho, as jornadas de 2013 completaram 3 anos sem que seus efeitos e determinações ainda possam ser vislumbrados com toda a clareza. Este evento, que é o principal marco da conjuntura atual do Brasil, segue tendo ecos. Por isso, publicamos excelente artigo da socióloga Giovanna Marcelino, militante do MES-SP, sobre o marxismo e as lutas setoriais, tema por si só relevante, mas que ganha ainda mais importância à luz da força que o movimento de mulheres conquistou no último período. Giovanna historiciza a ascensão do pensamento pós-moderno e a ofensiva contra o pensamento marxista nas últimas décadas. Uma aula que merece ser lida por todos os que tiverem este número de *Movimento* em suas mãos.

O companheiro Bernardo Corrêa, por sua vez, explora outro tema fundamental: a relação entre Junho e a luta dos trabalhadores, analisando dados sobre o número de greves desde então e entrando no debate sobre os significados das Jornadas de Junho para a classe trabalhadora brasileira.

Nesse segundo número de *Movimento*, mantemos a seção de documentos, em que resgatamos dois materiais de 2004 escritos durante os intensos meses de organização do que seria o PSOL após a expulsão dos "radicais" do PT. Um deles, em espanhol, é uma polêmica de Pedro Fuentes com o artigo *Um vendaval oportunista corre o mundo*, de Martín Hernandez, dirigente do PSTU e da LIT. O outro é um documento da Coordenação do MES sobre a estratégia que orientava a corrente na construção do novo partido: a necessidade de levantar uma oposição de esquerda ao PT que almejasse ter influência de massas. Republicar estes materiais de mais de dez anos tem grande valor num momento em que se apresenta à esquerda socialista brasileira com ainda mais força a necessidade de construir uma alternativa à esquerda diante da

*débâcle* petista, após anos de governo com a grande burguesia e seus representantes políticos corruptos. O significado do *impeachment* de Dilma, através de um golpe parlamentar e palaciano, ainda será objeto de muito debate, mas a necessidade de dar passos em direção à reorganização da esquerda, à luz dessa experiência frustrada, já aparece com grande força, trazendo mudanças, reagrupamentos e reorientações entre os revolucionários. Acreditamos firmemente que nas elaborações da fundação do PSOL, ainda que bastante insuficientes para dar as respostas de que necessitamos hoje, há elementos fundamentais para seguirmos adiante.

Encerrando esta edição, na seção de teoria, está o artigo dos camaradas Maycon Bezerra e Juliano Niclevicz, docentes do IFRJ e da UFRJ respectivamente, que se debruçaram sobre as reflexões de Antonio Gramsci e de Herbert Marcuse sobre a educação. Este esforço, de diálogo aberto com autores clássicos do marxismo, merece ser saudado.

"E vamos de novo!"

Boa leitura!



# **INTERNACIONAL:** UMA NOVA ETAPA NA AMÉRICA LATINA

# Notas sobre a América Latina: o fim de uma etapa e o começo de outra[1]

Pedro Fuentes[2]

Estamos no fim de uma era na América Latina e já entramos no início de outra, da qual podemos definir algumas características – em que pese a existência de muitas incertezas. Ao mesmo tempo, constatamos o fim de um ciclo de direções e de governos que surgiram neste período, do social- liberalismo petista ao bolivarianismo deformado no bonapartismo de Maduro.

Como toda nova etapa é desigual, também apresenta contradições. O novo que está surgindo carrega parte do velho, não liquidado automaticamente. De modo incrível, pela primeira vez nas últimas duas décadas (desde que o MAS da Argentina tornou-se o mais forte partido trotskista da América Latina e, talvez, do mundo naquele momento), a nossa corrente está no olho do furacão em vários lugares: intervindo em processos objetivos na Venezuela, Brasil, Argentina e, especialmente, no Peru. Ao contrário do MAS daquele período, agora fazemos parte de processos mais amplos, de coalizões que não têm todo o nosso programa, como a FA do Peru, o PSOL no Brasil, e mesmo o Marea Socialista.

Pensamos que isso não ocorreu por mero acaso, mas porque tivemos a compreensão de que se abria um novo período de reagrupamento e de processos mais amplos. Também não é por mera casualidade que aqueles que se agarraram ao esquema do MAS (corretíssimo nos anos 80) não têm agora grandes progressos, vegetam ou apresentam crises. Mas nada está resolvido e não possuímos uma "bola de cristal". A atual realidade latino-americana tornou-se complexa. Nós estamos diante do grande desafio de tentar entendê-la com todas as suas características e de tentar nos prover da melhor política

1 Tradução: Eduardo Botelho, Nicolás Calabrese e Theo Louzada. Revisão: Charles Rosa.
2 Dirigente do PSOL e do Movimento Esquerda Socialista.

para seguir avançando.

No Peru, estamos numa nova situação qualitativa, porque a Frente Ampla e Veronika Mendoza surgiram como uma nova alternativa de massas, conosco na direção. De fato, trata-se de um terceiro campo na política peruana, a ponto de o apoio crítico de Veronika ter sido um fator decisivo na vitória de Kuczynski contra o campo de Keiko Fujimori.

No Brasil, idem: o PSOL tem grandes possibilidades de disputa em Belém com Edmilson Rodrigues, no Rio com Marcelo Freixo (que acaba de fazer um ato muito representativo com mais de 5.000 pessoas), em Porto Alegre com Luciana Genro. Há todo um simbolismo e um imenso fato político na possibilidade de ganhar em alguns desses lugares. Além disso, o PSOL concorre com chances de vencer em locais como Itaocara com Gelsimar Gonzaga (reeleição), Niterói com Flávio Serafini, Sorocaba com Raul Marcelo e avançar em São Paulo com Erundina. No caso de Porto Alegre, uma vitória significaria recuperar para a esquerda mundial um espaço construído pela mesma na década de 90.

Além disso, nossa política na Venezuela marca uma mudança qualitativa em relação à anterior, nos diferenciando do burocratismo-estalinista de Maduro e da direita, o que desembocou em ganhos e adesões para Marea Socialista em pelo menos 18 estados.
Nestes países, assim como na Argentina, já está dada, enquanto política geral para a nova situação, a construção um "terceiro campo" que seja uma alternativa à velha esquerda (o velho "progressismo"), à direita reacionária e às forças do imperialismo que estão voltando.

Entender esse processo, com suas contradições, suas desigualdades e combinações em desenvolvimento, é fundamental para nos colocar no novo momento. De maneira alguma, é uma tarefa fácil. O "fim" do velho petismo no Brasil, assim como a degeneração do bolivarianismo na Venezuela (dois modelos diferentes no vértice, mas com pontos de contato), leva também a crises pela ausência quase que total de um modelo alternativo. A crise se expressa também em setores que capitulam para a velha esquerda e, em parte, nos setores que reafirmam posições ultrassectárias. Ao mesmo tempo, como não poderia deixar de ser, há algumas confusões em novos setores da vanguarda.

Por que temos de especificar que significa um "fim" entre grandes aspas? "Fim" para aparelhos do governo, com peso em organizações de massa, o que não significa que a sua extrema debilidade os impeça de se reciclar, assim como de atingir seu peso anterior.

Apesar disso, entendemos que caso alcancemos uma posição clara e diferenciada na luta de classes e nas crises políticas dos regimes que ocorrem no continente, abriremos a possibilidade de criar novas alternativas para um terceiro campo, sem perder de vista as desigualdades entre os países. Por exemplo, não é a mesma situação na Venezuela do que a da Bolívia. O indigenismo boliviano dificilmente será liquidado, o que tem relação com o Peru, onde Veronika Mendonza varreu os votos no sul, região de resistência ao extrativismo. Mais do que nunca, é preciso saber intervir em processos amplos sem descuidar da nossa formação e organização marxista internacionalista.

Esta questão da nova fase e do novo ciclo deve ser o foco do debate da esquerda e da vanguarda. Entramos numa nova etapa latino-americana com as suas incertezas e, simultaneamente, com o aumento de sincronia com toda a situação mundial. Se o estágio anterior na América Latina foi marcado por uma ofensiva contra o imperialismo e, em certa medida, uma retirada de seus projetos mais audaciosos, esta etapa é uma tentativa de avanço do imperialismo e de seus agentes nacionais. Portanto, uma etapa de luta contra novos tipos de governos e resistência a eles. Mas isso ocorre também com um elemento de continuidade: as lutas nunca pararam desde 1998, quando começaram no Equador. Desde então, mesmo que agora elas tenham um signo mais relacionado com resistência, o movimento de massas não se entregou.

Do nosso ponto de vista, a política e o programa para construir ou fortalecer novas alternativas, bem como aprofundar a nossa inserção onde elas existem, são para todos e, por isso, sua forma atualmente é embrionária.

**I – O estágio do processo bolivariano, as suas desigualdade e contradições em toda a América Latina e o "fim" de um ciclo de direções**

Assim, temos trabalhado bastante sobre o ciclo ora findante. É importante ter a maior clareza possível no balanço, uma vez que ajuda a definir melhor o novo que está por vir.

**Na fase que se fecha houve uma mudança na correlação de forças com o imperialismo**

Na nossa corrente, sempre tomamos como referência para definir as diferentes etapas do continente a correlação de forças entre o imperialismo e os movimentos de massa junto com os governos que surgem a partir desta situação. Nessa fase, houve uma mudança geral na correlação de forças com o imperialismo que ocorreu, particularmente, na América Central e na América do Sul, uma vez que no México, apesar da rebelião zapatista, os EUA impuseram o NAFTA que levou o país a uma neocolonização e a uma grave crise de tipo global.

Podemos definir esta mudança como a falência da etapa dos anos 90, dos governos neoliberais genuínos da burguesia pró-imperialista, que surgiram como resultado da crise da dívida em meados dos anos 80. Em suma, eram governos das "democracias entreguistas", conforme categorizou Nahuel Moreno. Desde a superação desses governos, embora o imperialismo tenha se enfraquecido, ele não perdeu todo o controle da situação ou o domínio econômico e politico e as desigualdades da situação lhe permitiram manter acordos bilaterais e ter certo reduto com o NAFTA.

Mas a maior expressão dessa mudança foi a derrota da ALCA, um plano de colonização neoimperial em que os EUA tentaram veementemente garantir seu quintal. Durante este período surgiu um modelo econômico alternativo, que foi o bolivarianismo com a sua alternativa continental da ALBA. Em seguida, veremos as razões desse projeto não poder ter se desenvolvido em escala sul-americana.



**A mudança na correlação de forças foi desencadeada pelos processos insurrecionais iniciadas em 1998 no Equador**

Na verdade, esse período foi aberto pelos tumultos, insurreições e semi-insurreições no Equador, Argentina, Bolívia, Venezuela e outros processos menores como as lutas no Paraguai, Honduras, entre outros. Eram verdadeiros processos revolucionários popular-democráticos, onde a classe trabalhadora não agiu como tal, mas fez parte da mobilização popular espontânea. O que tornava sem precedentes tais acontecimentos foi a queda sucessiva de governos eleitos pelos mecanismos da democracia burguesa. Na Venezuela, tudo foi mais profundo por conta do *Caracazo*, rebelião popular que teve muitas derivações até o triunfo de Chávez, e por conta também da derrota do golpe de Estado em 2002, protagonizada pela mobilização popular. A participação ativa e protagônica de amplas massas foi uma marca fundamental deste processo de semi-insurreições.

**Nas eleições subsequentes, surgem novos tipos de governos nacionalistas pequeno-burgueses e países independentes**

Essas mobilizações revolucionárias culminaram nas eleições que mudaram os regimes políticos na Venezuela, Bolívia e Equador, e abriram o processo do bolivarianismo.

A riqueza destes processos é que estes levaram à situação de poder, nos três países citados, nacionalismos radicais pequeno-burgueses em ruptura com a burguesia dominante nesses países. Isso abriu um novo problema teórico. Uma parte da esquerda (da tradição "troska") caracterizou-os como burgueses, ou no máximo como frente-populistas. Tivemos caracterizações muito mais abertas. Nós dissemos que poderiam se tornar semelhantes aos governos dos trabalhadores camponeses da Terceira Internacional, o que nos fez defini-los como nacionalismos radicais (sem necessariamente ter caráter de classe claramente nítido), governos independentes (utilizando caracterização do morenismo) ou em alguns casos (por uma série de

características que extrapolam o objetivo do texto) de bonapartismo bem *sui generis*.

Esta discussão não era inativa e nem será no futuro, porque existe a possibilidade de se repetirem tais fenômenos aqui e na Europa. O fato é que nós não havíamos esclarecido ou conceituado o tema, mas tínhamos, de fato, a posição correta de que a política em relação a esses governos foi a frente anti-imperialista e até foi aberta a possibilidade (dependendo dos tempos e situações) de nos juntar a esses processos para empurrá-los a um curso anti-imperialista, além de nos fortalecer como corrente, mantendo sempre a nossa posição de organização independente sob a forma tática que foi criada.

Tanto é que apoiamos Ronald Denis, quando este era ministro venezuelano do Desenvolvimento durante as paralisações e sabotagem do setor petroleiro, estávamos em mesas operacionais de Chávez em Miraflores desenvolvendo planos de contrainsurgência, apoiamos a participação de Luis Bonilla no governo, etc. Todo este debate está vinculado a outro argumento do que é governo e Estado, o qual faço questão de lembrar, mas em que não entrarei neste documento.

**Nossa política em relação à Venezuela e ao bolivarianismo foi a adaptação da política da frente anti-imperialista** da Terceira Internacional (*Teses sobre o Leste*) à situação dos nacionalismos radicais pequeno-burgueses e similar (mas não igual) à situação de Moreno nos anos 60/70, cuja política foi menos desenvolvida pelas pressões do mandelismo e SWP.

Por não haver setores burgueses no governo, não apenas fizemos parte do PSUV na Venezuela, como tínhamos companheiros que faziam parte do governo na fase progressista do mesmo. Esta política foi de apoiar todas as medidas progressistas do governo, as que iam contra os interesses do imperialismo e contra a burguesia, mantendo nossa própria posição independente como Lenin postulava na Terceira Internacional. A frente única se diferencia da unidade de ação, porque esta é um acordo sobre um ponto conjuntural. A frente única realmente significa um acordo sobre vários pontos, as leis que o permitem, etc



**ALBA como rascunho de um novo modelo político econômico continental e a sua incapacidade de ser realizado sem romper com a burguesia**

Pela primeira vez na história moderna da América Latina, o bolivarianismo chavista formulou um modelo econômico e político continental, apoiado sobre a mudança na correlação de forças e pela situação econômica privilegiada dos preços do petróleo, principalmente, e das *commodities* em geral.

Esse modelo levantou a possibilidade de uma unidade latino-americana diferente, o que parcialmente existia nos países da ALBA, mas isso não foi conseguido numa escala continental e significou uma grande luta revolucionária, fato que era a lógica-chave para o processo não se estancar. A ALBA não se estendeu porque tinha oposição. Os governos neoliberais que continuaram e especialmente os governos sub-imperialistas do Brasil tentaram, por um lado, extrair mais-valia dos países da ALBA através de investimentos de suas "multilatinas", como Odebrecth, Camargo Correa, etc., sem nunca, por outro lado, quebrar a ponte com os EUA, ainda que a tenham usado para transitar de uma maneira diferente em relação ao que fizeram os governos anteriores.

Grandes empresas "latino-americanas", como o grupo de Carlos Slim do México, Odebrecht, Gerdau etc. do Brasil, Bunge do Brasil e Argentina, Techint da Argentina e a importante burguesia chilena, para citar alguns, são burguesias muito entrelaçadas na rede internacional de corporações, com investimentos até nos países imperialistas. Deste ponto de vista, a burguesias "latino-americanas" têm um caráter burguês específico, diferenciado, já que por seus próprios interesses econômicos nos países imperialistas, não está, para eles, em primeiro lugar a defesa de seu país de origem, mas da economia global como um todo, que claro, é dominada pelo imperialismo.

Assim, era impossível para a burguesia integrar um projeto de unidade continental, uma vez que a extensão da ALBA sig-

nificava romper politicamente e economicamente com o imperialismo. O avanço da ALBA abriu um curso anticapitalista em escala continental. A extensão Sul-Centro americana da ALBA, em que o Banco do Sul foi um passo, poderia significar uma ruptura completa com o imperialismo e um caminho sem precedentes de independência, o que levaria a uma grande ruptura econômica com a burguesia e os monopólios imperialistas existentes na forma de ativos vinculados.

Nesse ponto central, podemos dizer que Chávez freou seu bolivarianismo quando estava no meio do caminho. Ele favoreceu a política de diplomacia com o governo brasileiro, que falou do Banco do Sul, mas não forneceu um real para o seu funcionamento. Chávez terminou cooptado, tendo que entrar no Mercosul, que foi um projeto inviável para a unidade latino-americana. Era correto manter relações diplomáticas com esses países, mas isso não significava subordinar a política à diplomacia.

**Esta política e a não nacionalização dos bancos são, talvez, as maiores limitações chavistas**, que também estão ligadas à facilidade com que progrediu à burocratização na Venezuela e, finalmente, à sua capitulação ao Brasil em troca da entrada no Mercosul, uma integração econômica que nunca existiu como tal, ao contrário da ALBA. A criação da "Quinta Internacional" foram palavras que o vento levou.

Havia condições para alavancar um processo continental? Nós não sabemos até onde ele poderia ir, mas o fato é que o processo não foi promovido e tampouco foi um eixo central da vanguarda revolucionária nesse período.

Esta foi a tarefa central levantada por Lenin depois da tomada do poder na Rússia. De alguma forma nós tentamos influenciar nessa política, mesmo com nossas próprias debilidades e nossa localização no PSOL (fizemos contato com a embaixada, trouxemos Chávez ao FSM em 2003, entre outras coisas). Mas Chávez preferiu dar prioridade à diplomacia com os governos (exceto por um período em relação à Colômbia, no qual ele apoiou as FARC, que, aliás, devo dizer, não foi uma boa maneira de extensão e, portanto, teve de recuar e entregar um militante). Não nos opúnhamos à diplomacia com os governos, mas era errado transformar isto em estratégia, a qual deveria ser na verdade o apoio à luta de classes, separando as relações na superestrutura da política continental, sem criar qualquer ilusão no lulismo e no kirchnerismo.

Mas a linha de fundo teria sido – e nós insistimos nisso a partir das relações que tivemos com o chavismo daqui do Brasil – a necessidade de apoio ao PSOL, do impulso às manifestações como as da Argentina, onde aliás Chávez dava suporte completo aos Kirchner.

Críticos chavistas (e talvez nós mesmos) dão e deram mais ênfase no que o socialismo não se aprofundou. Mas isso era uma parte. Não foi o central, que era a luta contra a burocracia e a política internacional para a América Latina.

**De qualquer forma, a ALBA foi muito progressista, especialmente em relação a Cuba**, já que rompeu o isolamento da ilha, deu um novo impulso à troca igualitária e reforçou a independência cubana. Não por acaso, neste período em que nós praticamos a política da frente única anti-imperialista, conseguimos uma relação privilegiada com Celia Hart, "a filha da revolução", como foi chamada. Não é por acaso que a crise econômica e social venezuelana aprofundou a crise em Cuba, uma das razões que explica o acordo dos Castro com Obama, um elemento importante do novo ciclo aberto, assim como o acordo entre o governo Santos e as FARC, sobre o qual trataremos adiante.

### Diferenças fundamentais entre o social-liberalismo petista e o bolivarianismo; e também pontos de contato

Durante este período, podemos definir três tipos de governos:

1. Os governos burgueses pró-imperialistas clássicos, como Uribe na Colômbia, México, Chile (país de que recebemos muito bons esclarecimentos a partir de documentos dos companheiros) e vários países da América Central, incluindo Guatemala;
2. O nacionalismo radical dos bolivarianos (Venezuela, Bolívia, Equador);
3. Os governos não tradicionais, porque neles deixou de governar a burguesia clássica tradicional, e passou a fazê-lo, no Brasil, o social-liberalismo petista, o kirchnerismo na Argentina, a Frente Ampla no Uruguai, Ortega na Nicarágua, El Salvador com a FMLN, Peru com Humala e Lugo do Paraguai.

Mas ambos os governos de tipos 2 e 3 tiveram o ponto em comum de que eles não eram burgueses clássicos. Representaram uma mudança importante, uma vez que se tratava de governos que não tinham gênese na burguesia. O PT de origem na classe trabalhadora e na esquerda católica, a Frente Ampla uruguaia com partidos operários e um general que incorporou setores pequeno-burgueses, Evo baseado no indigenismo e os Kirchner na Argentina (de origem pequeno-burguesa), da província historicamente com menos peso na política de seu país, o padre Lugo Tecoyoca na formação de pequenos intelectuais com burguesia urbana e camponeses no Paraguai, etc.

**Esses governos de origem não burguesa não eram os mesmos, mas eram opostos em sua política em relação ao imperialismo**

Esses novos governos são de dois tipos e com dois extremos: os bolivarianos e o social-liberalismo petista. É importante marcar essa diferença porque o neoestalinismo ou o chamado "progressismo" de Emir Sader ou Atilio Borón, e muitos outros intelectuais expoentes da esquerda, colocaram-nos todos no mesmo saco e os qualificaram como governos progressistas e independentes, ao contrário da posição assumida pelo PSOL, desde antes de sua fundação, já que seus dirigentes, desde o início do governo Lula, fizeram oposição de esquerda. O nacionalismo radical pequeno-burguês bolivariano era na prática uma ruptura política e, em menor grau, mas também, uma ruptura econômica com a burguesia, e neste caso através de grandes nacionalizações. No caso específico da Venezuela, houve a redistribuição dos rendimentos do petróleo e a política já mencionada de unidade continental contra o imperialismo. Seus governos tornaram esses países independentes.

Estes partidos têm governado sem que seus governos façam alianças com velhos partidos tradicionais, diferentemente do petismo que governou desde o início com o PMDB e o PP, os velhos partidos ligados ao coronelismo e à burguesia.

O chavismo rompeu o isolamento de Cuba e colocou para a América Latina um novo marco, um modelo de novas constituições e de redistribuição de renda. Como discutimos, o mais importante para o seu desenvolvimento foi a extensão do processo a outros países (até certo ponto, como Chávez entendia), quando colocou em pauta a Unasul e Banco do Sul, embora o tenha feito pressionando os governos e, particularmente, o PT, que finalmente acabou capitulando na política internacional. Ao contrário, Chávez parou na metade do caminho, essencialmente bloqueado pela política de diplomacia com o governo brasileiro, que foi totalmente oposto e manteve laços prioritários com os EUA e os BRICS.

No outro extremo, o expoente mais importante foi o petismo que qualificamos como social-liberalismo, continuando a política de FHC e promovendo o sub-imperialismo brasileiro. Governou para e com grandes expoentes da burguesia (Meirelles do *Bank Boston*, Furlan, acionista do maior complexo de alimentação, etc.), privilegiando a relação com os principais complexos de construção de infraestrutura (associados ao setor petroquímico, etc.), agronegócio, mineração e bancos.

Usou os recursos dos três principais bancos estatais para favorecer estes setores do país em sua expansão sub-imperialista no continente. Esta característica "sub" não é nada nova, pois o Brasil desde o pós-II Guerra Mundial era a ponte privilegiada dos EUA. Este aspecto de "sub" (que foi feito para a região e também para a África) foi facilitado pela retirada dos EUA e porque, em certa medida, souberam "representar", desempenhando o papel de subpotência associada ("associação conflitiva", tal como definido pelo marxista brasileiro Ruy Mauro Marini).

O Brasil foi um colchão para impedir que o processo bolivariano se continentalizasse, o que era a tarefa definida para tentar um desenvolvimento independente e também evitar o isolamento dos países mais avançados da Venezuela e da Bolívia.

A nossa política no Brasil foi, desde o início, de oposição frontal ao governo Lula, formando o Movimento por um Novo Partido. Em seguida, fundamos o PSOL. Agora insistimos na necessidade de ser contra Temer, mas também contra o "volta Dilma", e a favor de eleições gerais.

Essa desigualdade e o freio de oposição do Brasil ao bolivarianismo não pôde ser resolvido no período, apesar do aumento da luta de classes que foi geral. A vitória de Humala em 2010 no Peru parecia a reativação do bolivarianismo, mas não foi. Foi engolido pela política brasileira.

Uma explicação objetiva é que desde 2007 não se repetiram as grandes insurreições anteriores, principalmente pelos tipos de governos que surgiram e que se acomodaram graças à situação econômica privilegiada de exportação de *commodities* para a China e o grande aumento dos preços do petróleo.

**O surgimento e consolidação das burocracias estatais**

Entre os diferentes processos do petismo e do bolivarianismo, houve, no entanto, um nexo de unidade que foi feito ao longo do tempo, cada vez mais forte: o aparelho do Estado em todos esses países. São 13/14 anos do PT, 18 de Venezuela, Bolívia e Equador 9. Não é pouca coisa e esse tempo longo deu origem a um aparelho de Estado e a um processo de surgimento de castas burocráticas. Na Venezuela, a casta tornou-se mais independente, de modo que trabalhou em seu próprio benefício e na criação da boliburguesia. No Brasil, a casta burocrática atuou como agentes da grande burguesia ou parte dela, com quem tinham relações orgânicas ou ganhavam somas astronômicas em valores bilionários.

O PT foi um agente orgânico de grandes setores burgueses. Na Venezuela, Chávez e o PSUV foram independentes. Mas, ao colocar suas mãos sobre o Estado (ou melhor dizendo, sobre a maior parte das suas instituições), levou ao surgimento de burocracias estatais com as suas regras de casta privilegiada, processo que também existe em sua melhor expressão de domínio estatal no capitalismo de Estado cubano.

Dispositivos de Estado como base para seus partidos (são processos lógicos para governar) criaram burocracias (exceto, talvez, no Uruguai) em todos os lugares (na Venezuela especialmente após a morte de Chávez). Seguindo a onda global, houve grandes elementos de *lumpenização* (corrupção, enriquecimento ilícito como mostra a Lava Jato), de uso discricionário do aparelho de Estado, o que também irritava a burguesia (também corrupta), porque lhes tirava – e no caso da Venezuela continua tirando – mais-valia ou rendimento.

Essa situação facilitou a campanha reacionária de setores da burguesia contra esses governos, bem como a rejeição popular por seus casos de corrupção que apareceram cada vez mais fortes, atraindo o ódio por parte da população a todos os políticos.

**Na última parte desta etapa, e mesmo durante,continuaram lutas importantes**

No Chile, a luta da juventude e as greves abriram uma rachadura no regime político neopinochetista, como assinalam

nossos companheiros do BAM; na Argentina, onde nunca parou; no Peru, a luta popular contra o extrativismo e a mineração; no México, a greve dos trabalhadores da educação e dos eletricistas; no Brasil, as Jornadas de Junho de 2013, para lembrar algumas das mais importantes.

**II – A nova etapa mais coerente com a situação mundial**

Os elementos-chave que fecham esta fase são: a) a morte de Chávez; b) a entrada da crise econômica no continente; c) a derrocada do PT e o fim de seu ciclo com as Jornadas de Junho de 2013; d) o triunfo de Macri, o impeachment de Dilma e o madurismo em crise terminal na Venezuela.

Da mesma forma, fortalecem-se as políticas reacionárias das burguesias locais apoiadas pelo imperialismo. No entanto, deve ser notado que isso ocorre sem que houvesse uma derrota do movimento de massas, seja contrarrevolucionária ou reacionária – derrotas graves ou triunfos contrarrevolucionários como nos 80.

Há triunfos reacionários, que foram essencialmente derrotas causadas pela crise que apontávamos dos governos progressistas, que são mais superestruturais do que estruturais. Portanto, há uma relação dialética entre superestrutura e estrutura, uma vez que esses governos vêm para implementar planos de ajuste fortes, que no caso do Brasil Dilma já pretendia aplicar, mas não teve força para fazê-lo. Um fato negativo produz algum desânimo ou confusão no movimento de massas, o que é agravado pela crise econômica que afeta também a ausência de um modelo econômico alternativo. De qualquer forma, como insiste o companheiro Sergio García, do MST da Argentina, em seus escritos, não há possibilidade de um retorno ao que foram os anos de auge do neoliberalismo dos 90, ou seja, uma fase de entrega total e semicolonização do imperialismo. A correlação de forças global e latino-americana não permite, por ora, que isto ocorra.



Há uma luta movida contra os planos mais reacionários e veremos o resultado delas. São governos reacionários, perigosos, mas, ao mesmo tempo fracos ou débeis porque não são consequência ou resultado de uma derrota nem reacionária nem contrarrevolucionária sobre o movimento de massas; porque enfrentam uma enorme crise econômica; porque surgem de processos em que a burguesia como um todo está desacreditada pela crise política dos regimes latino-americanos e da própria crise econômica, e da crise política global.

Os desejos das burguesias e do imperialismo, de Macri, Temer e Serra, é voltar a favorecer a política com o imperialismo norte-americano (nunca rompida completamente no Brasil). Mas, contra o que pensa o chamado progressismo, não significam um retorno ao neoliberalismo puro, rígido e pró-imperial americano. E isso acontece porque, como dissemos, há condições totalmente diferentes no mundo e no continente desde os 90.

**A América Latina sincroniza-se com a situação mundial**

Esta é a realidade do nosso continente: a nova etapa significa que a América Latina está sincronizada com a situação mundial, de crise econômica, política, social, ecológica e até mesmo moral. A América Latina na etapa anterior seguiu em certa medida na contramão da situação do mundo. O continente foi favorecido pelos preços das *commodities* e do petróleo, graças ao dinamismo da economia chinesa, e no início da crise de 2008 manteve traços nacionalistas impostas pelos nacionalismos radicais.

Tudo isso mudou nos últimos dois anos. A crise global do capitalismo chegou plenamente. E este é um ponto essencial para compreender a nova situação que vai viver agora a América Latina. Entra mais recuada, e talvez assim e por isso que vai sofrer mais. Em síntese, é importante observar algumas características essenciais da situação mundial que explica muito do que está acontecendo em nosso continente.

**A nova fase do capitalismo e o novo período da luta de classes mundial e suas expressões na América Latina**

Assinalamos de passagem em pequenas minutas e documentos anteriores várias características da situação mundial e do imperialismo, que acreditamos ser preciso repetir sem se afastar muito do eixo do texto. Elas são essenciais para entender como a América Latina está sincronizando com o mundo.

Vivemos numa nova fase do imperialismo, da globalização ou mundialização do capital, em que se expressam de maneira muito mais exacerbada as características que definiram Hilferding e Lenin, acrescentadas a outras que marcam um período de declínio global: a crise econômica estrutural, a crise ecológica e moral, com suas expressões específicas na América.

Com a restauração do capitalismo na Rússia, Europa Oriental e na China, o capitalismo alcançou a mundialização do capital (expansão total, quebrando barreiras, e ao mesmo tempo maior concentração e inter-relação de capital e riqueza, com aumento acentuado das desigualdades sociais). Os dados do último livro de Dumenil e Levy publicados em uma recente entrevista ilustram bem esta situação. Nesse contexto, o aumento da desigualdade na América Latina está sendo e tende a ser cada vez mais agudo.

Trata-se de um capitalismo que desenvolve bem as forças produtivas e novas tecnologias. Enquanto isso, a crise recorre a novas formas destrutivas do ponto de vista da destruição ambiental, e da acumulação por espoliação, cujos pontos altos são os deslocamentos forçados nas cidades para a especulação rentista e o extrativismo predatório que está acontecendo no continente da África e da América Latina, com minas a céu-aberto nos Andes e outras regiões.

Seria difícil explicar a mundialização neoliberal se não houvessem ocorrido vários episódios políticos que modificaram a situação. O curso neoliberal de Thatcher e Reagan imposto nos 80, a queda do chamado socialismo real e a revolução tecnológica na informática, que provocou também uma revolução nas comunicações, tudo isso permitiu uma mudança qualitativa nas fusões internacionais do capital. Possibilitou também que as grandes corporações criassem uma cadeia de produção mundial, a produção das multinacionais e, como consequência disso, o surgimento de um novo problema para o proletariado: a existência de um exército de reserva mundial. As multi-latinas das quais falamos são parte deste processo. O fato de que a produção em cadeia de alguma maneira fragiliza a classe trabalhadora, já que a internacionalização da luta dos trabalhadores fica muito desigual com a internacionalização e produção em rede das corporações.

Houve também uma modificação importante na estrutura do Estado. Desapareceu cada vez mais o Estado de bem-estar e o mesmo se transformou em instrumento a serviço (ou cooptado também pode-se dizer) das grandes corporações que dominam a economia mundial. Dizer, hoje em dia, que o capital não intervém no Estado é uma irrealidade, pois o faz de maneira muito mais direta e a seu serviço. O Brasil, à sua maneira, não deixa de ser parte deste fenômeno já que o Estado serve sobretudo às grandes empresas. Mas, a bem da verdade, durante a etapa anterior e graças ao vento a favor que teve para converter-se em exportador, o Estado pôde repartir uma pequena porção do bolo para os trabalhadores em países como Argentina e Brasil. Esta situação agora se encerra. Começa, como se passou no México, o desmonte do Estado com consequências muito mais graves que no mundo capitalista desenvolvido.

Ocorreu uma deformação dos regimes da democracia burguesa, que explica seu estado de crise na social-democracia ou no PT no Brasil. As grandes corporações converteram os partidos em seus agentes. A crise econômica mundial, que levou a uma contrarrevolução permanente, provocou uma forte crise dos regimes do clássico bipartidarismo que se vê em todos os lados. Como inisistentemente abordaram os companheiros do Podemos,

existe uma "casta" política que tem seus próprios interesses e relações orgânicas com estas corporações e este Estado.

As crises econômica e política se prolongam no tempo (pela incapacidade do capitalismo em resolvê-las), com uma desigualdade ou contradição que é difícil de resolver para os socialistas, mas que tem dado origem a fenômenos intermediários que é fundamental a esquerda revolucionária compreender. Não há, hoje por hoje, um modelo alternativo socialista ao capitalismo e tal ausência impacta profundamente.

Desde o Vietnã, não há nenhuma expropriação da burguesia e isso tem sido mais difícil pelo grande e amplo domínio da economia mundial pelas grandes corporações, que dificultam a existência de modelos autárquicos e mesmo o aprofundamento do socialismo ou a transição ao socialismo em um só país. E isso se dificulta ainda mais pela falta de um modelo alternativo, questão que está relacionada à crise ideológica provocada pelo fracasso do único modelo que as massas conheceram: o "socialismo real" ou o falso socialismo.

A crise dos regimes do bipartidarismo e a debilidade de alternativas junto à existência dos grandes fluxos migratórios (os maiores desde a II Guerra Mundial), provocam o surgimento das direitas proto-fascistas de Le Pen na França, de Trump nos Estados Unidos, o triunfo do Brexit na Grã-Bretanha e regressão à barbárie no Oriente Médio (o Estado Islâmico é um caso particular e mais agudo deles). O Brexit, se por um lado desarticula ainda mais a UE, por outro tem esse componente anti-imigrantes e de islamofobia, por isso seria errado apoiá-lo. Não há elementos progressivos, a não ser a mudança para melhor da independência escocesa, mas do ponto de vista democrático e para a classe trabalhadora, é um retrocesso. E, já que estamos no processo no qual a unidade da classe trabalhadora europeia e seus processos progressivos são um ponto essencial para derrotar a política da Troika, temos que compreender o "Plano B para Europa" encabeçado por Varoufakis.



**III – A luta de classes continua e surgem novos processos políticos**

Mas a luta de classes segue. Surgiram os "indignados", as grandes greves de resistência dos trabalhadores, as mobilizações democráticas e isso culmina expressando-se também no terreno político. Pelas contradições que apontamos, não surgiram alternativas "puras", mas novas alternativas (que temos denominado de "processos intermediários", democráticos reais) por fora do velho esquema do regime democrático-burguês clássico bipartidarista de alternância entre direita conservadora e social-democracia (decadente e corrupta), que são processos diferentes nesse sentido: Syriza na Grécia apesar de sua capitulação; Corbyn na Inglaterra; Sanders nos EUA; a votação do Bloco de Esquerda em Portugal, aos quais devem ser adicionados processos que não são ruptura, mas que encontram espaço nessa situação, como é o triunfo depois de um longo período de tempo da esquerda liberal no Canadá.

**IV – A política dos EUA para América Latina**

Temos dúvidas de que América Latina seja o ponto privilegiado da política do imperialismo ianque para recuperar parte da hegemonia mundial perdida em meio do caos que percorre o mundo, em especial, no grande Oriente Médio e na Europa agora agudizado pelo Brexit. Isto não quer dizer que não haja condições para retomar alguma ofensiva e, de fato, esta é a tentativa.

Mas o processo mundial é muito complexo e os EUA tem como prioridades responder à grande conflitividade comercial e também armamentista agudizada agora pela política da Rússia, primeiro na Ucrânia e agora na Síria, ao que se somam os acordos globais entre China e Rússia. Estes protoimperialismos ou imperialismos desfiam a debilitada hegemonia americana no marco de uma situação conflitiva que também tem elementos de associação em especial entre os EUA e a China, que precisa desse grande

mercado interno para suas exportações. A competição econômica é dura e acirrada pela tentativa chinesa sobre sua área de influência regional, que tem sido até agora dominada pelos EUA.

A política exterior dos EUA está por enquanto indefinida até as próximas eleições. Trump encarna a direita protofascista. Alguns setores anti-imperialistas pensam que como essa direita mundial é mais chauvinista ou nacionalista traria menos perigos para América Latina. Eles erram como Stalin e muitos stalinistas erraram com Hitler. Atrás desse discurso está o pior racismo apoiado na classe branca mais reacionária que descarrega o ódio contra imigrantes e seus países, ou seja, contra a América Latina. Como o sionismo israelense faz na Palestina, Trump quer construir um muro com o México.

Já o clã Clinton é representante do grande capital e corporações que conduziram os EUA à crise. No entanto, o Partido Democrata, à diferença de Trump, tem que se adaptar a uma realidade nova: Sanders, Waren e outros dentro do partido expressam os trabalhadores e as perdas de conquistas, além das questões colocadas pelo movimento negro, mulheres e imigrantes.

O establishment democrata traça uma política diferente com pontos similares à da cenoura e o garrote. O acordo de restabelecimento das relações com a Cuba significa uma mudança em relação à ilha. De um lado, é preciso reivindicar a independência cubana e seu atual governo burocrático quebrando neste sentido a política da "larva" da Flórida. Por outro lado, é uma arma para a entrada de novos capitais e investimentos que Cuba precisa, mas que a levarão a uma situação de dependência e maior desigualdade, do tipo com a China, mas com piores características.

Por outro lado, os EUA aceitaram o acordo de paz com as FARC que é um certo triunfo do povo colombiano depois de 50 anos de guerra e remoções forçadas. Uma paz problemática como diz o artigo do Portal de la Izquierda, mas que libera as massas colombianas de uma situação de guerra.



O capitalismo de Estado cubano impõe de fato duas economias: a estatal e a capitalista de pequenos empreendedores, de usufruto por parte do imperialismo do turismo cubano e de algumas matérias-primas e metais importantes que possui a ilha. Isso gera uma desigualdade muito grande na população. Mas definitivamente a parte que não é dos pequenos empreendedores burgueses não é socialismo, porque no fundo o que tem em Cuba é um capitalismo de Estado que se beneficiará dos acordos com o imperialismo como dos pequenos proprietários.

A política exterior mais importante, senão ao menos parcialmente, dos EUA é o TTP, ainda que tentem novamente utilizar o Brasil como sua ponte principal na América Latina, o que está nas suas prioridades, entre outras coisas, pela crise política que viveu o pais e suas incertezas. O eixo dos EUA é Ásia e a competição com a China e nisso privilegia o TTP que abrange o Chile, Peru, Colômbia, no qual entram estes países, mas principalmente Vietnã, Coréia do Sul e outros países asiáticos, que são ferramentas com as quais combate a maior presença chinesa.

De todas as formas, os EUA não abandonam a América Latina. Sua estratégia imperialista se baseia também em elementos preventivos de coerção. Por isso, um fato a destacar é a presença militar crescente no Peru, como parte de uma estratégia global diante do perigo de uma maior entrada da China, que hoje já tem uma importante presença.

**V – Um desafio para os anti-imperialistas latino-americanos: empalmar a luta anti-imperialista com a luta de classes do país do Norte**

Como escreveu a autora colombiana Laura Restrepo em *Hot Sur*, os latino-americanos empobrecidos tomam o país do norte por assalto: a onda migratória não para e não vai parar na medida em que se aprofunda a crise econômica. É essa situação, mais a pobreza crescente, a luta dos negros que são uma grande parte

também da população do sul o que estabelece também um nexo estrutural mais estreito com os EUA e que determina também parte da política do império para a América Latina.

Os teóricos e políticos do chamado campismo explicam que a crise que atravessam os governos do sul se deve e é provocada pela política ianque (por exemplo, Maduro cobre a crise toda que em grande medida é obra da sua burocracia e corrupção dizendo isso). Uma meia verdade. Ao fazer a essência da luta o enfrentamento entre países, manipulam os trabalhadores e povos. Também há luta de classes no país do norte. Lembremos como Chávez, à sua maneira, que tinha política enviando petróleo barato a determinadas zonas pobres dos EUA.

Uma questão é a política internacional do império, e outra é a relação entre as massas latino-americanas e americanas. Precisamente o obscurantismo campista vê o país como um todo e é incapaz de separar as classes sociais que o integram e as superestruturas contraditórias que as representam. Isto pode mudar na medida em que ocorreu o grande fenômeno Sanders, que deu à luz nos EUA a uma forte polarização, resultado das desigualdades crescentes, da luta por novos direitos sociais, e das lutas dos trabalhadores entre elas pelo salário de 15 dólares por hora.

Sem ter isso em conta, é impossível uma política contra o imperialismo que não consiste somente na denúncia e a queima de bandeiras ianques nas manifestações, nas quais a esta altura da situação aparecem como equivocadas. É necessário se explorar um processo novo e mais estrutural que vinculam os EUA com a América Latina (em especial o México e a América Central), de maneira mais dialética em suas relações. É evidente que os EUA, apesar da sua leve recuperação, não saíram da crise. E é evidente que existe um agravamento da pobreza em especial dos vindos da América Latina e do continente africano. Eles fazeem parte de um novo estágio na luta de classes que por óbvio existe no país e que tem efeitos bastante diretos sobre América Latina. São efeitos que se interligam.



Isso se combina com uma mudança política importante no país do norte que foi expressa por Sanders, que não sabemos como, mas temos certeza que continuará, pelo qual a relação das massas e os movimentos e partidos da América Latina com esse setor que surge nos EUA é decisivo.

Mas, como dizíamos, a interação dos movimentos de massas de norte e sul é possível a partir do fato de que a pobreza e a crise econômica avançam em todos lados. E uma demonstração das dificuldades que encontra a classe dominante americana é por exemplo a oposição da maioria dos sindicatos ao acordo TPP, que significaria a perda de trabalho para milhões.

**As lutas continuam. Mesmo existindo um curso reacionário nos governos, não tem triunfado uma contrarrevolução em nenhum país; neste ponto, há uma polêmica com a velha esquerda**

Discordamos da velha esquerda que diante do iminente colapso venezuelano e outros (como o triunfo do Macri e o impeachment de Dilma), afirma ser tudo produto de golpes do imperialismo. Seria uma atitude de néscios negar a ação e o aproveitamento que o imperialismo está fazendo e vai fazer dessa situação, mas as causas fundamentais do fim de ciclo são uma combinação de elementos nos quais como já vimos entra o papel que jogam e jogaram essas direções.

O imperialismo por ora joga o papel de garrote e cenoura, e mais cenoura que garrote. Tenta impor sua política mais por meio da sua supremacia econômica que pelo garrote político. Provas disso são o acordo bilateral com Raúl Castro sobre Cuba e a paz lograda com a guerrilha das FARC na Colômbia.

Diante da "ofensiva golpista imperialista", a velha esquerda deduz que se deve continuar apoiando a frente única crítica a estes governos, porque segundo eles o inimigo principal é o imperialismo que estes governos enfrentam. Esta postura arrasta no Brasil, o mesmo em Venezuela e em outros países, alguns seto-

res da vanguarda e inclusive organizações trotskistas como o PO (Partido Obrero) e o PTS (Partido de los Trabajadores Socialistas) da Argentina e suas organizações-irmãs brasileiras e lamentavelmente setores do PSOL, inclusive a Insurgência, que têm participado de atos hegemonizados pelo PT e suas organizações sociais. Tais atos acabam sendo invariavelmente de apoio a Dilma.

Para nós, toda confusão com estes setores nos enfraquece. Como já mencionamos no começo, nosso eixo político é a construção de um terceiro campo.

O que é verdade: a crise provoca o surgimento das direitas super-reacionárias. No Brasil temos setores proto-fascistas como Bolsonaro e um setor social que polariza à direita vai existir, mas é muito improvável na América Latina a volta de regimes autoritários fortes bonapartistas ou ditatoriais. As massas, em primeiro lugar na Argentina, têm feito a experiência com isto, e além disso não existem as ondas de migrações que chegam na Europa e os EUA.

**As novas lutas de resistência aos planos destes governos**

Há um elemento novo que é a incorporação de novos atores da juventude, mulheres, a luta antiextrativista, democrática, popular. Mas não devemos esquecer que a contrarrevolução econômica afeta o coração da classe trabalhadora com as tentativas de terceirização (já rechaçados pela juventude peruana) e as demissões, e é ali onde vai ser decidido em grande parte o futuro da derrota destes governos. Até que ponto a classe que não conta com novas organizações, senão com os sindicatos (onde devemos estar), mas também tem um proletariado mais jovem que se movimenta também por fora das estruturas de disputa tradicional da classe.

Há importantes processos na luta de classes, como Junho de 2013 do Brasil, a mobilização chilena, argentina, as lutas populares contra as mineradoras no Peru, a greve agrária na Colômbia, a greve no Panamá.



**A grave crise econômica estrutural impede um desenvolvimento capitalista (o que não quer dizer crescimento do PIB)**

A crise econômica combina-se com a crise política nos lugares-chave do Brasil e Venezuela, onde ambas se retroalimentam. De maneira ainda desigual afetam a todos os países e a saída não será nada fácil para a burguesia. Num sentido podemos dizer que na América Latina a crise vai ser mais grave da que vemos nos países avançados já que leva a todos os governos (sem exceção) a uma política de ajustes ao estilo europeu, com a aparição por isso de uma crise social e de aumento da pobreza que será exponencial.

**Os governos tem que aplicar fortes planos de ajuste** ao estilo da Troika no sul da Europa e haverá resistência. Os planos de ajuste, como no Velho Mundo, serão recessivos, e por isso não vemos que isto provoque uma onda de investimentos produtivos.

**Os investimentos que esperam estes governos** dos grandes capitalistas que dominam a economia mundial para reativar as economias não terão apenas um elemento que permita uma etapa de desenvolvimento capitalista das burguesias locais senão um aumento da dependência depredadora. Serão investimentos que agravarão a crise social e ecológica e que no essencial não vão mudar a crise econômica, que se tornou estrutural (Macri até agora não recebeu um centavo). No caso do Brasil, pode ser um pouco mais, mas o que se espera é ilusório, porque não se pode isolar a situação econômica da própria crise política dos países que se retroalimentam. Vão entrar pelas altas taxas de juros – se a situação econômica se estabiliza – os capitais especulativos.

Porém, o que mais deseja o imperialismo na América Latina não são os investimentos produtivos, ainda que pode haver em países industrializados se conseguem aumentar a taxa de exploração e de produtividade como no Brasil, Argentina, Colômbia, Chile, México. O que mais tentarão aprofundar (e já estão fazendo), é o que Harvey chama acumulação por apropriação, a

espoliação, o extrativismo selvagem como agora está proposto no Arco Minero do Orinoco, os empreendimentos no Peru, na Argentina (a cordilheira toda, inclusive na América Central, na República Dominicana, em Honduras, etc.), além da intensificação do controle da produção agrícola com o uso de sementes e os agrotóxicos de corporações como a Monsanto, etc.

O resultado desses planos, que nós chamamos de contrarrevolução econômica permanente, é uma maior pauperização do povo pobre, mais crise social e desemprego. Em resumo, um aumento das desigualdades sociais. A Venezuela é o caso extremo, mas o Brasil já vive um crescimento muito veloz da pobreza (depois do período do consumismo, que também se deu em vários países da América Latina e que teve seu ponto mais alto no Chile, como muito bem explicam os companheiros deste país).

Ao mesmo tempo haverá mais medidas repressivas contra o movimento de massas e seletivas à esquerda, e por isso ao mesmo tempo são perigosas do ponto de vista que vão tentar por todos os meios enfrentar o movimento de massas. As medidas antidemocráticas e repressivas extremas se dão inclusive por dentro dos regimes democrático-burgueses e não podemos depreciar sua importância. É preparada uma repressão ou cerceamento seletivo sobre a esquerda, para evitar por vias legais o surgimento de novas alternativas de massas.

**A crise dos regimes políticos e a fraqueza nas alternativas burguesas de dominação**

Essa etapa se dá com um desprestígio das castas políticas (também herança da etapa anterior), produto de sua *lumpenização* (corrupção), o que enfraquece qualquer governo que emerja. No caso do Brasil e no Chile de Bachelet isso está bastante nítido. Macri na Argentina está na corda bamba, Peña Nieto no México mais ainda. Ou seja, estes governos são fracos por si mesmos além da resistência da luta de classes.



O fenômeno da corrupção é uma questão orgânica do capitalismo acentuada nesta etapa de crise na qual a burguesia cada vez mais procura o lucro rápido. De conjunto, existe uma *lumpenização* das classes dominantes, fenômeno que gira ao redor da especulação financeira, do narcotráfico, da ocultação dos patrimônios em paraísos fiscais (como revelado, por exemplo, nos *Panama papers*). Para isso, tem seus agentes que governam: as castas políticas corruptas em ligação orgânica ou quase orgânica com estes setores. Negamo-nos a dizer que a corrupção está apenas no que chamamos de castas políticas. Começa na grande burguesia, como demonstrou no Brasil a Lava Jato, e, por isso, lutar contra a corrupção tem também uma dimensão anticapitalista.

**VI – O fim do ciclo das direções que hegemonizaram o período anterior**

Referimo-nos ao petismo com o Foro de São Paulo de um lado, e no outro extremo ao bolivarianismo. Estas direções hegemonizaram a etapa anterior e ambas entraram em crise, por distintas razões, mas que tem ponto em comum como mencionamos antes. A maior responsabilidade é do petismo, porque não quis estender o processo bolivariano por seus acordos com a burguesia brasileira e o imperialismo. E porque, diferentemente de Chávez, o PT governou para a grande burguesia.

O fim de ciclo (que a velha esquerda pró-estalinista chama de "progressismo") coloca a busca de novas alternativas e dos terceiros campos, diferentes das velhas direções e dos novos governos burgueses. Como já colocamos, estão em processo de elaboração sem que possamos ver ainda (exceto no Peru com a Frente Ampla) novas alternativas que tenham influência de massas.

Diante dessa situação, é hora da disputa para criar novos processos e direções. O que não é fácil porque setores da vanguarda (sobretudo os mais velhos, mas também os jovens) são confundidos pela sua política agora "opositora" das velhas direções

que fracassaram. Se no movimento de massas prima o rechaço às velhas direções do progressismo, na vanguarda é mais confuso. A construção de um terceiro campo, independente do velho estalinismo e da ultraesquerda é fundamental. Não se trata de fazer uma diferenciação dos "progressismos" como diz Olmedo Beluche, que ficou colado a eles. Trata-se de ter uma política para as massas, de disputa nos marcos do ceticismo e descrédito dessas direções. Mas parece que esse novo vai surgir por todos os lados. Temos que entender que o Peru não será uma exceção. No Brasil, com as eleições municipais, em particular em Porto Alegre e outras como Rio e Belém.

Em relação à tática sobre estas velhas direções – o PT e sua Frente Brasil Popular, o PSUV e Maduro na Venezuela, o kirchnerismo na Argentina – que embora estejam em crise não estão mortas e seguem atuando, nossa corrente tem que se separar com clareza das mesmas. Só participamos em unidade de ação nas lutas de resistência reais que estão e vão se colocar.

Há uma mudança de qualidade em nossa política para a América Latina, que se expressa na mudança de política na Venezuela. Somos chavistas críticos, e isso significa também ruptura com a cúpula bolivariana e sua política. Esta política tem que ser em nível continental. Estamos contra a ingerência estrangeira na Venezuela, mas como muito bem levantam os companheiros, não estamos contra o referendo e defendemos as liberdades democráticas que Maduro ataca. Diferenciamo-nos da direita e de Maduro e apoiamos as ações independentes populares contra a miséria.

Temos que nos diferenciar de duas posições:

a) **as posições simplistas-campistas** que consideram que na América Latina tudo se explica pela política ofensiva do imperialismo ianque. Para este setor, a política seria defender os governos da Venezuela e do Brasil contra o imperialismo. O eixo continental deles é o apoio a Maduro e Dilma, (Olmedo e o Polo Ciudadano, estão fazendo no Panamá um ato contra o golpe no Brasil e de apoio a Dilma), deixando de lado toda a responsabilidade que estes governos têm nas políticas e no descrédito ante o movimento de massas como consequência da corrupção e a miséria que existe nestes países. Tudo se oculta atrás de uma "obra do imperialismo"; e

b) **a ultraesquerda** que desde sempre vem dizendo que todos estes governos foram iguais e nunca enfrentaram o imperialismo e por isso se enfraquecem. E sempre se negaram a qualquer frente anti-imperialista (paradoxalmente agora alguns, como PTS e PO da Argentina, dizem que no Brasil há golpe).

## VII – Sobre programa, política e palavras de ordem

### Sobre a questão de modelo e a relação com os explorados dos EUA

Esta é a discussão mais afastada da realidade, mas que tem sua atualidade já que faz parte da estratégia. Nesse sentido, há uma série de palavras de ordem latino-americanistas que não podem ser a mera independência em abstrato. Devemos retomar a política bolivariana em uma escala (mesmo sendo propagandística superior)? Combater a direita venezuelana que fala para o movimento de massas que Chávez dilapidava fortunas, ajudando Cuba e outros países, passa por dizer que nós estamos a favor da integração da América no seu conjunto, também com o norte, mas que isso só é possível com uma unidade continental que enfrente as grandes multinacionais deste país e os capitais financeiros, maiores responsáveis por nossa espoliação. E afirmar que essa possibilidade não é tão abstrata, porque há grandes setores dos EUA que têm passado a defender os imigrantes, os trabalhadores e os pobres.

É uma política arriscada porque pode parecer uma capitulação aos EUA, mas tem a ver com as mudanças que estão acontecendo neste país, e que significa um novo tipo de defesa da solidariedade internacional (do internacionalismo) adaptado ao que estamos vivendo.

Ali reside a importância (mais do que com a Europa) de estreitar relações da nossa corrente com o país do norte e com os novos setores que têm surgido ao redor de Sanders.

Isto não nega que é fundamental a luta contra o imperialismo, que se expressa na luta contra as privatizações, contra o extrativismo minerador, contra o papel destrutivo de Monsanto, o monopólio das sementes e agrotóxicos, contra a dívida, pelas auditorias e suspensão do pagamento, contra as bases militares instaladas em territórios de países latino-americanos a pretexto da luta contra o narcotráfico, de solidariedade contra o intervencionismo militar em Iraque, Afeganistão.

Uma palavra de ordem anti-imperialista importante (tanto ou mais do que as nacionalizações) é o controle dos capitais especulativos, por fortes impostos aos bancos e monopólios e contra as remessas de lucro, que inclusive são maiores do que os investimentos feitos.

**Pela revolução democrática nos regimes políticos: revolução política**

As palavras de ordem democráticas ganham um peso especial frente à crise de representação dos partidos políticos convertidos em castas políticas, igual à luta contra os regimes políticos em crise na maioria dos países. Isto é bem eloquente no Chile como defendem os companheiros, no México, Peru, e de forma mais propagandística no Brasil. Mas as fissuras nos regimes estão em todos lados, e isto se combina com o fato de que nesta etapa não vão existir melhoras afirmativas para estudantes negros, pobres, etc., como em alguma medida se deram com o PT no Brasil ou as mais progressivas mudanças constitucionais nos países bolivarianos.

Vamos assistir a mais ataques às liberdades democráticas por parte dos governos, mais medidas repressivas como já estamos vendo, por exemplo, com a lei antiterrorista promulgada por



Dilma no Brasil ou a mesmo a repressão dos Kirchner na Argentina e agora aprofundada por Macri.

Entretanto, como já falamos, não se trata apenas de uma defesa de liberdades democráticas (que deve ser feita), senão que é preciso aproveitar as brechas para nos separar claramente dos mesmos e lutar por outros regimes políticos de democracia real, de participação cidadã, o que significa a destruição dos que agora estão, uma revolução política.

Isso coloca o tema das novas Assembleias Constituintes, com novas formas de representação e com um caráter soberano para decidir sobre tudo. Assim já está colocado como tarefa concreta no Peru, Chile, e em escala mais propagandística no Brasil.

**A luta contra a corrupção, intrínseca do capitalismo em geral e mais ainda na atual fase de decadência e decomposição**

Em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, Lenin falava de "parasitismo e decomposição" como elementos que explicavam a monopolização da produção e a decadência intrínseca do sistema no período da I Grande Guerra.

Não há perspectivas de guerra mundial, mas as características apontadas por Lenin têm atualidade. Ao "parasitismo e decomposição" se somam outros elementos que reforçam este caráter. Entre eles, a ação destrutiva da natureza, o extrativismo e a acumulação por despossessão de que fala Harvey. É muito difícil que exista uma nova guerra mundial, que seria muito mais que decomposição, mas concretamente vivemos um período de financeirização, especulação financeira em prol do lucro rápido (diferente do modelo Henry Ford), corrupção, do ocultamento das rendas, da compra indiscriminada de políticos, dos cartéis transformados em máfias, como foi o caso da corrupção das empreiteiras no Brasil.

Diferentemente da época na qual Marx escreveu, esta fase, que se caracteriza pelas crises de superprodução e portanto

pela não realização da mais-valia, consequência da falta de investimentos produtivos, tem desdobrado este aspecto de forma crônica, cada vez mais intrínseca da forma de acumulação.

No Brasil, um ponto que toca as castas políticas é precisamente que nós levantamos a defesa da Lava Jato. Esta investigação, embora tenha sido usada pela burguesia contra o governo, tem se voltado contra a própria burguesia e os partidos políticos da ordem, tem ganhado independência e é parte da fissura criada no regime a partir das Jornadas de Junho.

**A defesa do meio-ambiente**

Desenvolver como tema de enorme importância, aqui precisa entrar também a reforma urbana e o direito às cidades, as consultas populares, etc., temas desenvolvidos nas campanhas presidenciais de Alejandro Bodart e Luciana Genro na Argentina e no Brasil.

**Os direitos das minorias LGBTs, negros, indígenas**

Apesar de toda opressão ainda presente, nos últimos anos, a América Latina vem passando por um processo de avanços afirmativos desses setores sociais. Evidentemente, ainda não é suficiente. Mas, há um avanço no nível de consciência de amplas camadas da população e de organização de parte da vanguarda da comunidade LGBT, do movimento negro e dos povos originários. Esse rico processo ganha cada vez mais força a partir do acúmulo da resistência histórica das chamadas "minorias oprimidas", somando-se à ampliação da luta em defesa dos direitos humanos e da necessidade da defesa dos direitos democráticos e das liberdades individuais. Essa é uma pauta democrática fundamental que se colide com o conservadorismo burguês e que nosso programa deve expressar com força. Por isso, somos parte da luta pelos direitos civis e defendemos o fim de toda e qualquer violência, opressão e preconceito contra a orientação sexual dos LGBTs; o reconhecimento da união patrimonial de pessoas do mesmo sexo e suas decorrências legais; o combate sem tréguas ao racismo, a toda e qualquer discriminação e repressão. A defesa das terras e da cultura indígena também deve ser uma bandeira permanente, bandeira esta que também é impulsionada por parte das nações e povos indígenas em toda a América Latina e que faz parte fundamental da luta pela autodeterminação nacional.

**O papel da vanguarda na mobilização que tem adquirido as mulheres**

As mobilizações das mulheres crescem no mundo todo. Trata-se de uma nova onda na luta feminista intimamente vinculada à crise econômica social e moral, a qual afeta a sociedade e que tem como ponto mais alto a barbárie do ISIS e Boko Haram na África. É muito importante ter política para estas mobilizações. Na Argentina e no Brasil estamos na linha de frente. Neste último país, teve destaque a mobilização contra a cultura do estupro e contra Cunha, que foi protagonizada pelo *Juntas!*. Por outro lado, estamos no "Ni Una Menos" em Buenos Aires e trabalhamos pela consolidação de figuras feministas de massas como Verónika Mendoza, Luciana Genro, Vilma Ripoll, Luciana Echevarría. As crises de representação e das instituições têm efeito sobretudo sobre as mulheres jovens, fato que impulsiona a busca por figuras que falem sobre temas até agora ausentes e proibidos nos debates públicos (o que no caso brasileiro será uma oportunidade para nossas candidatas nas eleições de outubro). Podemos denunciar e elaborar um programa (tarefa que corresponde a nossas companheiras) da falta de mulheres na política e nos espaços de direção (inclusive na nossa corrente), a denúncia e a luta contra a violência, a desigualdade no mercado de trabalho.

É um papel de nossa corrente valorizar os espaços de organização das mulheres como já ocorre no *Juntas!* do Brasil e

Argentina, formar quadros feministas e defender uma postura anticapitalista e internacionalista (um bom exemplo é o das relações estabelecidas com as mulheres curdas), e nos desvencilharmos das visões ultraesquerdistas e estreitas.

**A luta contra os planos de ajuste e as lutas da classe trabalhadora: por novas direções sindicais não burocráticas**

O setor central decisivo da luta da resistência aos novos planos reacionários é e será o movimento operário. A contrarrevolução econômica tem nos seus planos reforma das leis trabalhistas e das aposentadorias, a seguridade social e a flexibilização e terceirização laboral, uma peça fundamental para aumentar a produtividade do trabalho e a mais-valia relativa.

Não é uma casualidade que estas leis já tenham sido discutidas com passos graduais na Argentina e tentem ser colocadas na agenda no Brasil dos últimos dias de Dilma até agora. Parece-nos que também acontecerá o mesmo (ou está acontecendo) na Venezuela.

Aqui se concentra uma batalha decisiva que vai mostrar até onde irão a classe operária e também as direções burocráticas. Destas não podemos esperar muito, atuam pressionando com mobilizações para depois negociar e com esta política obrigam aos governos a ter que manter suas grandes concessões aos seus aparatos, o que em certa medida, impede esses governos de ir até o final.

Temos que responder à seguinte pergunta: voltará neste período a classe operária a cumprir um papel de vanguarda como foi nos anos 70? Com certeza, não como naquela época. Muitos outros setores entram na luta, mas o papel da classe operária é decisivo. Os educadores da CNTN mexicana têm dado mostras de sua capacidade de luta impressionante em Chiapas, com a ocupação de todos os prédios públicos e em Oaxaca. Dos empregados públicos, não há dúvidas sobre o seu papel. Mas algo que terá que ser visto também: até onde vai o proletariado industrial nesta nova etapa, onde o que estará colocado é sua renovação e o surgimento de direções, no que talvez seja o processo mais atrasado do período anterior.

**Por novas alternativas para enfrentar as burguesias reacionárias e a decadência do "progressismo"**

A construção de novas alternativas por fora dos regimes e a favor da revolução política deles, que lutem contra a austeridade, o extrativismo e o imperialismo (ou seja, que sejam definidamente anticapitalistas ou intermediários) é um novo processo que já começou e que nós devemos fazer parte, sem se dissolver nele, como uma estratégia do momento.

Trata-se, como dizíamos na introdução, de nos aprofundarmos em dois processos que se combinam. De um lado, a construção de um movimento político-social, ou social e político, que agrupe setores dispostos a enfrentar os novos ou velhos governos e a política das direções que já foram chamadas de "progressista"s, como as do Foro de São Paulo.

Devemos ter uma tática especial em relação aos setores sociais do kirchnerismo, lulismo e também o madurismo (talvez seja um pouco diferente no caso de Evo Morales), já que pode haver, no movimento social, elementos de unidade de ação conjunta, mas nossa relação se dará essencialmente por meio da disputa, por conta de sua dinâmica de aparatos capituladores que vão se acomodar à nova situação.

Todo nosso esforço é para formar um terceiro campo social-político e uma alternativa de poder, que são processos que estão intimamente ligados. Sabemos que o social é insuficiente e a política pelo governo/poder só pode ser dada por uma organização política ampla e que levante um programar similar ao que tem a Frente Ampla peruana – sua política tem que se definir também por sua localização nos processos. Além disso, sua posição, para

unir o social ao político, deve ser de estar presente em todas as lutas sociais e também nas batalhas eleitorais.

Acreditamos que já temos uma base política para desenvolvê-los, como exemplos concretos da política de nossa corrente:

**No Peru**, como já comentamos, há o processo mais avançado pela existência da Frente Ampla e de Verónica Mendoza como uma figura de massas, além do nosso papel na coordenação desse processo.

Nosso ponto mais frágil é a debilidade de quadros, quer dizer, de uma estrutura orgânica bem formada por nossa corrente, o que é uma grande tarefa que se apresenta para os companheiros.

**No Brasil**, onde existe o PSOL – que é essencialmente um processo que vem ganhado um grande espaço nas eleições municipais, mas que contraditoriamente não tem conseguido fazer, e vem sido difícil criar, uma política por meio das lutas sociais. Dentro do partido, o MES vem se esforçado para empalmarmos essa forma de construção, contribuindo com muita força, no movimento de juventude e de mulheres. O PSOL tem vivido uma luta política para se separar do velho, por conta da existência de personalidades e setores que vem agido de forma mais relutante.

De qualquer forma, as eleições municipais arrastam o PSOL, em seu conjunto, a importantes disputas (Rio com Freixo, São Paulo com Erundina e Porto Alegre com Luciana), nessa perspectiva.

**Na Venezuela** com o Marea Socialista, que é uma nova organização que conseguiu se formar em uma extensão nacional e criar aptos dirigentes, além de desenvolver processos no interior do país muito inseridos em sua política. Este é um processo que inevitavelmente vai se ampliar junto a outros setores descontentes com o chavismo. A Venezuela tem como particularidade uma forte e corajosa vanguarda surgida do processo bolivariano e um grande setor dela não está acomodada com o aparato, como foi o caso do kirchnerismo e do PT, além de também estar muito mais localizado à esquerda. Assim, o processo que nossos companheiros vêm conduzindo pacientemente há um ano tem possibilidades muito importantes de se concretizar, isto é, se o bonapartismo de Maduro não nos reprime até sermos desfeitos. Ao mesmo tempo, também se avança nas unidades de ação no país, como é o caso contra o extrativismo do Arco Mineiro.

**Na Argentina**, onde é a política do MST que teria as melhores condições objetivas, por meio das grandes lutas da classe trabalhadora e das mulheres, mas que conta com uma dificuldade contraditória que nossa organização (que possui um grande número de militantes organizados), sofre com as políticas sectárias da FIT, de um lado, e dos setores do kirchnerismo por outro. Mas, pelo que sabemos, está se avançando com um setor do CTA e também, na política eleitoral, estamos avançando com nossas figuras, frente à FIT.

Ali, onde existem nossas organizações (Paraguai, Chile e Panamá), nos arriscarmos a dizer que têm de ter esta política e que devem entrar em processos desse tipo. Não podemos inventar esses processos, eles têm de ser parte da realidade. Não podemos nos relacionar com eles de forma sectária e pedir que adotem todo nosso programa. Mas não é em todos os lugares que essa política pode ser aplicada  nem ao menos inventada.

**O trabalho na juventude e no movimento feminista**

A juventude, já escrevemos muitas vezes, é um setor privilegiado de nosso trabalho. É o setor de classe e dos trabalhadores em geral que mais sofre por conta da crise capitalista e do desemprego, além da falta de perspectivas e repressão aos seus direitos.

A juventude se formou, junto às mulheres, como o setor mais dinâmico nas mobilizações – foi assim no Chile, no Peru contra a lei Pulpin, na Argentina, no Brasil em Junho de 2013 e é assim novamente com as ocupações nas escolas do Paraguai e do Brasil.

Não se trata de falar muito da Europa, mas a aparição agora na França da *Nuit Debout* ("Noites em Pé") é um feito que indica tratar-se de um fenômeno mundial, assim como o peso que a juventude teve na campanha de Bernie Sanders.

Nossa corrente deu um passo importante ao ganhar corpo como juventude quando fez o Acampamento Internacional, que infelizmente, pelo acúmulo de tarefas e por conta da questão financeira, ainda não repetimos, mas temos que fazê-lo.

Nossas juventudes precisam ter seus próprios nomes, independentes de nossas organizações, que sejam em sua estrutura de quadros uma colateral delas. O bom é que não conhecem o passado, por isso "passam" do discurso do progressismo para estar abertos a nossa política e ao marxismo.

**Que alternativas existem e como se construíram**

As alternativas não se constroem com um programa acabado. Não é assim o caso do Podemos, nem o de Sanders, Corbyn ou da Frente Ampla Peruana. Devemos nos perguntar, então: "porque falamos de fenômenos intermediários?". Isso tem a ver com atual correlação de forças que há entre as classes: porque há uma ausência de um modelo alternativo e isso se refere não só ao fim do chamado "socialismo real", mas também as falências que terminaram sendo o madurismo, assim como o petismo.

Parece-nos que é mais importante sua localização em frente ao regime, sua política antirregime (que significa, também, anticorrupção), que seu programa definido exatamente em termos anticapitalistas, por essas ausências que assinalamos.

Nesse sentido temos que ser pacientes. A luta contra o extrativismo, contra o regime, contra as profundas reformas trabalhistas, levam objetivamente a um programa anticapitalista que ainda não está formulado. Como da mesma maneira a luta contra os dois tipos de direções e a demarcação delas levam, objetivamente, a ruptura com as mesmas.



**VIII – A importância do internacionalismo**

**Nosso dever: crescer na América Latina**

A crise de um polo mundial não pode ser superada por uma só organização. Hoje não há quem possa cumprir essa tarefa sozinho. Para avançar nesses objetivos, o mais importante de nossa parte é ampliar em todos os países possíveis as experiências que estamos fazendo e estabelecer uma relação com as vanguardas que existem nos EUA.

O feito de termos começado a fazer boas experiências na América Latina tem que ser visto como muito importante pela CEI da IV Internacional, já que assim como acontece na Ásia, podemos estender da mesma maneira o processo na América Latina, com a tradição e experiência que ela traz para fortalecer o processo mundial.

Daí que toma muita importância a relação com todos os processos que ocorrem. Relacionar-nos não é só uma forma de conhecer outras experiências, senão também de avançar na elaboração coletiva à qual podemos contribuir colocando o Portal de Izquierda ao serviço dela e participando como observadores no Secretariado Unificado da IV. Sabemos que temos lacunas importantes de informação, mas ainda mais de elaboração e estas são ferramentas fundamentais para supri-las.

# **ENTREVISTA COM BHASKAR SUNKARA:** A CAMPANHA DE BERNIE SANDERS E OS ESTADOS UNIDOS EM MOVIMENTO

## “Nos Estados Unidos, há uma nova geração mais aberta às ideias de esquerda e socialistas”

Entrevista com Bhaskar Sunkara, editor da *Jacobin Magazine*.

Thiago Aguiar [1]

### *Liberté, égalité, fraternité*

Numa tarde ensolarada da primavera nova-iorquina, somos recebidos num terraço na cobertura de um pequeno prédio do Brooklyn. No bairro tradicional, velhas construções são postas abaixo para dar lugar a novos empreendimentos imobiliários. Outros edifícios ficam de pé, mas ganham nova função. Antes de subir, um café no térreo com palco para apresentações de jazz e um mural convidando para palestras sobre “O Capital” mostra que os novos hipsters frequentadores do bairro, ao menos naquele pedaço, convivem com outro tipo de público. Um lance de escadas e chegamos à pequena sede da Jacobin, onde três jovens com menos de 30 anos trabalham freneticamente para preparar uma nova edição da revista-sensação da esquerda mundial, com tiragem na casa dos 20 mil exemplares. Uma placa sobre a porta indica onde estávamos: *Liberté, égalité, fraternité*.

O riso com a graça jacobina de nossos anfitriões dura muito menos que o espanto que nos causa a pouca idade de Bhaskar Sunkara, o fundador e editor da revista, de 26 anos. Em pouco tempo, com seu inglês frenético e sua mente ágil, ele explica seu nome: Bhaskar é filho de imigrantes de Trinidad e Tobago, de uma família cujas origens são da Índia, mas que desde o século XIX no Caribe conservou a religião e a língua.

Apresentações realizadas, Bhaskar fala das dificuldades de construção da esquerda num país continental, no qual “ninguém viajaria de Nova York a Los Angeles para uma reunião”. Rapidamente passamos a nossos temas do dia: a criação e o papel da Jacobin, a campanha de Sanders pela nomeação no Partido Demo-

1 Sociólogo, diretor da revista Movimento e militante do MES.

crata então ainda em andamento e os desafios da organização da esquerda na maior potência capitalista do mundo. Fomos brindados por muitas informações e pela percepção aguda de uma inteligência pulsante. As páginas a seguir reproduzem nosso diálogo.

***Movimento* – Como começou a publicação da *Jacobin Magazine* e o que você tinha em mente ao iniciar o projeto?**

Eu comecei o projeto quando eu era um estudante de graduação na *George Washington University*. Eu tive a ideia no verão de 2010, em agosto, com 20 anos de idade, após ter tido uma experiência com os debates da esquerda socialista. Eu já tinha uma base de contatos, não entre jornalistas e acadêmicos, mas com outras pessoas, ativistas que já tinham alguma experiência política e engajamento em debates teóricos como militantes, não como comentaristas ou jornalistas pequeno-burgueses. Então eu percebi que a organização da qual eu era parte – *Democratic Socialists of America* – seria insuficiente para o que eu pretendia, já que para fazer uma publicação teórica como eu a imaginava seria necessário contar com socialistas de outras tradições e organizações e não apenas da DAS. Eu precisaria ser independente. Também percebi que apesar de haver muitos blogs e espaços para comentários e debates, havia uma lacuna grande de publicações. Havia ainda algumas publicações, mas não um espaço de debate teórico socialista independente. Apesar de ter feito algumas tarefas de comunicação no DAS, eu não tinha qualquer experiência editorial. Como a situação política era difícil, tínhamos que nos refugiar em particular numa publicação teórica, com dois objetivos principais: um era preservar e construir uma hegemonia do pensamento político marxista entre os jovens ativistas, com os quais estávamos conectados, o que seria um objetivo "intra-esquerda"; e o outro seria um objetivo "inter-esquerda", se podemos dizer assim, para contribuir e aprofundar o debate no interior da esquerda existente. As publicações, no geral, tentam fazer uma coisa ou outra e acho que há poucas que se proponham a fazer as duas coisas.



***M* – Nesses quase 6 anos de *Jacobin*, que resultados vocês puderam colher?**

Bem, do ponto de vista quantitativo, saltamos de uma tiragem de mais ou menos 500 revistas por edição para as atuais 20 mil. Para uma revista socialista, é um caso sem precedentes. E, especialmente para os Estados Unidos, acho que cumprimos um papel de auxiliar a criar e moldar este discurso e esta cultura amplos de que agora, de várias formas, é relativamente comum e aceitável entre os jovens que se identifiquem como socialistas. Claro que o significado disso ainda é difuso e muitos deles não conseguiriam especificar o que isso realmente representa, mas é hoje muito difundido no país que jovens se identifiquem como socialistas. Não tínhamos nada disso quando a publicação começou. Evidentemente há muitos outros fatores, mas acho que cumprimos um papel de alcançar essas pessoas que de outra maneira não encontrariam a esquerda. Nós criamos grupos de leitura da ***Jacobin*** em todo o país e estamos trazendo mais gente para a esquerda. Queremos ampliar o número de pessoas envolvido nessa rede.

***M* – Você já havia me falado sobre a organização de dúzias de grupos de leitura pelo país. Como isso foi possível?**

Bem, primeiro, fica muito claro para as pessoas envolvidas que somos grupos nos quais certas ideias são aceitáveis e certas ideias são inaceitáveis. Nós nos esforçamos para que seja amplo o bastante para ter debate e para que possamos aumentar nossa base de participantes, mas ao mesmo tempo é estreito o suficiente para ter uma definição, como nossa publicação tem. Nossa concepção de socialismo, por exemplo, rejeita a ideia de que a União Soviética e os antigos países socialistas sejam um modelo a ser seguido. Defendemos que o socialismo seja vibrante e democrático. Nossa linha geral é de que aquelas experiências não são um modelo, ainda que tenhamos muitos debates específicos

sobre, por exemplo, se Cuba e seus esforços internacionais devem ou não ser apoiados criticamente. É uma combinação útil para os grupos de leitura, ampla o suficiente para ter participação e engajamento, não é estreita e conseguimos ter gente diferente envolvida, de muitas organizações socialistas, das quais vem 1/3 dos participantes. Os outros 2/3 são compostos por pessoas novas na esquerda socialista. Nosso interesse não é direcionar as pessoas e dizê-las que façam isto ou aquilo. Se há um espaço social e culturalmente interessante que seja acolhedor e se as pessoas se engajam em atividades políticas, os laços se criarão e o grupo cumprirá seu papel. Dessa forma, as pessoas voltam sempre. Numa cidade como Nova York, temos grupos que costumam reunir-se com 9 ou 10 pessoas em média. Não é um espaço intimidador. Pessoas progressistas, interessadas e sem experiência, podem se juntar, participar e fazer perguntas. Por mês, ao redor do mundo, há entre 1500 e 2000 pessoas que participam de grupos de leitura da *Jacobin*. Eles não são só leitores, consumidores de um produto. Eles podem engajar-se e nosso objetivo é fazer com que eles se sintam parte do movimento social nos Estados Unidos. Acho uma conquista importante, mas que só foi possível por conta do estágio inicial da esquerda no país e pelo fato de que não há um partido socialista de massas nos Estados Unidos.

***M* – É realmente uma experiência interessante... E vocês buscam essas pessoas em algum lugar específico, nas universidades? Há alguma forma de atraí-las?**

Nós não fazemos anúncios públicos para chamar pessoas, mas os grupos estão abertos. Na verdade, em geral as novas pessoas participam a partir do contato ou do convite de alguém, um amigo que já participe, numa espécie de rede. Obviamente, nós tentamos organizar grupos nas universidades pelo interesse que há nesses espaços, mas também porque o público dessa idade se aproxima mais desses espaços. Nossa média de idade é entre 20, 22 anos a 30 ou 32 anos. Há também pessoas de sindicatos, mas em geral de setores como professores ou profissionais da saúde. Essa, de certo modo, também é a base da esquerda nos EUA. Num sentido marxista, claro que estas pessoas são parte da classe trabalhadora, ainda que se possa dizer que são trabalhadores majoritariamente associados à classe média. Note que, entre os estudantes por exemplo, a maior parte está trabalhando em empregos precários de tempo parcial.

***M* – Você tem sublinhado que há um interesse crescente no socialismo nos EUA, em particular entre a juventude. A que você credita isto?**

Bem, esta é a geração criada no pós-Guerra Fria. O sentimento anticomunista foi muito mobilizado e utilizado no período anterior, mas arrefeceu. Então, há uma geração mais aberta às ideias de esquerda e socialistas. E estas pessoas, ao mesmo tempo, são parte de uma geração que não conta com uma rede de proteção social, com empregos estáveis e direitos que havia outrora. Isto é o que elas realmente desejariam ter, algum grau de estabilidade no trabalho. Antes, para as pessoas, a esquerda estava mais associada às noções pregadas pelo anticomunismo. Agora, a esquerda se relaciona, para muitos, a uma espécie de redistribuição social-democrata. Não se trata de uma esquerda revolucionária, mas me parece muito progressivo. É um reformismo vibrante no melhor sentido da palavra, que Sanders tem representado da melhor forma. Eu penso que não pode haver uma esquerda radical ao menos que haja um reformismo vibrante. De muitas formas, eu acho que há uma relação de simbiose aí. Não acredito, de todo modo, que possa haver um colapso imediato dessa forma de reformismo enquanto a esquerda radical não se fortaleça o suficiente para tanto, de modo a tirar vantagem disso. Então, acho que se este espaço criado pelo movimento ao redor de Sanders prossegue e se desenvolve por mais 10 ou 15 anos, acho que vai haver muito espaço para a construção

de uma esquerda radical nos Estados Unidos. Isso passa também pelo crescimento dos movimentos sociais. Acho que, comparado ao que vocês têm no Brasil, os movimentos sociais aqui são realmente pequenos e ainda estamos nos acostumando a eles, mas o "Occupy Wall Street", a resistência à austeridade em Wisconsin, o movimento pelo salário mínimo de $15, o "Black lives matter" são todas formas importantes de luta pública e extraparlamentar com que as pessoas estão se acostumando e começam a apoiar.

***M* – Também no Brasil há uma nova onda de movimentos sociais que emergiram nos últimos anos, especialmente após junho de 2013. Igualmente na Europa uma série de movimentos, como os "Indignados", têm inspirado muitos de nós. Quando criamos o *Juntos!*, nosso movimento de juventude, buscamos inspiração em muitas dessas experiências. Nesse período, os direitos democráticos têm sido atacados pelas necessidades da acumulação capitalista em todo o mundo e passa a ser uma tarefa sua defesa. Na sua opinião, essa seria uma luta meramente reformista ou em alguma medida a defesa dos direitos democráticos contra a austeridade é anticapitalista?**

Eu penso que se trata um pouco de ambos. De certa forma, o que tem ficado claro é que a ideia de burguesia nacional sempre foi uma mentira. Essencialmente, se a burguesia puder, ela não vai querer nenhuma forma de democracia ou de direitos. Então, obviamente se deve lutar pelos direitos democráticos e pelos direitos da classe trabalhadora. E isto não é reformismo, na medida em que a classe trabalhadora se fortalece com essas conquistas. Se há pleno emprego, por exemplo, ou estabilidade no trabalho, os trabalhadores têm mais confiança e podem ser mais militantes em seus locais de trabalho e sem receio de represálias que, se eventualmente ocorrerem, não impedirão aos trabalhadores de encontrar outro emprego. E na atualidade o capitalismo



não pode e tem menos disposição de conceder ou mesmo de manter antigas conquistas para defender sua lucratividade. Então, o Estado de bem-estar social é visto como gastos excessivos legados dos anos 60. É algo que não é abstrato: vai haver mais enfrentamento de classe. Se, por exemplo, você é um trabalhador de tempo parcial e tenta entrar em alguma forma de luta e negociação coletiva, isso será um grande aprendizado e penso que a esquerda radical deve se envolver, a partir da base, nesses processos. Se há uma pressão por baixo, uma luta, em defesa das conquistas do Estado de bem-estar social, é claro que é aí que a esquerda radical precisa estar, especialmente porque a social-democracia em todas as partes abandonou suas posições reformistas clássicas. Há então um espaço enorme para partidos à esquerda, como por exemplo *Die Linke* na Alemanha e o PSOL no Brasil para defender e impulsionar essas reivindicações. Esta espécie de movimentos "neo-reformistas" é muito importante e eu não consigo imaginar o surgimento de uma esquerda radical sem a presença e o crescimento anterior desse tipo de movimento. São passos que estão sendo dados e acho que a esquerda anticapitalista precisa estar ao lado desses movimentos. Claro que aqui não estamos usando reformismo em sua acepção clássica, ou seja, uma posição à direita para impedir o desenvolvimento de saídas revolucionárias. Trata-se de algo diferente: um novo reformismo surgido da traição da social-democracia em todas as partes.

*M* **– Bem, até aqui você me disse que há o surgimento de uma nova esquerda nos Estados Unidos baseada, em linhas gerais, na defesa de direitos. E então surge a campanha de Bernie Sanders. O que você pode nos falar a respeito?**

De certo modo, é como se o Bernie Sanders fosse um anacronismo porque a política social-democrata em geral apoia-se nos movimentos sociais e há cerca de 100 anos não se via algo assim na política dos EUA. Sanders reúne milhares de pessoas em

comícios com um discurso social-democrata clássico, de defesa dos direito dos trabalhadores, contra os interesses de outra classe que não permite que estes direitos se efetivem e que por isso precisa ser enfrentada e retirada de sua posição. É a linguagem clássica da luta de classes, que no entanto nunca havia sido ouvida por aqueles milhares de pessoas que então se dão conta de como são ideias radicais. O que surpreende em Sanders é sua capacidade de, com um discurso em linhas gerais socialista, conseguir alcançar um sentimento quase instintivo das pessoas. Por um lado, há uma pulsão por culpar o outro por seus problemas – o imigrante, os muçulmanos; por outro, há Hillary Clinton com sua defesa dos interesses dos ricos. E eis que surge Bernie Sanders, com um apelo quase que "demagógico", que na verdade é muito bonito, dizendo: "Você merece mais! Você pode mais! E nós podemos fazer isto tirando dos ricos!". Isto é uma grande novidade, especialmente para os Estados Unidos, onde há uma força muito grande dos valores individualistas para resolver problemas coletivos: se você perdeu seu emprego, a culpa é sua e talvez você deva tomar algumas lições de negócios para resolver sua situação. Bernie, ao contrário, tem mostrado que podemos coletivamente conquistar mais se lutarmos. Sanders dialoga com a raiva das pessoas e uma coisa que precisa ser dita é que ele enfrentou e denunciou com muita combatividade a classe dos milionários e bilionários americanos. Outro que também foi até mais agressivo é Trump, mas ele é estreito e fala para uma base tipicamente pequeno-burguesa, mais velha e particularmente branca e masculina. A coalizão ao redor de Sanders, por sua vez, é mais diversa racialmente, mais jovem e paritária em termos de gênero. Fala-se que Sanders não tem o voto dos negros. É verdade, mas se você olhar a parcela mais jovem dos negros, aqueles com até 40 anos, a mesma faixa etária que participa de movimentos como o "Black lives matter", você verá que Sanders empata com Clinton ou tem até taxas de apoio mais favoráveis. Então, é possível dizer até por essas características demográficas que a coalizão ao redor de Sanders tem grandes possibilidades de influenciar a política americana pelos próximos 10 ou 15 anos. E realmente não creio que se trate de *wishful thinking*. Claro que Clinton tem mais chances de ganhar a nomeação por ter uma campanha mais estabilizada, por representar uma "marca" mais conhecida na política americana e por parecer ter mais chances de ser eleita, enquanto Sanders é alguém que apareceu mais recentemente. Mas as prévias causaram uma divisão e contradições grandes no interior do Partido Democrata, opondo um setor do establishment partidário ao redor de Clinton e um novo grupo de apoiadores jovens e engajados de Sanders. Então, os próximos meses serão muito interessantes.

***M* – O chamado a uma "revolução política" por Sanders é o que você pensa ser o mais interessante em seus discurso?**

Talvez. É muito vago na verdade. Eu nunca fui muito atraído por esse tipo de discurso, que também aparece em outras partes, justamente por ser vago. Talvez, para mim, o mais interessante em Sanders é seu apelo pela redistribuição e o fato de opor duas classes. A "revolução política" pode, de certa forma, terminar parecendo uma espécie de saída pequeno-burguesa, como tirar dinheiro dos políticos e acabar com a corrupção para resolver nossos problemas. Claro que não é nessa direção que Sanders foi ao falar em "revolução política". Mas talvez o tema da redistribuição seja mais interessante porque não precisamos superestimar a "revolução política" apenas por ter a palavra "revolução".

***M* – Houve uma polêmica na esquerda americana sobre a disputa de Sanders pela nomeação no interior do Partido Democrata. Como você avalia este debate e como ele segue?**

Bem, estrategicamente, eu concordo com os setores do trotskismo que criticam Sanders por disputar a nomeação no interior dos democratas. E na história da esquerda dos EUA,

nós perdemos mais atuando no interior dos partidos majoritários do que perdendo uma eventual oportunidade. Então, como princípio geral, faz todo sentido nunca trabalhar no interior do Partido Democrata. No entanto, penso ser necessário algumas vezes separar estratégia de tática e me pareceu bom senso apoiar Sanders desde o dia seguinte a seu anúncio de que disputaria a nomeação, ainda em abril do ano passado, porque – meu deus! – nunca na história deste país os movimentos sociais foram levados em consideração num processo eleitoral. A esquerda não tem nenhuma possibilidade normalmente de interferir nos rumos de uma eleição nacional. Então, acho uma decisão tática acertada tentar organizar um discurso mais amplo, participar de um processo de prévias e ver o que se pode recolher de um movimento como este no período seguinte. É mais uma vez uma questão de bom senso: Sanders atrapalhou ou ajudou a construir um movimento independente da esquerda nos Estados Unidos? Ele expôs e criou contradições no interior do Partido Democrata? O movimento ao redor de Sanders terá mais ou menos chances de construir uma alternativa de esquerda independente após as prévias? Há mais ou menos chances de causar uma cisão no Partido Democrata se nós tivermos a habilidade de ganhar força como alternativa de esquerda independente em nível nacional? Sim, para mim é claro que ele expôs essas contradições. O receio de setores do trotskismo de que Sanders estaria conduzindo a juventude numa coleira para o interior dos democratas é improcedente porque estes jovens, de outra forma, não estariam participando do processo de prévias e eles decidiram fazê-lo como um setor barulhento e muito incômodo para a cúpula do Partido Democrata. Então, acho que nesse momento do país, acho que é correto separar uma estratégia mais geral desta tática. Precisamos ter um amplo criticismo e saber que não lutamos para transformar o Partido Democrata, mas compreender que podemos usar este processo de prévias para fortalecer nossos interesses e oportunidades posteriores. Quando esta campanha acabar,



vamos reunir essas pessoas para tarefas não eleitorais. E nós não poderíamos ter essa localização agora se tivéssemos ficado de fora deste movimento.

***M* – Você acha que Sanders poderá contribuir com este movimento após as prévias?**

Sim, Sanders conhece os movimentos sociais e muitos dos que o assessoram têm dado passos nessa direção. Estas pessoas têm alguma familiaridade com os movimentos sociais. Ele teria dificuldades, mesmo se quisesse, de tentar disputar o Partido Democrata, já que ele ali é uma espécie de *persona non grata*. Uma sinalização do que ele pode fazer no futuro ele deu durante a própria campanha pela nomeação, quando no meio das atividades eleitorais ele ajudou a recolher fundos em apoio a uma greve de trabalhadores da comunicação. Não havia qualquer razão material para que ele apoiasse um sindicato naquele momento, já que a votação naquela região já havia inclusive ocorrido. Mas fatos como este ajudam a mostrar a orientação política mais ampla de sua campanha. Não acho que a campanha gerará por si uma nova organização da esquerda, mas acho que ela mostrou um espaço no qual podemos trabalhar pelos próximos 10 ou 15 anos para isto. E Sanders, pessoalmente, é um homem idoso, já com 75 anos, então eu realmente não sei ainda quanto gás ele teria para contribuir com isto. Eu acho que Sanders vai formalmente declarar apoio a Hillary, mas individualmente não sei se ele votará nela [risos]. Não acho que ele vá se engajar muito pela campanha de Hillary, salvo por conta de Trump. Se houver uma comoção muito grande por conta do risco de Trump e se houver algum tipo de chantagem com Sanders, talvez ele tenha que se engajar mais pela campanha de Hillary. Mas não vejo que no futuro ele será hostil à esquerda ou aos socialistas. Acho que ele já nos abriu muito espaço e isto era tudo o que precisávamos. Claro que se ele terminar fa-

zendo muita campanha para Hillary, isto dificultará um pouco nosso trabalho, mas se ele declarar apoio e depois permanecer nos bastidores, acho que ficaria bem.

***M* – A campanha de Sanders nas prévias abriu outras possibilidades eleitorais?**

Sim. Eu acho que é possível [vencer com] Debbie Medina [a campanha pelo Senado em Nova York]. Ela é uma ativista pelo direito à moradia e esteve envolvida num importante conflito em defesa de uma importante escola [Bushwick United, no bairro do Brooklyn]. Ela é parte do movimento de Sanders – *Democratic Socialists of America*. Temos a chance de ampliação com essa campanha. Há oportunidades também para eleger representantes em nível local [vereadores], como já há em Seattle com o *Socialist Alternative* [Kshama Sawant]. Claro que há uma tonelada de dinheiro nas campanhas eleitorais, mas é difícil que eles consigam despejar todos esses recursos em campanhas nas pequenas localidades, enquanto ao mesmo tempo cresce o apoio aos socialistas. Houve por exemplo um caso em Minneapolis, em que um candidato socialista perdeu por apenas 1%, mas bateu na porta de cada casa de seu distrito pelo menos três vezes durante a campanha.

***M* – E vocês farão o mesmo na campanha aqui em Nova York ao Senado?**

Sim, sim. Uma campanha *old school* [risos]. Eu imagino que no Brasil vocês devam fazer o mesmo. Sei de camaradas na Alemanha que costumam fazer esse tipo de campanha porta a porta. E, culturalmente, isto é difícil para os alemães, há uma distância formal e bater na casa das pessoas não é algo bem visto. Aqui nos Estados Unidos, e em particular em Nova York, há maior abertura e esta é uma grande possibilidade para fazermos campanha.



***M* – Você mencionou Sanders e Trump, duas campanhas que mostram a polarização que os EUA vivem hoje. O que motiva isto em sua opinião?**

As pessoas estão com raiva e isto gera a polarização, que em parte é uma polarização de classe. Trump tem uma base principalmente pequeno-burguesa, mas ao mesmo tempo também tem recebido apoio de setores da classe trabalhadora que usualmente apoiavam os democratas, mas perceberam não ganhar nada em troca deste apoio, o que é verdade. Acho que parte do sentimento dos apoiadores de Trump é justificável, mas claro que as soluções não. As pessoas estão com raiva e querem de algum modo chacoalhar o status quo, chacoalhar a espécie de consenso "centrista" que existe na política dos Estados Unidos. Por outro lado, acho que ainda há na base do Partido Democrata um apoio ao "New Deal", à "Great Society" e a este tipo de iniciativa de redistribuição, enquanto a cúpula deste partido desde o princípio dos anos 80 chegou à conclusão de que estes programas são inviáveis. Então, nós temos dois partidos do capital, mas um deles tem base na classe trabalhadora, o que cria muitas contradições. Num partido trabalhista clássico, há certos canais envolvendo os sindicatos e outras formas de institucionalização do voto da classe trabalhadora. O Partido Democrata não tem isto. Estas contradições estão sendo expostas: as pessoas querem um sistema político e lideranças completamente diferentes, mas não há canais para processar essa demanda. Então, a raiva cresce e isto se manifestará no processo de prévias. Até porque não há aqui uma forma de filiação organizada, como há nos partidos europeus. Não há, por exemplo, um modo formal de se expulsar alguém do Partido Democrata ou do Partido Republicano. É impossível. Então, o próprio sistema partidário aqui é muito mal compreendido. O sistema partidário moderno é uma criação da luta de classes. O Partido Social-Democrata Alemão é o primeiro partido organizado moderno. Então, esta disciplina, ao redor de programas, membros, processos de filiação e expulsão, não há nada disto nos Estados Unidos. Nós temos aqui um sistema proto-partidário, um aglo-

merado de partidos locais e regionais, esse tipo de coisa. Claro que ambos partidos têm lideranças e formas de estruturá-las e diferentes blocos do capital por trás deles. Por isso eu diria que o Partido Democrata tem mais dificuldades para lidar com esse tipo de contradições do que um partido social-democrata clássico teria. Mas é importante lembrar que nunca houve social-democracia organizada nos Estados Unidos. Quando Sanders fala em social-democracia, Estado de bem-estar social, estas são ideias insurgentes, enquanto na Europa estas são ideias dos velhos partidos social-democratas. Mas, apesar disso, acho que se Sanders estivesse na Europa, ele seria de algum partido como Podemos ou *Die Linke*.

***M* – Bem, Bhaskar, você nos falou de uma espécie de programa intuitivo, de organização, de círculos de leitura e de militância. Soa como alguma espécie de soft leninismo nos planos da Jacobin... O que vem depois disso?**

[Risos] Bem, eu acho que o papel da *Jacobin* é criar a gramática, ajudar a criar a gramática para que outras pessoas possam construir. Queremos oferecer o pano de fundo e dar condições para que outras pessoas possam trabalhar. Queremos aumentar a politização e a consciência de classe nas organizações e movimentos que já existem. Eu acho que, essencialmente, este é o único papel que pode ter uma publicação. Não acho que uma publicação possa ter algum objetivo mais profundo, salvo se estiver ligada a alguma organização, e não creio que as pessoas envolvidas no projeto estejam capacitadas para ser organizadores. Acho que algo emergirá quando as condições permitam isto. Claro que, como marxistas, queremos ser parte de um movimento maior, mas o papel da *Jacobin* é ser apenas mais uma das peças para esta emergência.

***M* - Era apenas uma provocação.**

[Risos] É claro.



***M* - Mas você falou algumas vezes de 10 a 15 anos. O que você espera que ocorra nesse período?**

Bem, o que eu espero? Eu espero que nós vamos perder. Você sabe: a questão da ação coletiva é mais a exceção do que a regra. Falando em termos de trabalho, capital e trabalho têm uma relação de interdependência. Trabalhadores individuais dependem mais de seu capitalista do que este depende de qualquer grupo de trabalhadores no curto prazo. Então, em vez de partir de conceitos como "falsa consciência" ou mesmo algumas ideias dos bolcheviques que eu rejeito, prefiro olhar para uma situação e pensar: por que não há conflito de classe aqui? Acho melhor pensar o conflito de classe mais como a exceção do que a regra e então isolar os motivos pelos quais houve este conflito ou resistência de massas e estudá-los. Eu acho que nós vivemos um momento com mais possibilidades políticas do que no momento anterior, mas penso que nós devemos estar conscientes com o fato de que se não fizermos nada iremos perder ao invés de acreditar que nós vamos surfar em alguma onda no futuro.

# **ELEIÇÕES 2016:** POSSIBILIDADES ABERTAS PARA OS SOCIALISTAS E A LUTA CONTRA A "LEI DA MORDAÇA"

## Os socialistas e as eleições - um debate atual[1]

Camila Goulart e Israel Dutra[2]

Estamos às vésperas de mais um processo eleitoral. Nesse caso, esse será mais do que especial. Vale lembrar a anedota que conta nosso deputado Pedro Ruas, a do radialista que na falta de comentar algo novo nas eleições sempre lembra que essa eleição será "atípica", na verdade reafirmando que toda eleição é "tipicamente atípica". Não só apenas pelas novas regras eleitorais e a lei da mordaça, mas especialmente pela crise no regime implantada por Junho de 2013 e intensificada pela Lava Jato, além da crise econômica vigente no país de forma intensa há três anos.

Podemos afirmar que essa eleição de 2016 estará marcada por elementos inéditos: 1) a chance uma candidata socialista vencer as eleições em Porto Alegre; 2) uma candidatura majoritária competitiva na capital do principal Estado do país; 3) a imprevisibilidade que o turbulento cenário nacional nos impõe; e 4) a construção do PSOL como alternativa em dezenas de cidades no país.

Como parte do processo de formação marxista que estamos realizando, queremos apresentar nesse texto um debate de mais fôlego acerca do significado da disputa eleitoral para os socialistas, como forma de renovar e discutir, à luz do século XXI, uma de nossas principais esferas de atuação.

### Os socialistas e as eleições: oportunidade para falar com as massas

Qual seria um bom ponto de partida para discutir as eleições? Vale a pena retomar o conceito de que as eleições são um espelho distorcido dos conflitos entre classes e setores sociais distintos. Como espelho distorcido, refletem de forma particular os anseios e conflitos que a sociedade pulsa cotidianamente. Esta de-

1 Documento originalmente elaborado como subsídio para uma escola de quadros do Movimento Esquerda Socialista do Rio Grande do Sul no outono de 2016.
2 Camila Goulart é vice-presidenta do PSOL-Porto Alegre e Israel Dutra, sociólogo, é membro da Direção Nacional do PSOL.

finição é muito importante. A luta dos trabalhadores e da juventude, historicamente, é para representar politicamente os interesses dos "de baixo". E é a esquerda radical, no caso do Brasil através do PSOL, que defende e levanta esses interesses. Por isso é tão importante o programa. Voltaremos a ele mais adiante.

A sociedade se organiza em classes sociais – mesmo dentre as classes temos setores diferentes e heterogêneos – e estas expressam diferentes interesses. E, portanto, diferentes pensamentos e propostas. Os partidos burgueses usam as eleições para garantir sua estabilidade e dominação. Votam leis no parlamento de acordo com seus interesses. Atuam nas câmaras das cidades para viabilizar o lucro dos setores que os financiam. No âmbito nacional, defendem medidas que sempre levem em conta os interesses dos grandes capitalistas e seus aliados. Por isso, dizemos que os partidos burgueses representam e expressam as classes capitalistas no terreno da política.

Podemos citar dois exemplos recentes: a) as inúmeras denúncias na operação Lava Jato mostram de forma didática como funciona o esquema de financiamento e corrupção: os grandes capitalistas, em um oligopólio chamado de "clube das empreiteiras", garantiam contratos milionários através da ação do poder público e retribuíam com financiamento legal e ilegal das campanhas eleitorais, um esquema do qual se beneficiaram todos os grandes partidos da chamada "casta" política; b) o circo que significou a votação do *impeachment* desnudou aos olhos de milhões o que vínhamos falando há tempos: a grande maioria dos representantes eleitos obedece a uma lógica de seus interesses particulares. O show de horrores só confirmou isso.

A desigualdade no processo eleitoral é flagrante. Para apoiar os partidos burgueses tradicionais, a direita utiliza como linha auxiliar os setores vinculados a grupos particulares, no seio da própria burguesia ou de grupos de interesse. Bons exemplos são a direita que se organiza na bancada ruralista (representa os interesses do latifúndio e do agronegócio), na bancada da "bala" (representantes militares de caráter conservador que atuam sobre a classe média assustada com o medo da insegurança pública) e a bancada fundamentalista (ligados a algumas igrejas evangélicas – aqui temos que ter muita atenção para não confundir o fundamentalismo com as parcelas da classe trabalhadora que são religiosas num país como o nosso).

Portanto, os partidos burgueses controlam o processo eleitoral através de seus postos no "sistema", no financiamento legal e ilegal e nas leis draconianas, que garantem a desigualdade entre os partidos. Um dos atos mais importantes de Eduardo Cunha, sancionado por Dilma, foi aprovar a contrarreforma política, conhecida como "Lei da Mordaça", que restringe o tempo de tevê e o acesso ao debate para partidos com menos de nove deputados federais.

Ou seja, o controle da burguesia sobre os processos eleitorais distorce seus resultados. Porém, nas eleições, como parte da luta política da sociedade, existem também brechas. A luta do povo brasileiro na resistência, no ascenso operário do ABC entre 1978-82 e na campanha por Diretas Já derrotou a ditadura civil-militar. Hoje temos um regime com maiores possibilidades do que naquele controlado pelos militares: temos liberdade de associação, os socialistas podem se organizar, defender suas ideias e eleger seus representantes. No regime militar, apenas dois partidos concorriam às eleições: a ARENA e o MDB, uma oposição consentida. Não havia direito de voto para prefeitos, governadores e presidente. Ou seja, uma ditadura que perseguia, torturava e matava seus opositores como política de Estado.

Na presente conjuntura histórica, estamos vivendo sob a crescente demanda por democracia real e o esgotamento dos modelos tradicionais dos partidos burgueses e também dos partidos reformistas tradicionais.

Junho de 2013 colocou o Brasil na rota dos indignados. Essa foi uma definição muito importante para nossa ação política. Desde 2011, com a queda das ditaduras históricas no mundo ára-

be e o 15-M na Espanha, a onda dos indignados avançou no mundo. Sua principal demanda era a de "Democracia Real", ou seja, que as eleições e os processos decisórios da sociedade possam ser mais abrangentes, democráticos e participativos.

No Brasil, tivemos uma conjuntura complexa, em razão da própria construção política nacional e do peso do PT. Entretanto, tanto no terreno social como no político, vimos se expressar a demanda por uma democracia dos "de baixo". O movimento em torno da campanha de Luciana Genro e o reconhecimento que o PSOL está ganhando nas ruas e nas redes são grandes sintomas.

**A realidade mundial também nos mostra outros exemplos**

O exemplo espanhol é o mais conhecido. Depois de anos em que se alternavam dois partidos – o socialdemocrata e o conservador – irrompeu, a partir dos indignados, uma alternativa, nova em forma e conteúdo: o Podemos. Começou elegendo cinco deputados para o parlamento europeu[3] e deu um salto de qualidade nas eleições municipais, onde participou de confluências e alianças que venceram em cidades como Barcelona, Madrid, Cadiz, Zaragoza, etc. Hoje, disputa com chances reais de ter a candidatura de Iglesias como a mais votada nas próximas eleições gerais, que acontecem no dia 26 de junho[4]. Temos dois exemplos em países centrais: a vitória de Corbyn nas internas do partido trabalhista inglês e o contágio do fenômeno Bernie Sanders. Apesar das suas limitações programáticas, são dois exemplos de como as ruas podem se expressar nas urnas.

Na América Latina, nas eleições peruanas, chamou a atenção a participação de Veronika Mendoza, jovem candidata que conseguiu unificar a esquerda na Frente Ampla, junto aos movimentos sociais, saindo de 2% para quase chegar ao 2º turno com pouco menos de 20% das intenções de voto. O Bloco de Esquerda português foi a grande novidade no ano passado, comandado por duas mulheres, Marisa Matias e Catarina Martins[5].

Estamos assistindo ao fortalecimento de novas alternativas de esquerda em várias partes do mundo: Irlanda, Escócia, entre outros. Mas também se fortalecem, como expressão da polarização em curso, alternativas de direita por fora dos partidos tradicionais, como Trump nos Estados Unidos.

No Brasil, o novo ciclo político pós-PT vai ter seu primeiro teste nas eleições municipais, na qual será testada a representação do social e do político como ecos de junho.

Porto Alegre, como se sabe, é uma cidade-referência para o conjunto da vanguarda mundial. Há menos de duas décadas se projetou como exemplo de democracia participativa e como espaço mundial por conta do Fórum Social Mundial. Também foi a capital da resistência em 1961, onde a partir da cadeia de legalidade, encabeçada por Leonel Brizola, se derrotou a tentativa de golpe civil-militar. Portanto, carrega um legado enorme. Na história recente, Porto Alegre antecipou parte do que seriam as Jornadas de Junho, quando uma mobilização multitudinária da juventude derrotou a proposta da prefeitura de aumentar as tarifas do transporte, no mês de abril, portanto, dois meses antes da explosão de Junho em São Paulo. E, naquela ocasião, houve uma combinação particular da ação do movimento de massas com a política do PSOL: a bancada de vereadores do Partido na capital ganhou a causa jurídica que determinou o retorno da tarifa ao preço anterior.

**Conceitos para entender a disputa eleitoral: Estado, regime e governo**

Para compreendermos a disputa política travada dentro da lógica capitalista no processo eleitoral, faz-se necessária uma retomada dos conceitos marxistas de Estado, regime e governo. Muitas vezes o desconhecimento ou mesmo a má fé na utilização deles leva a análises equivocadas ou a erros históricos. O Estado pode ser

3 O Podemos teve 7,98% dos votos na Espanha nas eleições europeias em julho de 2014 (mais de 1,25 milhão de votos), ultrapassando os 10% em Madri.
4 Em junho de 2016, a coligação Unidos Podemos (Izquierda Unida e Podemos) obteve 21% dos votos (mais de 5 milhões de votos), constituindo a terceira força política do país.
5 O Bloco de Esquerda teve o melhor resultado de sua história em outubro de 2015: 10,22% dos votos.

definido como uma organização ou uma ferramenta composta por um conjunto de instituições que são comandadas por uma determinada classe social para explorar outras. E o caráter desse Estado se define por que classe é essa. No caso do capitalismo, o Estado é comandado pela burguesia. Logo, podemos defini-lo como um Estado burguês. Para a burguesia comandar, iludindo os explorados, propagandeia que o Estado representa de igual forma a todos. Mas não nos enganemos, ele segue sendo utilizado pela burguesia para explorar a classe trabalhadora. A classe que domina o Estado pode fazer isso de diferentes maneiras, utilizando com mais ou menos peso distintas instituições.

A forma como essa classe domina é o que define o regime politico, que pode mudar dependendo do período, sem alterar o caráter do Estado. Num Estado burguês, podemos ter um regime mais ou menos democrático. Na ditadura civil-militar brasileira, por exemplo, o Estado era burguês e o regime, sustentado pelos militares e empresários, era autoritário. Num mesmo regime, podemos ter diferentes governos. O governo corresponde a que pessoas e partidos estão à frente de um Estado e de seu regime político. Como afirmou Moreno,

> *"Em síntese, o Estado é 'que' setor social governa, que classe social tem o poder. O regime é 'como' governa esta classe, em um dado período; através de quais instituições e articuladas de que forma. O governo é 'quem' exerce o poder num dado momento; quais as pessoas, grupos de pessoas ou partidos são a cabeça, os que tomam as decisões nas instituições do regime e do Estado"*[6].

Analisando o caso brasileiro, podemos afirmar que vivemos num Estado burguês, que passou por uma transição no período de 1985-88 de um regime ditatorial para um regime democrático-burguês alicerçado no funcionamento do Executivo presidencialista, de um sistema legislativo bicameral e do judiciário com relativa autonomia entre os poderes. Nosso regime democrático é marcado pela utilização do poder econômico. Apesar da aparência da representação popular, os parlamentos e governos

6 MORENO, Nahuel. As Revoluções do Século XX. Câmara dos Deputados, 1989. p. 27.



geralmente representam as classes dominantes, com parcos espaços de democracia direta, exceto o voto. Nas eleições isso se dá de forma muito concreta. Vide exemplo da contrarreforma eleitoral, que foi mencionada acima. Apesar disso, as eleições, mesmo que com regras injustas, são um importante espaço de disputa política, no qual os socialistas historicamente se apresentam para disputar um projeto que represente os trabalhadores. Justamente pelas regras serem sempre e cada vez mais prejudiciais a estes, muitos trabalhadores são enganados e acabam por eleger – seja por compra de votos, por falta de informações e conhecimento – representantes da burguesia.

Essa contradição ficou evidente no show de horrores que foi a votação da Câmara dos Deputados sobre o impeachment. As pessoas que assistiram não se sentiram representadas pela ampla maioria dos deputados federais. Mais do que isso: ficaram horrorizadas com o que viram. Foi o fechamento de um ciclo. Do ponto de vista da construção de um projeto da esquerda socialista é necessário analisarmos como o PT, um partido que nasceu das lutas do final da década de 1970 e inicio dos anos 1980 por democracia, se transformou em um partido da ordem, num partido do regime. Nessa questão, é importante pensar que no auge do petismo, que no seu governo combinou uma política econômica neoliberal com políticas sociais, a chamada governabilidade no Congresso Nacional passou pela aliança entre o PT e partidos burgueses que, naquele triste domingo, demonstraram a sua natureza conservadora e reacionária. A conciliação de classes que existiu por 13 anos não resistiu à séria crise econômica em que estamos e os aliados de ontem se transformaram, por sua natureza de classe, nos algozes de Dilma. O modo petista de governar chegou ao seu limite. Governar com as empreiteiras, em aliança com partidos do regime e sem contestar a grande mídia, significa estar do lado contrário dos interesses dos trabalhadores e da juventude. Se é verdade que o Estado serve para garantir a exploração de uma classe por outra, ao se incorporar ao regime democrático-burguês, o PT traiu

seu programa fundacional e os trabalhadores, sua antiga base de sustentação.

**As eleições ao longo da história: a luta da classe trabalhadora e das mulheres pelo sufrágio universal**

As grandes revoluções burguesas deixaram um legado importante: a ruptura com o domínio da nobreza e do clero e sua forma prioritária de regime, a monarquia e o absolutismo. A Revolução Francesa foi a expressão mais bem acabada da utopia burguesa de "liberdade, igualdade, fraternidade". Por sua radicalidade, com as massas insurgentes combatendo contra o rei, a Revolução Francesa abriu uma nova época na humanidade, na qual a democracia começava a ser ampliada sob bandeira da razão e da liberdade, desferindo um golpe na ideia da vontade divina no governo de todo o povo, encarnado num déspota (monarca).

Pelas suas limitações enquanto classe, a burguesia não pôde concluir sequer sua promessa de programa. Seu caráter progressivo foi rapidamente se transformando num caráter reacionário. Assumiu as rédeas da sociedade e como classe dominante não só não aprofundou a democracia liberal como integrou e realizou compromissos com parcelas da monarquia e na nobreza, dando sobrevida aos impérios até a I Grande Guerra, já no século XX.

Com a limitação histórica da burguesia, restou à classe trabalhadora encarnar as esperanças de democratização e de participação da grande massa do povo. Ampliaram-se, ao longo da história, os conflitos ao redor da luta pelo direito ao voto para o conjunto da sociedade. O que poucos sabem é que foi a classe trabalhadora, com sua luta, que conquistou esse direito. Os primeiros movimentos de trabalhadores combinaram lutas reivindicativas com lutas políticas. Antes mesmo de Marx lançar o *Manifesto Comunista* (1848), a classe operária lutava pelo direito ao voto, ao sufrágio universal. Na França e na Inglaterra dos anos 30 do século XIX, o centro da luta era a expansão da democracia através



do voto operário. Foi organizada a Associação dos Operários pelo voto universal. Com a elaboração de uma carta de reivindicações, o movimento foi batizado de "Cartista". O cartismo ganhou força em todo território inglês, incorporando a sua plataforma a luta pela diminuição da jornada de trabalho, abolição da lei dos pobres e de proteção às crianças.

Marx saudou o cartismo afirmando que a realização dos seis pontos "políticos" de seu programa levariam a uma grande vitória dos trabalhadores da Inglaterra, que poderiam abrir o caminho para grandes momentos da humanidade. Os pontos a que se referia Marx eram medidas como: a igualdade do peso dos votos entre os distritos; supressão do censo exigido dos candidatos do Parlamento (que limitava essa possibilidade somente a burguesia rica e à nobreza); o voto secreto; eleições anuais e salário para os membros do Parlamento (antes somente os ricos possuíam condições de exercer a atividade política sem receber). Tais medidas se articulavam com a luta geral pelo sufrágio universal.

Um salto na organização da luta política dos trabalhadores se verificou com a composição das primeiras organizações de caráter revolucionário e comunista. Muitos tomam como certidão de nascimento o documento conhecido como *Manifesto Comunista*, escrito por Marx e Engels. Naquele documento histórico e até hoje atual, além dos aspectos gerais de análise minuciosa da marcha da humanidade e da luta de classes como motor da história, está muito presente a ideia da luta da classe trabalhadora como uma luta política. Justamente o ano de 1848 em que a Europa conhece um amplo movimento democrático visando à abertura política dos regimes, muitos com formas ainda monárquicas e híbridas. Aquele fatídico ano ficou conhecido como ano da "Primavera dos Povos" pela luta democrática no continente europeu.

Engels registra a história inicial da luta da classe trabalhadora, em sua busca por representar-se politicamente, no texto *Para a história da Liga Comunista*, e nos fornece uma boa imagem dessa trajetória e da polêmica com grupos que menosprezavam as

conquistas democráticas, como Proudhon e outros anarquistas:

> *"Mas, provava-se agora que a Liga tinha sido uma excelente escola de actividade revolucionária. [...] Do mesmo modo em Hamburgo. Na Alemanha do Sul, o predomínio da democracia pequeno-burguesa barrava o caminho. Em Breslau, Wilhelm Wolff esteve activo com grande sucesso até ao Verão de 1848; [...] Nas publicações oficiais desta associação circulam por isso perspectivas defendidas também no Manifesto Comunista à mistura com reminiscências corporativas e desejos corporativos, restos de Louis Blanc e Proudhon; em suma, queria-se agradar a toda a gente. Especialmente, eram postas em andamento greves, associações de ofícios, cooperativas de produção e esquecia-se que se tratava, antes do mais, de, por vitórias políticas, conquistar o terreno a partir do qual somente, com o tempo, semelhantes coisas são realizáveis"*[7].

O modelo mais próximo da democracia direta, a primeira experiência da classe trabalhadora na direção da administração pública viria ser o grande levante da Comuna de Paris. No ano de 1871, na moderna Paris, vivia-se o primeiro governo operário da história. Entre suas principais realizações foram listadas as seguintes: residências vazias foram desapropriadas e ocupadas; a jornada de trabalho foi reduzida; os sindicatos foram legalizados; instituiu-se a igualdade entre os sexos; o monopólio da lei pelos advogados, o juramento judicial e os honorários foram abolidos; testamentos, adoções e a contratação de advogados tornaram-se gratuitos; o casamento tornou-se gratuito e simplificado; a pena de morte foi abolida; o cargo de juiz tornou-se eletivo; a igreja deixou de ser subvencionada pelo Estado e os espólios sem herdeiros passaram a ser confiscados pelo Estado; a educação tornou-se gratuita, laica e compulsória; escolas noturnas foram criadas e todas as escolas passaram a ser de frequência mista.

Com a palavra, o próprio Karl Marx descreve os feitos da Comuna:

7 ENGELS, Friedrich. Para a História da Liga dos Comunistas, 1885. Disponível em https://www.marxists.org/portugues/marx/1885/10/08.htm



> *"O poder de Estado, que parecia planar bem acima da sociedade, era todavia, ele próprio, o maior escândalo desta sociedade e, ao mesmo tempo, o foco de todas as corrupções. [...] O primeiro decreto da Comuna foi pois a supressão do exército permanente e a sua substituição pelo povo em armas.*
>
> *A Comuna era composta por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal nos diversos bairros da cidade. Eram responsáveis e revogáveis a todo o momento. A maioria dos seus membros eram naturalmente operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna devia ser, não um organismo parlamentar, mas um corpo activo, ao mesmo tempo executivo e legislativo. Em vez de continuar a ser o instrumento do governo central, a polícia foi imediatamente despojada dos seus atributos políticos e transformada num instrumento da Comuna, responsável e revogável a todo o momento. O mesmo se deu com os outros funcionários de todos os outros ramos da administração. Desde os membros da Comuna até ao fundo da escala, a função pública devia ser assegurada com salários de operários [...].*
>
> *Os funcionários da justiça foram despojados dessa fingida independência que não servira senão para dissimular a sua vil submissão a todos os governos sucessivos, aos quais, um após outro, haviam prestado juramento de fidelidade, para em seguida os violar. Assim como o resto dos funcionários públicos, os magistrados e os juízes deviam ser eleitos, responsáveis e revogáveis"*[8].

A derrota da Comuna de Paris levou o movimento operário a um refluxo ao final do século XIX. Contudo, a luta pela ampliação dos espaços de representação da classe não parou por aí. Um bom exemplo na arte está no filme "Daens, um grito de justiça", que mostra a luta da classe operária belga para garantir seus direitos sociais e políticos.

O século XX mudaria completamente esse quadro, com a vitória da Revolução Russa e com a democracia ganhando novo sentido. Entravam em cena, pela primeira vez na história, orga-

8 MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. Sobre a Comuna, 1871. Disponível em https://www.marxists.org/portugues/marx/1871/05/30.htm

nismos de poder direto dos trabalhadores em seus locais de trabalho e moradia. Eram os "sovietes" (em tradução livre, conselhos) de operários e soldados. Foi uma experiência muito importante, traída e deformada pelo stalinismo anos mais tarde. Esse debate é fundamental e será pauta de um novo curso/seminário.

As mulheres, como expressão da opressão do patriarcado, herança dos antigos regimes absolutistas que sob o capitalismo se aprofundou em diversos pontos, não tinham direito ao voto até meados do século XX na ampla maioria dos países. A luta das mulheres, com métodos de enfrentamento, organização de massas, choques violentos contra os patrões e o regime, marcou um novo tempo. O filme "As sufragistas", lançado recentemente, retrata uma pequena parte dessa luta.

Sobre esse debate e o filme, que foi lançado no Brasil em meio ao ascenso que as mulheres estão protagonizando, sobretudo na juventude com a "Primavera das Mulheres", reproduzimos trecho do artigo de Giovanna Marcelino, no especial que Juntas fez a respeito:

> *"O que foi a primeira onda do feminismo?*
> *Contexto histórico, econômico e social.*
>
> *Iniciada no final do século XIX, a primeira onda do feminismo foi um conjunto de movimentações protagonizado por mulheres em torno da luta por igualdade política e jurídica entre os sexos. O eixo que marcou esse primeiro período de atividade feminista foi a reivindicação por direitos iguais de cidadania (direito à educação, propriedades e posses de bens, divórcio, etc.), tendo como auge a luta sufragista pelo direito ao voto feminino, que aconteceu em diversos países no mundo.*
>
> *Seu surgimento pode ser lido como um sintoma de um cenário histórico específico. Enquanto movimento social é um fenômeno essencialmente moderno, relacionado ao contexto de profundas transformações no campo do trabalho, da cultura, do Estado e da vida nas cidades, que surgiram de forma efervescente na Europa após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.*
>
> *O pano de fundo das mobilizações da primeira onda do feminismo foi, portanto, o resultado dos desdobramentos produzidos por essa "dupla revolução" (econômica e política) nas sociedades europeias: o surgimento de um novo tipo de configuração social, a sociedade moderna. Ou ainda, a ascensão de um novo estágio do capitalismo – estágio que, como diz Marx no Manifesto Comunista, representa uma etapa do desenvolvimento histórico ao mesmo tempo progressista e contraditória em relação aos períodos anteriores, tendo em vista a combinação de aspectos positivos (urbanização, democratização, industrialização), com negativos (exploração, reificação, dominação).*
>
> *Em termos econômicos, o nascimento dessa nova sociedade configurou um sistema que passava a concentrar a produção coletiva em fábricas, que se baseava pelo conflito entre classes (com a distinção entre trabalhadores destituídos de meios de produção e empregadores capitalistas) e que passava a incorporar mulheres e crianças como mão-de-obra barata. No âmbito político, houve a instituição democrática de uma comunidade de "cidadãos" livres possuidores de direitos sob a forma de Estados-Nação, bem como a consolidação de três correntes intelectuais e políticas, com visões de mundo divergentes sobre os rumos da sociedade emergente: o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo.*
>
> *A princípio, as bandeiras levantadas pela primeira onda do feminismo foram convencionalmente identificadas com a luta das chamadas "feministas liberais", mulheres de classe média e alta, na época inspiradas pelas noções de Estado e Democracia fomentadas pela Revolução Francesa e pela ideia de ampliação dos direitos presentes na "Carta de Declaração dos Direitos do Homem" às Mulheres.*
>
> *Entretanto, como bem mostra o próprio filme As Sufragistas, recém lançado no Brasil, elas não foram as únicas protagonistas; foram parte da primeira onda, mas não representam seu todo. No cenário de profundas transformações econômicas e políticas que marcaram a época moderna, com o avanço da indústria e da exploração do trabalho, as mulheres trabalhadoras cumpriram um papel histórico importantíssimo. Este é, inclusive, um grande acerto do filme, pois ele retrata este importante marco da história de luta das mulheres através*

*da narrativa das experiências de uma jovem trabalhadora, protagonista do filme, ao invés de seguir a perspectiva comumente difundida, de que o movimento sufragista foi feito pelas liberais burguesas"*[9].

## Brasil: democracia racionada e simulacro

Nosso país tem uma história marcada pela falta de canais democráticos. Marighella foi feliz ao classificar nossa democracia como "racionada"[10]. Durante toda a sua história, nosso país teve mais um "simulacro de democracia" do que de fato sólidas instituições de representação da vontade popular. O Brasil de Cunha e Maranhão é também retrato de uma elite que preza muito pouco pela escuta das demandas da sociedade civil. Nossa pesada herança autoritária pode ser encontrada nos traços escravocratas e autoritários que atravessaram os séculos. Fomos um dos últimos países ocidentais a abolir a escravidão. A proclamação da República data de 15 de novembro de 1889.

Ao contrário do que setores da academia e do senso comum afirmam, o povo brasileiro não aceitou de forma passiva as manobras reacionárias da elite. O país sempre foi marcado por duros enfrentamentos, regionais, étnicos e de classe. As elites sempre usaram de diversas formas e métodos para rearranjar seus interesses: golpes militares, manobras e também "pactos por cima", resolvendo as pugnas e conflitos de setores dissidentes sem incluir o povo como ator fundamental das decisões.

Da proclamação da República até Vargas em 1930 nosso país viveu a etapa conhecida como "República Velha". Ali se institucionalizaram mecanismos de controle como o "voto de cabresto" e o domínio dos grandes proprietários de terra sob a gestão pública em grande parte do país: o "coronelismo". Na República Velha, as principais frações de classe que davam as cartas eram os agropecuaristas de São Paulo e Minas Gerais, daí a derivado o binômio "café com leite".

Uma das principais demandas articuladas por militares da baixa oficialidade, nos movimentos tenentistas, era o direito ao voto e a entrada na vida política nacional de contingentes dos setores militares, até então alijados do voto. O tenentismo foi um importante movimento que lutava por democratização e pela modernização das regras eleitorais, tendo um caráter progressista, de onde sairia Luiz Carlos Prestes, principal figura da esquerda e do partido comunista na primeira metade do século XX. Vargas, ao romper o pacto anterior das elites regionais, representou um contraditório movimento de duplo sentido: por um lado selou uma recomposição de pacto por "cima", inclusive com traços autoritários e paternalista; por outro, acelerou a incorporação de reivindicações que modernizaram o sistema político nacional – o código eleitoral de 32 contava com medidas como a criação da Justiça Eleitoral, o voto feminino, o voto secreto e o sistema de representação proporcional.

O Brasil sempre teve democracia como excepcionalidade. A esquerda, na maior parte do século XX, foi proscrita e teve de atuar ou na clandestinidade ou na semi-clandestinidade. A presença de representantes comunistas nos debates para a Constituinte de 1946 foi efêmera. Logo, as elites desferiram uma lei para cassar os mandatos populares e da esquerda.

A conjuntura brasileira se acelerou no ano de 1961. A tentativa de golpe para sacar Jango, derrotada pelo levante da legalidade, acirrou a luta de classes. Durante três anos a luta por reformas de base opôs os setores mais reacionários da sociedade que, com o apoio do imperialismo, travou encarniçada batalha pela direção do Estado. O golpe civil-militar de 1964 foi o maior retrocesso da democracia brasileira no século XX. Vivemos uma longa noite de vinte anos, com atrocidades cometidas pelo terror de Estado, interrupção por completo de debates no seio da sociedade e um país controlado pelos militares sob a ideia de "Brasil: ame ou deixe-o".

**9** MARCELINO, Giovanna. "As Sufragistas: reflexões sobre o passado e o presente de luta das mulheres", 2016. Disponível em https://juntos.org.br/2016/01/especial-juntas-as-sufragistas-e-a-primeira-onda-do-feminismo/
**10** SECCO, Lincoln. "A democracia racionada", 2013. Disponível em http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1545

A entrada em cena da classe operária do ABC no final dos anos 70 rompeu o equilíbrio de forças entre as classes e uma vez mais com a demanda democrática de livre-associação, direito ao voto direto para presidente, combinado com lutas econômicas, abriu-se o cenário para irromper a luta democrática. A campanha pela anistia e retorno dos exilados e a criação de novos partidos – entre eles o Partido dos Trabalhadores – reforçaria o clima de esperança democrática.

A campanha das Diretas Já foi uma expressão do movimento de massas, com muita força da juventude, das classes médias e do ascenso que seguia no movimento operário e popular. Uma vez mais a burguesia utilizou a saída por cima, com a sua proposta de "reação democrática", para descomprimir a pressão social. A unidade em torno da chapa Tancredo/Sarney, depois da derrota da emenda Dante de Oliveira, representou esse novo rearranjo. O PT, corretamente, convocou o boicote ao colégio eleitoral da eleição indireta, posição contrária das correntes stalinistas como o PCB e o PCdoB. A Constituição de 1988 representou um grande embate. Em meio a uma correlação de forças interessante ao movimento de massa, a Carta de 1988, trazia avanços sociais importantes como o SUS, porém sedimentava as posições do regime da Nova República, motivo pelo qual o PT decidiu não assinar a carta de conjunto, apesar de ter batalhado por emendas em diferentes áreas.

O atual modelo de sistema político é o que propicia a corrupção generalizada – que nada é mais do que o domínio de empresas e carteis sobre as decisões mais importantes do poder público. As grandes empresas controlam a política, seus representantes e dessa forma, podemos dizer que controlam a vida das pessoas. Exemplos não faltam: do clube das empreiteiras denunciado na Operação Lava Jato ao cartel das empresas de transporte público em Porto Alegre. A evolução dos privilégios pode ser anotada ao longo da história: a evolução das famílias/clãs às castas político-empresariais, nas quais os traços iniciais verificados no coronelismo ganham contornos modernos, sem mudar a lógica espúria que domina a política no Brasil. Por isso nossa democracia tem elementos de simulacro.



**O papel de uma prefeitura do PSOL na construção de uma nova política**

A crise do regime da Nova República é vista a olho nu. Depois da derrocada do 17 de abril e da consagração do processo de impeachment, ficou nítido para amplas massas que apenas um verdadeira revolução política no país poderia reverter a tragédia que a casta representa.

Tivemos um grande acontecimento que foram as Jornadas de Junho de 2013. Foi um primeiro ensaio geral que deixou como lição – dentro de suas múltiplas contradições – que a auto-organização da juventude e dos trabalhadores pode ser a ferramenta das conquistas. E que a rua é um espaço fundamental da disputa política.

Com a força do "espírito de junho", disputaremos as próximas eleições de outubro. O PSOL vem ganhando espaço desde 2012 com a "Primavera Carioca" de Freixo; com o salto na sua simpatia entre a juventude; com a campanha de Luciana Genro em 2014; e, agora, com o derretimento do projeto do PT, pode ser visto como uma nova esquerda anticapitalista e combativa. Não será fácil, vide os debates sobre o conjunto da esquerda, dentro do próprio PSOL e do papel nefasto que ainda cumpre o PT para igualar os projetos supostamente de "esquerda".

A chance do espírito de junho encontrar uma representação política é alargar o espaço para um terceiro campo na política brasileira, alicerçado nas mobilizações da juventude, onde o PSOL em geral e Luciana Genro em Porto Alegre tem papel central. Muitos ativistas nos questionam: "Mas, chegando ao poder, o PSOL não vai repetir os mesmos erros do PT? Vocês não vão aderir à lógica da governabilidade?". Tais ponderações são mais do que

naturais, num momento de confusão política. Fundamos o PSOL para ser uma nova política e uma nova esquerda. Bebendo das influências e das diferentes vertentes da tradição da esquerda brasileira, mas apresentando um projeto completamente inovador. Por isso rompemos com o PT em 2003, quando Lula e Dirceu expulsaram os "radicais" por causa da reforma previdenciária. Somos parte um outro projeto.

Não acreditamos que basta vencer uma prefeitura, eleger um vereador ou deputado e depois esperar sentados pelas transformações. O PT sustentou que o Brasil poderia mudar apenas com o slogan "Lula lá". Para o PSOL brilhar, nossa estratégia terá inevitavelmente que ser outra.

Uma prefeitura de Luciana Genro vai articular movimentos sociais e políticos para além das fileiras do PSOL. Será uma prefeitura responsável por elevar o nível da luta política, ampliando sobretudo a capacidade de participação e debate popular. Porto Alegre tem um suporte e uma memória de experiências de participação popular. A ideia do Orçamento Participativo é viva, seu projeto inicial, ainda que na forma atual tenha se desvirtuado. Com a nova capacidade de integração tecnológica e colaborativa, uma experiência que se pensa como democracia direta tem ainda melhores condições para se transformar num êxito e numa referência internacional. Ajuda nesse caso também o fato de que o Fórum Social Mundial tenha sido um dos cartões de visita "políticos" da cidade na virada do século.

Se a experiência de um governo local pode incorporar as reivindicações e se transformar numa novidade, pode servir para acelerar a construção de um terceiro campo, hegemonizado pela nova esquerda anticapitalista, em parceria com outros setores. Isso quer dizer ter medidas concretas, articuladas com atores da própria cidade. Os planos de trânsito e mobilidade urbana serão construídos em conjunto com os agentes da EPTC. Para ampliar a qualidade do transporte público ninguém melhor do que os funcionários da Carris para ajudar na construção de uma proposta sobre



toda a cidade. Acumulando diálogo com a comunidade e com a guarda municipal, pensar um modelo eficaz e integrado de segurança. Enfim, partir de medidas concretas para mudar a realidade concreta. Isto deve ser articulado com a luta geral para um novo Junho, por uma nova institucionalidade no Brasil, uma assembleia popular constituinte, que vire do avesso o sistema político.

Uma das experiências novas que devemos acompanhar com entusiasmo e atenção são as "prefeituras da mudança" na Espanha: Barcelona, Madri, Cadiz, Zaragoza. O modelo espanhol é uma grande fonte de aprendizado. Outro exemplo histórico de socialistas a frente das prefeituras foi o de Liverpool, nos anos oitenta, onde a prefeitura foi chave no apoio à resistência quando da grande greve mineira contra Margaret Thatcher.

Precisamos fazer uma campanha eleitoral com esse perfil. Utilizar nossos mecanismos para avançar numa concepção de mobilização. Não será uma tarefa fácil, porque as máquinas dos partidos tradicionais farão de tudo para sabotar nossa experiência e chance de vencer.

**Polêmicas com o reformismo**

O debate em relação a reforma ou revolução não é novo, ao contrário, é histórico. Já foi tema de um dos mais importantes livros da Rosa Luxemburgo, *Reforma ou Revolução*, escrito em 1900, no qual Rosa faz uma dura polêmica com o reformismo. Leitura obrigatória para todos marxistas, já que o debate segue cada vez mais atual. Não é verdade que os revolucionários são contrários às reformas. Estas são muito importantes, já que significam avanços em direitos para o povo ou setores do povo. As reformas não são concessões da burguesia, mas sim conquistas da luta dos trabalhadores, que necessariamente significam derrotas à classe dominante. São brechas que temos que aproveitar para conquistar. O cerne do problema está na reforma como um fim em si mesmo. A tese de que chegaremos ao socialismo por meio

de reformas sociais é tipicamente social-democrata. Vimos esse fenômeno histórico em diversos países. Chamamos esses partidos, que na grande maioria das vezes já nem mesmo visam ao socialismo, de reformistas. E também vimos onde essa estratégia vai dar: adaptação ao regime e traição à classe. É aí em que o PT se encaixa.

Durante os anos 1980, o PT cumpriu um papel progressivo ao articular setores reformistas e setores revolucionários em um mesmo partido, no período da chamada redemocratização. Porém, o PT já possuía um erro de origem, em relação a sua caracterização quanto à natureza e ao caráter do Estado, como afirma Roberto Robaina :

> *"Já no manifesto de fundação do PT, de fevereiro de 1980, afirmava-se que 'o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem as condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões de seus rumos. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática […]'.*
>
> *Parece uma questão menor, sem importância, mas não é. Sobre essa definição está a base da confusão, ou melhor, do 'desvio' que já embutia uma acomodação do PT no regime político democrático-burguês. Quer dizer, o objetivo do partido foi desde o início a mudança do Estado, não sua destruição, como Marx, Engels e Lênin definiam a tarefa estratégica dos revolucionários. Ficava evidente que o partido adotava uma estratégia que não percebia o Estado como expressão da sociedade no qual a burguesia é a classe dominante, de tal forma que a derrota desse Estado, avalista e garantia do domínio burguês, era necessária para derrotar a dominação de classe. E para mudar o Estado, a utilização da cédula eleitoral pode ser suficiente"*[11].

E foi essa linha que ganhou no interior do PT. Vimos o PT, ao longo dos últimos anos, ganhando prefeituras, governos, aumentando seus arcos de alianças, rebaixando seu programa. Houve muita luta interna dos setores de esquerda, contra uma direção que cada vez mais ganhava a hegemonia dentro do partido. Setores de esquerda aos quais nos incluímos. Foi dessa forma que o Partido dos Trabalhadores chegou ao poder, em uma aliança espúria com José Alencar, representante dos empresários da indústria, na época filiado ao Partido Liberal (PL), atual Partido da República (PR). Não tardou para que as primeiras medidas fossem para responder aos anseios de seus novos amigos burgueses. Em 2003 veio a (contra) reforma da previdência, que retirou direitos históricos dos trabalhadores. Direitos que, como vimos, haviam sido conquistados e não dados. Essa história já é conhecida, foi neste momento que os radicais foram expulsos do PT e começamos a luta para construir o PSOL. Para que os trabalhadores tivessem uma ferramenta com um programa claro em defesa de seus interesses. Não entraremos em detalhes sobre o que foram os anos de governo petista, mas quisemos atentar para a acomodação deste ao regime. A grande lição que fica é que a cédula eleitoral é muito importante, mas não é suficiente.

As experiências históricas devem servir de aprendizado. E a história do PT nos prova que além das eleições, o PSOL tem que ser realmente radical. Assim como foram chamados os seus fundadores. Um partido que sirva de ferramenta da classe trabalhadora. Que impulsione e se solidarize com a luta direta dos mais diversos setores do povo. Dos secundaristas que ocupam escolas às mulheres que cotidianamente se empoderam. Das greves que pipocam Brasil afora à luta por moradia digna. Das lutas em defesa da educação e da saúde aos direitos LGBTs. Da luta contra a corrupção e contra as castas políticas ao enfrentamento à guerra às drogas. Mas, mais do que isso, tem que ser um partido que levante um programa capaz de dar unidade a todas essas lutas muitas vezes desconectadas e dispersas para apresentar uma alternativa real para a classe. Precisa se postular como alternativa desses diversos lutadores e não ter medo de se apresentar nas eleições. Há setores esquerdistas que menosprezam o processo

11 ROBAINA, Roberto. "Um pouco do que somos e o que defendemos". Disponível em http://robertorobaina.blogspot.com.br/p/mes-movimento-esquerda-socialista.html

eleitoral e defendem apenas a ação direta. As eleições são uma oportunidade que não podemos desperdiçar. É uma brecha para nos apresentarmos a parcelas de massas. Disputarmos consciências. Conquistarmos direitos. Não podemos permitir que os trabalhadores não encontrem correspondência aos seus anseios. Que elejam representantes da classe opressora. Essa visão esquerdista, acima de tudo, é pequeno-burguesa e elitista. Como dizia Lênin, participar das eleições e galgar postos no parlamento burguês ajuda a despertar as massas ainda inconscientes da necessidade de uma transformação radical da sociedade capitalista, para as próprias contradições desse parlamento e para necessidade de ter suas próprias representações.

**O lugar do mandato socialista no Parlamento**

Além da luta pra construir novas experiências no poder executivo, os socialistas têm larga tradição na luta parlamentar. Um dos símbolos da luta pela autodeterminação dos trabalhadores, pelo internacionalismo e contra o oportunismo foi o grande camarada de armas de Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht.

O revolucionário alemão foi um exemplo de deputado porque votou contra os créditos de guerra, apesar de ter ficado em minoria no parlamento alemão. Essa foi a votação mais importante da história do movimento operário no terreno parlamentar, pois anunciou a traição e falência da social-democracia que apoiou a entrada da Alemanha na I Guerra Mundial. Liebknecht foi expulso do Partido Social-Democrata Alemão, simbolizando na sua expulsão o abandono da história e do programa do partido. Qualquer semelhança com o que o PT fez com Luciana Genro e Babá não é mera coincidência.

Temos uma visão de mandato parlamentar: coletivo, atuante junto aos movimentos sociais, internacionalista, de denúncia constante dos acordos das castas, de ação prioritária extraparlamentar e de sua linha política subordinada à direção do Partido e controlada pela militância de base. O parlamentar é antes de mais nada um militante revolucionário, que naquela altura de sua trajetória, cumpre tarefas especiais de figura pública. Nos recorda Bensaïd, sobre a concepção de militante:

> *"É também por isso que a concepção do militante revolucionário não é para Lenin a do bom sindicalista combativo mas a do 'tribuno do povo', intervindo 'em todas as camadas da população', para apreender a forma concreta em que se entrelaçam uma multiplicidade de contradições. Esta questão está no coração do famoso debate sobre os estatutos do partido, minuciosamente comentados em Um passo à frente, dois passos para trás"* [12].

Nosso modelo de parlamentar se molda com critérios da Internacional Comunista da época de Lenin e Trotsky, adequados naturalmente para a situação política atual. Alguns deles aparecem na declaração de 1920 do II Congresso da III Internacional que segue abaixo. É sobre a tradição e os ensinamentos legados pela luta de classes e por nossos mestres que pretendemos encarar de frente a tarefa de enfrentar os partidos burgueses diante da falência do regime da Nova República na eleição de 2016 e nas lutas que virão.

> *"Os deputados comunistas estão obrigados a subordinar toda sua atividade parlamentar à ação extraparlamentar do partido. [...] O deputado comunista está obrigado a colocar-se à cabeça das massas proletárias, na primeira fila, bem à vista, nas manifestações e nas ações revolucionárias;*
>
> *Os deputados comunistas estão obrigados a estabelecer por todos os meios (e sob controle do partido) relações por cartas e de outro tipo com os operários, os camponeses e os trabalhadores revolucionários de toda classe, não imitando em caso algum os deputados*

12 BENSAÏD, Daniel. "Lenin, ou a Política do Tempo Partido", 2000. Disponível em https://www.marxists.org/portugues/bensaid/ano/mes/lenin.htm

*socialistas que se esforçam para manter com seus eleitores relações de 'negócios'. Estarão sempre à disposição das organizações comunistas para o trabalho de propaganda no país.*

*Todo deputado comunista no parlamento está obrigado a recordar que não é um 'legislador' que busca uma linguagem comum com outros legisladores, mas um agitador do partido enviado para atuar junto ao inimigo para aplicar as decisões do partido. O deputado comunista é responsável não ante a massa anônima dos eleitores mas sim ante o partido comunista seja este ilegal ou não;*

*Os deputados comunistas devem utilizar no parlamento uma linguagem inteligível ao operário, ao camponês, à lavadeira, ao pastor, de maneira que o partido possa editar seus discursos em forma de folhetos e distribuí-los nos rincões mais distantes do país;*

*Os operários comunistas devem abordar, mesmo quando se trata de sua iniciação parlamentar, a tribuna dos parlamentos burgueses sem temor e não ceder o lugar a oradores mais 'experientes'. Caso necessário, os deputados operários devem ler simplesmente seus discursos, destinados a serem reproduzidos na imprensa e em panfletos;*

*Os deputados comunistas estão obrigados a utilizar a tribuna parlamentar para desmascarar não somente a burguesia e seus lacaios oficiais, mas também os social-patriotas, os reformistas, os políticos centristas e, de modo geral, os adversários do comunismo, e também para propagar amplamente as ideias da III Internacional [...]"* [13].

13 Introdução de Trotsky e Teses de Bukharin-Lenin aprovadas pelo II Congresso da Internacional Comunista (Julho de 1920). Disponível em http://centrovictormeyer.org.br/partido-comunista-parlamentarismo/



## Nossa luta por democracia real em Porto Alegre

Luciana Genro[1]

O desafio de governar Porto Alegre está colocado. Para isto estamos nos preparando. Nossa busca por construir uma democracia real na cidade se expressa na própria construção de nosso programa de governo. Para esta construção chamamos a população da cidade, através de uma plataforma de internet, e também através de inúmeras reuniões presenciais que juntaram milhares de pessoas, desde especialistas em segurança pública até donas de casa que lutam pela moradia. Neste processo buscamos conexão com as experiências novas que vêm sendo desenvolvidas pelos governos de "confluências cidadãs" na Espanha.

No final de maio estive em Madri, onde fui convidada a participar da conferência "Cidades Democráticas", organizada pela prefeitura da cidade, em parceria com diversas entidades que lutam por democracia real. A prefeita da capital espanhola, Manuela Carmena, disse, no evento de que participei com ela, algo que me parece uma direção fundamental na construção de um governo popular realmente democrático. Precisamos rever o rótulo da prefeita enquanto uma "política" no sentido tradicional do termo. Devemos redefinir a relação do povo com o poder, estimulando a cidade inteira a "fazer política" e geri-la de forma conjunta, através de confrontos, disputas e sínteses. A prefeita deve ser uma cidadã a mais, que tem o dever de gerir a cidade, mas, acima de tudo, de partilhar os espaços públicos com a cidadania, lutando para que as pessoas gostem da cidade, sintam-se acolhidas na sua diversidade, reivindiquem, e também sejam parte da gestão da cidade.

A tecnologia pode ser uma grande aliada nesta construção democrática. Nossa geração vivencia um processo de transformação gigantesco, e precisamos utilizar as novas possibilidades abertas pelo desenvolvimento tecnológico e pela emergência de uma cidadania mais crítica e participativa para operar uma transformação

1 Dirigente do PSOL, do Movimento Esquerda Socialista e candidata à Prefeitura de Porto Alegre.

profunda no processo democrático, revolucionando as instituições e aproximando-as das pessoas e, desta forma, construindo uma democracia mais real.

O evento de que participei em Madri me possibilitou conhecer mais de perto a experiência espanhola de construção do que eles chamam de "confluências", uma unidade política e eleitoral de diferentes fluxos político-sociais, e de como isso desenvolve-se, uma vez no poder municipal, em governos plurais, com uma participação mais direta da cidadania na sua gestão, e menos reféns das castas políticas tradicionais.

A primeira evidência trazida pela experiência espanhola[2] é que precisamos fugir das velhas lógicas de partido e construir novos espaços que possam ir além da mera soma aritmética das partes, construindo confluências que integram movimentos reais que lutam em defesa da cidade como um "bem comum", seja no âmbito do lazer, da moradia ou da mobilidade urbana, por exemplo, e desta confluência apresentar candidaturas cidadãs democráticas que representem estas lutas.

Sabemos que a disputa contra o *status quo* é muito dura. Para termos chances de vencer é preciso tecer uma rede humana e descentralizada, conectando com a campanha eleitoral as praticas através das quais se luta pela (re)conquista dos direitos e do que é comum. Se nos organizarmos a partir de objetivos e práticas concretas poderemos alcançar vitórias que pareciam impossíveis.

Precisamos gerar um "transbordamento cidadão", um novo ecossistema político do qual não teremos controle e que deverá desenvolver-se livremente no processo de mobilização. Este sistema de rede de pessoas deve gerar uma "autopoiésis" isto é, um mecanismo que possibilita a um sistema vivo se reproduzir de forma auto-organizada, ter sua vida própria, autônoma, sendo massa crítica e ao mesmo tempo massa de construção política.

Temos o desafio, portanto, de impulsionar um "acontecimento aumentado" que se desdobre em uma "multidão conectada"

2 http://www.ihu.unisinos.br/noticias/543541-bem-vindos-a-era-dos-pos-partidos-politicos



e gere um "sistema de rede". Javier Toret Medina explica o conceito de "multidão conectada", como "a capacidade de conectar, agrupar e sincronizar, através de dispositivos tecnológicos e comunicativos e em torno de objetivos, os cérebros e corpos de uma grande número de sujeitos em sequencias de tempo, espaço, emoções, comportamentos e linguagem" e que este tipo de multidão emerge em conexão com "acontecimentos aumentados", que estão na base da geração ou reativação do que ele define como "sistema de rede"[3].

Neste cenário o PSOL pode e deve ser um motor desta confluência, junto com os demais partidos políticos que venham a se unir em torno da nossa candidatura, e a cidadania e os movimentos sociais serão as células autopoiéticas que mantêm este novo ecossistema vivo.

Neste processo nossa tarefa de tomar a cidade e suas instituições de baixo para cima e de fora para dentro torna-se possível e, ao mesmo tempo, torna-se também possível que o resultado desta "tomada de poder" seja algo radicalmente distinto do que existe hoje, pois o processo de conquista já terá sido o início da experiência diferenciada.

O resultado deverá ser um governo que não compreenda a cidadania apenas como um espaço para consulta e validação de decisões já tomadas, mas sim que constrói ferramentas que possibilitam a organização e a participação dos que desejam, tornando suas decisões vinculativas e não apenas consultivas.

Isto significa um governo que "manda obedecendo", no qual os representantes eleitos são "expropriados" do poder absoluto, pois estão sob controle permanente da cidadania organizada, como diz Pablo Soto, vereador pela confluência *Ahora Madrid* e programador responsável pela plataforma decide.madrid.es, através da qual a população madrilena participa das principais decisões da prefeitura. É isto que queremos construir em Porto Alegre: uma democracia real, onde o governo "mande obedecendo" à cidadania, titular soberano do mandato da prefeita.

3 MEDINA, Javier Toret. *Tecnopolítica y 15M: la potencia de las multitudes conectadas. Um estudio sobre la gestación y explosión del 15M*. UOC Ediciones, Barcelona, 2015. pp. 34-35.

# A "lei da mordaça" e os retrocessos na legislação eleitoral brasileira: impactos e expectativas

Samara Castro[1]

> *"De repente deixou de ser sagrado, de repente deixou de ser direito, de repente deixou de ser, o voto. Deixou de ser completamente tudo. Deixou de ser encontro e ser caminho, deixou de ser caminho, deixou de ser dever e de ser cívico, deixou de ser apaixonado e belo e deixou de ser arma – de ser arma, porque o voto deixou de ser o povo"* [2] *(Thiago Mello)*.

O objetivo desse breve artigo é debater acerca do papel dos socialistas nas eleições burguesas bem como demonstrar os últimos ataques a pouca democracia ainda existente no processo eleitoral brasileiro. A "governabilidade" não é princípio constitucional, enquanto a necessária participação das minorias do debate público e nas instituições políticas o é. O número de partidos não caracteriza a democracia, o direito de oposição o faz. Isso deve ser considerado na divisão do fundo partidário, no acesso ao rádio e na televisão e na avaliação de uma cláusula de desempenho (SALGADO, 2010). Desse modo, será discutido o impacto da "Lei da Mordaça" nas eleições municipais de 2016, como forma de impedir o surgimento de um novo ator político.

## O papel dos socialistas nas eleições

A democracia burguesa existente no Brasil, mesmo com todo seu descrédito decorrente da corrupção, das promessas de eleição nunca cumpridas e de todos os escândalos envolvendo dinheiro público, terá o seu processo eleitoral garantido e os trabalhadores irão comparecer às urnas. De fato, isso não se dará de forma imediata como um ato de crença no sistema político, mas sim como uma obrigação a ser cumprida mediante a falta de outra alternativa de organização política e social.

1 Advogada, mestranda em Direito e Políticas Públicas pela UFRJ e militante do PSOL-RJ.
2 In: A canção do amor armado. Publicado no livro "Faz escuro, mas eu canto", 1996.

Desse modo, é tarefa importante para as organizações socialistas e revolucionárias intervir no debate eleitoral. A participação nas eleições parlamentares e na luta através da tribuna parlamentar são obrigatórias para o partido socialista, precisamente para educar os setores da classe trabalhadora e principalmente para ser vocalização das demandas populares. Entendendo todos os limites do parlamento, enquanto não existe força suficiente para sua dissolução, mister se faz atuar no seio dessas instituições. Precisamente porque é por meio destes que as ideias socialistas alcançam setores não atingidos de outra forma.

Vale ressaltar que em 1917 os bolcheviques participaram das eleições ao parlamento burguês da Rússia, à Assembleia Constituinte, em setembro-novembro de 1917. Àquele momento, Lênin em sua obra *Esquerdismo, doença infantil do comunismo* chega à conclusão de que estava provada a necessidade de participação num parlamento democrático-burguês. Isso porque longe de prejudicar o proletariado revolucionário, permitir-lhe-ia demonstrar com maior facilidade à classe trabalhadora a razão por que semelhantes parlamentos deveriam ser dissolvidos, facilita o êxito de sua dissolução.

A atuação dos bolcheviques mesmo nos parlamentos mais contrarrevolucionários demonstrou que semelhante participação foi não só útil como necessária para o partido do proletariado revolucionário, precisamente depois da primeira revolução burguesa na Rússia (1905), a fim de preparar a segunda revolução burguesa (fevereiro de 1917) e, logo em seguida, a, revolução socialista (outubro de 1917).

A experiência russa mostrou as dificuldades de contar apenas com o estado de espirito revolucionário para criar uma tática revolucionária que se transforme em ação. A tática deve ser elaborada levando-se em consideração serenamente, com estrita objetividade, todas as forças de classe do Estado em questão (e dos Estados que o rodeiam, assim como de todos os Estados em escala mundial) e também a experiência dos movimentos revolucionários[3].

3 LENIN, V.I.. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, 1920.



De fato, condenar a participação nos parlamentos é extremamente fácil e não se apresenta como solução de problemas complexos e difíceis como a luta de classes. Os partidos de esquerda precisam se postular como alternativas no terreno da ação direta, em greves, marchas e eleições, ser parte ativa de todas as lutas, divulgando, prestando solidariedade. Esse é um palco privilegiado da construção de uma alternativa e da construção do partido. O partido necessita se postular como alternativa política. Isso significa se apresentar nas disputas eleitorais com determinação, disputando a influência de massas. Mais do que isso, o partido precisa se apresentar como impulsionador da luta direta, apoiador, incentivador, organizador. Deve fazer isso sempre movido por uma estratégia de luta contra o poder burguês e em defesa de um novo modelo político e econômico alternativo para o país. A defesa desse novo modelo significa ter propostas claras em defesa de medidas democráticas e contra a corrupção; e medidas econômicas e sociais que façam com que não sejam os trabalhadores os que paguem a conta da crise econômica que se abate sobre o país.

Como Marx, Engels e Lênin definiam, a tarefa estratégica dos revolucionários não é a mudança do Estado, mas sua destruição. Nesse sentido, para mudar o Estado a utilização da cédula eleitoral pode ser suficiente, mas para sua destruição não. Uma vez que o Estado é expressão da sociedade na qual a burguesia é a classe dominante, de tal forma que a derrota desse Estado é necessária para derrotar a dominação de classe.

Entretanto, vale destacar que a experiência da América Latina demonstrou que se pode ganhar eleições e promover profundas mudanças de natureza progressista no Estado. Em geral, não chegaram a destruir o Estado burguês e construir um Estado democrático de novo tipo. Mas mudaram questões fundamentais e, pelo menos nas experiências concretas de Venezuela, Equador e Bolívia, conquistaram regimes políticos qualitativamente mais avançados. Obviamente as mudanças não se deram apenas pela mera utilização da cédula eleitoral.

Tendo essa questão clara, pode-se atuar aplicando todas as táticas, inclusive hierarquizando a disputa eleitoral como uma prioridade da política partidária em determinados momentos da conjuntura. Tal hierarquia, com a compreensão marxista da relação entre as eleições e a necessidade da força social física das classes trabalhadoras como condição indispensável para a vitória e, sobretudo, para a aplicação de um real programa democrático e anticapitalista, reafirma, e não debilita nem desvia da estratégia central e permanente dos marxistas revolucionários, a defesa da mobilização de massas para construir outro regime político. Um regime de natureza democrática, controlado pela população, cujo poder econômico não domine o político e, portanto, sofra uma forte intervenção pública numa transição de uma economia de mercado para uma economia social, a serviço da maioria da população.

Essa breve introdução não é a temática central a ser tratada nesse excerto. Todavia se faz necessária para entender posteriormente a profundidade da crítica colocada ao sistema eleitoral e suas instituições. Não apenas como uma crítica vazia de propósito, mas como parte da tarefa dos socialistas de disputar essa institucionalidade e esgarçar seus limites democráticos, mesmo que poucos.

**Instituições Eleitorais e a opção brasileira de controle das eleições**

O povo brasileiro se orgulha de seu país. Não de suas instituições. Essa é a fala predominantemente da opinião pública brasileira. Algumas instituições escapam, em momentos específicos, desta visão negativa – os Correios, o Ministério Público e o Supremo Tribunal Federal tem seus momentos de glória popular, mas isso não lhes garante imunidade às críticas mais ou menos ferozes de cidadãos, meio de comunicação e acadêmicos.

Uma instituição é exceção: a Justiça Eleitoral brasileira. Essa nos enche de orgulho, nos empresta um sentimento de pioneirismo, de destaque mundial. A urna eletrônica (cujo registro de voto não conta com nenhum substrato material), o resultado de 140 milhões de eleitores em poucas horas, a convocação e o treinamento de quase dois milhões de mesários, tudo isso quase leva a um ufanismo.

A história brasileira é marcada pela mentira eleitoral. As fraudes eram frequentes durante todo o império, com a violência em nome do imperador e a organização das eleições nas mãos dos partidos políticos. Na República, principalmente durante os períodos dos hiatos autoritários, as fraudes na formação, na manifestação e no escrutínio permaneceram, aliadas à uma forma muito mais sofisticada de adulteração da vontade eleitoral: as fraudes normativas. Essas fraudes, compreendidas a partir da alteração das regras eleitorais para beneficiar determinado candidato ou grupo político, ou, ainda, para impedir o avanço de forças oposicionistas, é um artificio presente em larga escalas em sistemas apenas nominalmente democráticos.

As regras da competição político-partidária no Brasil vêm sendo ultimamente alteradas significativamente por decisões judiciais, oriundas do Supremo Tribunal Federal quanto do Tribunal Superior Eleitoral. E essas alterações, muitas vezes, ocorrem com o processo eleitoral já inaugurado e até mesmo após o encerramento do calendário eleitoral. Também nem sempre se atém à regulamentação de normas já postas pelo legislador, seja em sede ordinária, complementar ou constitucional. Ao contrário, inovam para limitar direitos, criam obrigações, estabelecem ritos processuais, e as vezes, retrocedem para alcançar fatos anteriores às suas publicações ou para retirá-las do sistema jurídico, numa virada da jurisprudência sem qualquer compromisso com as consequências decorrentes de suas aplicações no decorrer do processo eleitoral. Isso faz com que se tenha, no mesmo pleito, casos iguais com deslindes completamente opostos e casos opostos com deslindes exatamente iguais, mesmo quando apreciados pela mesma Corte, com a mesma composição e em decisão tomada à unanimidade na mesma Sessão de Julgamento. Assim, é de se prever a enorme

insegurança e incerteza jurídica que tal atuação tem provocado.

A pergunta que se faz é: será que, em nome de uma indiscutível necessidade de "moralização" do processo eleitoral, tendo o objetivo de se alcançar eleições limpas, nas quais os candidatos concorram em pé de igualdade, em que a vontade dos eleitores não seja conspurcada pelo abuso do poder econômico, político ou dos meios de comunicação, estejamos dispostos a admitir que um órgão cuja atuação tem sido marcada tão fortemente pelo ativismo judicial com todas as consequências apontadas acima, continue a dar a última palavra no processo eleitoral, inclusive no resultado das eleições?

E, ainda, será que este deslocamento do eleitor do seu papel de verdadeiro protagonista do processo eleitoral, para ser colocado como o elo mais frágil da cadeia eleitoral e, nesta condição, manter-se sob tutela excessiva da Justiça Eleitoral que, muitas vezes, se substitui à sua vontade para decidir eleições através de sentença judicial tem, realmente, contribuído para o fortalecimento da democracia?

A questão está posta e cabe às instituições competentes e aos atores do processo eleitoral assumirem de forma efetiva seus papéis no jogo democrático, seja através da tão encantada reforma política, seja restabelecendo os limites da atuação de cada qual, na medida da soberania popular. A exclusão cada vez maior dos eleitores no processo de escolha dos seus representantes aprofunda a crise de representatividade e em nada contribui para a democratização do espaço eleitoral.

**A Reforma Política e suas principais mudanças**

No dia 09 de setembro de 2015 a Câmara Federal encerrou a votação do Projeto de Lei 5735/13, aprovando parcialmente o texto do Senado para a chamada "Minirreforma Eleitoral". Com a posterior sanção da Presidenta, que apresentou veto com relação a todos os artigos relacionados a financiamento privado, sofreram mudanças a Lei n. 9.096/95 (Lei dos Partidos Políticos), a Lei n. 9.504/97 (Lei das Eleições), bem como a Lei n. 4.737/65 (Código Eleitoral).

Para que as normas que alteram o processo eleitoral tivessem validade para as eleições municipais de 2016, a Lei deveria estar sancionada e publicada antes do dia 02 de outubro de 2015, em função do princípio da anualidade previsto no art. 16, da Constituição Federal de 1988. No dia 29 de setembro de 2015, a Lei n. 13.165/2015 foi publicada no Diário Oficial da União.

A título exemplificativo poder-se-iam mencionar como elementos principais da chamada Minirreforma Eleitoral os seguintes itens:

1. Redução do tempo da campanha eleitoral de 90 para 45 dias;
2. Ampliação das restrições a campanhas eleitorais tanto em bens públicos, de uso comum, quanto em bens particulares;
3. Redução do período de exibição e da duração dos programas de rádio e televisão de 45 para 35 dias;
4. Redução da participação dos pequenos partidos no espaço de rádio e televisão e nos debates;
5. Fim do financiamento empresarial de campanhas eleitorais por partidos políticos;
6. Abertura de prazo para que o detentor de mandato eletivo, possa trocar de partido, sem perder o mandato;

Desta forma, em brevíssima síntese, tem-se que as mudanças introduzidas pela Lei 13.165/2015 significaram mais uma renovação conservadora, supostamente com vistas à diminuição dos custos das campanhas eleitorais, do que propriamente uma reforma ou mesmo uma minirreforma. À exceção do fim do financiamento empresarial às campanhas, persistem intocadas algumas chagas do sistema político-eleitoral, tais como as distorções na representação proporcional e a possibilidade das coligações proporcionais.

**A "Lei da Mordaça" e seus retrocessos na garantia de um processo eleitoral democrático**

A "Lei da Mordaça" é um ataque ao único reduto de igualdade de disputa nos embates eleitorais. Nos debates não há diferença de tempo de TV, de cobertura ou de recursos financeiros. É o único espaço onde podem ser expostas ideias em pé de igualdade entre todos os candidatos. Exatamente por impedir a participação de alguns partidos, especialmente o PSOL nos debates eleitorais e diminuir consideravelmente o tempo de propaganda política na TV, que essa lei foi denominada de "Lei da Mordaça".

O debate pode ser compreendido como um encontro face a face entre candidatos concorrentes (normalmente) a cargos do Poder Executivo em que lhes são feitas perguntas e apresentados temas e problemas diversos para suas apreciações e respostas sua finalidade primordial é auxiliar a escolha dos eleitores no dia das eleições. O evento é transmitido pela televisão rádio ou Internet, sendo objeto de grande interesse do público e larga cobertura da mídia. (GOMES, 2016, p.519).

O primeiro registro de debate transmitido pela mídia (televisão e rádio) que se tem notícia ocorreu nos EUA na campanha presidencial de 1960. Já ao final da campanha foi realizada uma série de três debates entre os candidatos dos partidos Democrata John F. Kennedy e Republicano Richard M. Nixon, os quais foram assistidos por cerca de 70 milhões de telespectadores. Na percepção geral, Kennedy saiu vitorioso sobretudo em razão de suas habilidades comunicativas, por sua boa aparência, postura mais espontânea e relaxada, bem como por ter passado a imagem de estar mais próximo e ser mais acessível às pessoas conquistou a confiança do eleitor norte-americano para o que os debates foram decisivos. Conforme assinalam Clift e Spieler (2012, p. 86) foi esse o início de uma importante tradição nas campanhas presidenciais americanas.



Embora tradicionalmente o debate seja mediado por profissionais da mídia nos últimos anos outro modelo também tem sido usado. Trata-se do denominado town hall debate ou town hall meeting (debate ou encontro comunitário), surgido nas eleições presidenciais dos EUA de 1992 na qual se defrontaram os candidatos democrata William Jefferson Clinton e o republicano George H. W. Bush. Nesse formato, questões não são postas por um mediador ou por um time de jornalistas, mas pelos próprios cidadãos; além disso, a um candidato é dado comentar as respostas do oponente. Se de um lado, esse formato de debate favorece candidatos dotados de maior pode comunicativo que sejam desenvoltos, espontâneos, acessíveis e hábeis para interagir com o público, de outro, encorajam a participação de eleitores indecisos, a quem é facultado se dirigir diretamente aos candidatos.

Atualmente, a mercê do desenvolvimento tecnológico, os debates se tornaram uma técnica largamente empregada nas democracias ocidentais. No Brasil, seu uso foi obstado pelo regime ditatorial inaugurado em 1964. Mas, com os ventos da reabertura política, já no ano de 1982, há registros de sua ocorrência. Assim é que a TVS (TV Studios, sucedida pelo SBT – Sistema Brasileiro de Televisão), em 22 de março de 1982, transmitiu debate entre os então candidatos ao governo do Estado de São Paulo Reynaldo de Barros (PDS) e Franco Montoro (PMDB). Nesse mesmo ano, outras emissoras promoveram e transmitiram debates, inclusive com a participação de outros candidatos. Desde então, o debate se incorporou nas campanhas eleitorais brasileiras.

A realização de debate por mídias, jornais e revistas virtuais não é objeto de especifica regulamentação na Lei no 9.504/97. Não há, pois, proibição do que seja realizado e exibido na web. No que for cabível, pode se cogitar a aplicação por analogia do disposto no artigo 46 daquela norma, mormente seu § 4º, segundo o qual "o debate será realizado segundo as regras estabelecidas em acordo celebrado entre os partidos políticos e a pessoa jurídica interessada na realização do evento, dando-se ciência à Justiça

Eleitoral". Saliente-se, porém, não ser imperiosa a formulação de convite e a efetiva participação de todos os candidatos, nem mesmo a de todos os candidatos "dos partidos com representação na Câmara dos Deputados".

A luz da legislação vigente, o artigo 46 da Lei Eleitoral (com a redação da Lei nº 13.165/2015) faculta às emissoras de rádio e televisão inserir em suas programações normais a realização de debates sobre as eleições majoritária ou proporcional, sendo assegurada a participação de candidatos dos partidos com representação superior a nove Deputados da Câmara dos Deputados e facultada aos demais. A representação partidária na Câmara é a resultante da eleição anterior.

> *"Art. 46. Independentemente da veiculação de propaganda eleitoral gratuita no horário definido nesta Lei, é facultada a transmissão por emissora de rádio ou televisão de debates sobre as eleições majoritária ou proporcional, sendo assegurada a participação de candidatos dos partidos com representação superior a nove Deputados, e facultada a dos demais, observado o seguinte(...)"*

Se o partido do candidato – seja ele majoritário ou proporcional – não contar com representação na Câmara Federal ou tiver menos de nove Deputados, a emissora não tem o dever de convidá-lo para o debate. Querendo, poderá fazê-lo, mas o tanto não está obrigado por lei. E caso queira é necessário contar com a aprovação de 2/3 daqueles candidatos que necessariamente devem ser convidados.

Já quanto aos convidados que necessariamente devem ser convidados, admite-se a realização de debate sem a presença de todos, desde que a emissora os tenha convidado com a antecedência mínima de 72 horas da realização do evento.

As regras do debate são ajustadas entre a emissora interessada e os partidos políticos dos candidatos participantes. No primeiro turno das eleições, consideram-se 'aprovadas as regras, inclusive as que definam o número de participantes, que obtiverem a concordância de pelo menos 2/3 (dois terços) dos candidatos aptos no caso de eleição majoritária, e de pelo menos 2/3 (dois terços) dos partidos ou coligações com candidatos aptos, no caso de eleição proporcional' Uma vez aprovado o acordo, deve se certificar a Justiça Eleitoral.

O breve histórico dos debates eleitorais nos dá uma dimensão desses espaços como forma de promoção da democracia. Entretanto vale ressaltar que a reforma política teve em seu bojo outros aspectos de ataque a igualdade de condições da disputa eleitoral. Não que essa existisse de forma profunda anteriormente, mas em teoria a Reforma Política era parte de um avanço reivindicado por muitos setores progressistas. De fato, encabeçada por Eduardo Cunha seus desdobramentos mais se assemelham a uma contrarreforma repleta de retrocessos.

Além do aspecto dos debates, a contrarreforma muda as regras da divisão do tempo de propaganda. Ela determina que somente 10% do tempo seja igualmente dividido entre os partidos. Os 90% restantes seriam repartidos proporcionalmente entre as siglas com mais representantes. Atualmente, esse percentual é de 66,6%.

Às vésperas de cada ano eleitoral o Congresso Nacional promove uma "pequena reforma política", que na verdade é muito mais eleitoral que política e nunca passa de um remendo para readequar a legislação eleitoral às conveniências de momento dos próprios parlamentares ou do Poder Executivo.

Exemplos dessas medidas encontramos vários, entre eles o mandato de cinco anos, a reeleição, e a própria Lei da Ficha Limpa.

Para as eleições municipais de 2016 não foi diferente. Estavam colocadas para debate inúmeras questões fundamentais e necessárias, como o fim do financiamento privado de campanha, o fim da reeleição para cargos do Executivo, a limitação no número de mandatos de parlamentares, a unificação de data para as eleições e a limitação nos gastos de campanha, entre outras medidas.

Entretanto, não é nenhuma surpresa que nossa legislação eleitoral seja um combinado de distorções e insanidades corporativistas que apenas facilitam a manutenção daqueles que já estão no poder.

Diante disso, fica difícil imaginar que esse mesmo Congresso Nacional possa trazer à luz uma legislação transformadora. As mudanças profundas do sistema político brasileiro não encontram espaço para serem aprovadas por pessoas eleitas pelas próprias regras que devem ser mudadas.

Os danos do modelo em vigor são claros. A título de exemplo a própria crise do sistema exposta pela Operação Lava Jato tem origem no financiamento privado de campanha. Está claro que essa rede de corrupção faz parte de uma gigantesca engrenagem que nasce na troca de favores entre a classe política e o capital.

E nesse ponto, vale ressaltar inclusive que um dos únicos avanços da Reforma Política foi justamente o fim do financiamento privado de campanha. Entretanto, isso não se deu no âmbito do legislativo e sim por uma decisão do STF, posteriormente mantida pelo veto da presidenta Dilma, que foi mantido. Em que pese a importância de tal ato não podemos esquecer que a função político-normativa da Suprema Corte não lhe permite ditar regras da alçada exclusiva do Poder Legislativo. Por mais que queira, o juiz constitucional não deveria redesenhar as regras do sistema eleitoral, criando traços e horizontes completamente distantes da soberana prerrogativa de bem interpretar a lei. Assim sendo, até mesmo a melhor parte da Reforma política se encontra contaminada em sua construção.

## A lei é construída para impedir o surgimento de um novo ator político

De fato, a casta política não quer correr riscos de que surjam novos atores sociais no jogo político. O PSOL tem ocupado um importante espaço político. Nas últimas eleições a contragosto das grandes emissoras e das elites, os candidatos do PSOL trataram de temas proibidos e bandeiras que outros partidos não tiveram coragem de erguer. Desse modo, a minirreforma política aprovada na Câmara tem seu direcionamento voltado especialmente para impedir que o PSOL e outros partidos ideológicos cresçam e se consolidem.



A palavra que caracteriza os anos de 2015 e 2016 é crise. Uma combinação entre as crises econômica, social, ambiental e política. Uma falência múltipla que envolve o modelo econômico, o regime e o governo. Esse regime marcado pelos interesses burgueses e pelo saqueamento do Estado por meio da corrupção tem sido desnudado com a prisão de banqueiros, empreiteiros e políticos.

Nesse sentido é necessário além de medidas econômicas e sociais, da luta por direitos, defender a construção de um novo regime político. Com este governo federal de plantão e este Congresso Nacional, com o atual sistema judiciário e o monopólio privado da mídia, instituições que se articulam para reproduzir o domínio da burguesia, não há como melhorar a vida do povo. Neste sentido a crise dos partidos que sustentam tal regime é nítida[4] . É preciso construir um terceiro campo. Mas este terceiro campo político precisa apresentar uma saída política global, não apenas propostas de medidas econômicas e sociais e a luta por direitos específicos.

Uma saída política para a crise não será feita por qualquer reforma deste regime político. O regime precisa ser destruído. Para a construção de novas instituições e de uma articulação entre elas que satisfaça aos interesses populares é preciso uma imensa mobilização de massas e a construção de novos organismos de luta do povo, seja renovando e democratizando os sindicatos, derrotando as burocracias aí instaladas, seja avançando na construção de entidades do movimento popular, camponês e estudantil. Trata-se de um processo longo. É preciso buscar as mediações democráticas que colaborem para desenvolver a confiança dos trabalhadores e da juventude em sua luta, em sua força, em sua capacidade de organização.

Neste sentido é fundamental intervir no processo eleitoral, ter uma posição sobre o poder, encontrar uma proposta de poder que questione a ordem atual e tenha alguma capacidade de ser visualizada por amplas massas cansadas deste regime corrupto.

4 *Vai ter golpe?* Documento do Secretariado Nacional do MES.

Desse modo, candidaturas como a de Luciana Genro em Porto Alegre, Erundina em São Paulo, Marcelo Freixo no Rio de Janeiro, Edmilson Rodrigues em Belém e tantas outras são ainda mais necessárias nesse momento. De fato, as incertezas do cenário político nacional têm ocupado praticamente a totalidade do debate público, tendo pouco espaço até agora as questões locais.

Como a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik disse em seu artigo para a Folha de São Paulo: "Se nos pautarmos pelas narrativas presentes nas ações jurídicas e midiáticas, assim como no discurso das novas/velhas lideranças políticas envolvidas no processo de impedimento da presidente afastada Dilma Rousseff, certamente os candidatos aos governos municipais prometerão 'honestidade' e 'responsabilidade em relação aos gastos públicos'. "

Entretanto, na atual conjuntura os eleitores não estão sendo facilmente convencidos da sinceridade dessas promessas. As tradicionais formas de representação política estão claramente em crise. E isso não ocorre apenas no Brasil, mas em vários lugares do mundo, como na Espanha, na França, até mesmo nos Estados Unidos. Sendo que, as alternativas que tem surgido em meio a tantas crises colocam no centro de seus programas a proposta do exercício da democracia direta. Surgem diferentes experimentações com relação às formas de tomada de decisão, que incluem processos mais horizontais e diretos, com ampla atuação presencial, mas também por meio de redes sociais e ferramentas tecnológicas.

Na crise e falência desse regime há espaço para surgir uma nova esquerda, com alternativas que convençam os cidadãos nessa construção de cidade como bem comum e no qual a política se realiza por meio das mãos de todos. As candidaturas do PSOL cumprem esse papel e as cidades

Como afirma Luciana Genro, é claro que os problemas crônicos e estruturais do capitalismo não podem ser resolvidos a partir da formulação de modelos de gestão presos aos limites estatais das fronteiras municipais. Contudo, se pensarmos em uma luta política anticapitalista que se desenvolva em escalas maiores – nacionais e internacionais -, é inegável que a disputa pela cidade é parte da construção de um novo projeto de poder.

Assim, construir um modelo político em que a justiça prevaleça a partir de uma organização verdadeiramente democrática da maioria, passa necessariamente por elaborar sobre cidades. Isto é, passa pela discussão central de como mobilizar os trabalhadores urbanos para construir seu projeto independente de vida.

Nosso desafio é reconstituir um tipo totalmente novo de cidade, mas isto só pode ocorrer a partir de um vigoroso movimento anticapitalista cujo objetivo central seja a transformação da vida urbana como um todo. Como afirma David Harvey, há possibilidades e potencialidade populares emergindo da crise. Reivindicar o direito a cidade é uma estação intermediária na estrada que conduz ao objetivo de derrubar a totalidade do sistema capitalista e suas estruturas de poder e de exploração.

# **3 ANOS DEPOIS,** ECOS DE JUNHO DE 2013

# Marxismo e lutas setoriais: reconectando a relação entre as partes e o todo

Giovanna Marcelino[1]

Demandas ligadas ao reconhecimento de diferenças, como as de gênero, etnia, sexualidade e nacionalidade, têm sido o combustível de destacadas lutas do presente, tornando-se uma bandeira cada vez mais reivindicada por grupos mobilizados na sociedade, sobretudo nos círculos da juventude.

O presente texto visa resgatar referenciais teóricos que instrumentalizem a reflexão marxista sobre esse fenômeno, tendo em vista a maior audiência que vem adquirindo no terreno social e político nos últimos anos, através do crescimento de reivindicações relacionadas à defesa dos direitos democráticos, à esfera dos comportamentos e à constituição de uma nova geração de ativistas que lutam por maior participação e protagonismo de setores excluídos da política tradicional: mulheres, negros/as, LGBTs.

Nossa principal argumentação se dará em defesa da reconexão de tais lutas particulares correntes com a perspectiva da totalidade, isto é, com um projeto global anti-capitalista de transformação da sociedade. Gostaríamos de reforçar, com isso, a compreensão de que a reivindicação de causas aparentemente isoladas (no caso, formas específicas de injustiça – o machismo, o racismo, etc.) não pode ser completamente atendida sem eventualmente se levantar os níveis sociais aos quais ela está inter-relacionada (o que, por sua vez, pede o engajamento num projeto político mais amplo e radical de mudança social).

## Política de classe x políticas de identidade?

Um dos possíveis pontos de partida para se pensar criticamente o considerável peso das pautas setoriais hoje e seus atuais dilemas é voltarmos ao passado recente e historicizarmos

1 Mestranda em Sociologia na USP e militante do PSOL-SP.

brevemente as experiências sociais e políticas que fomentaram seu desenvolvimento. No presente texto, iremos nos focar em uma delas: o fenômeno de emergência de um novo imaginário político centrado na ideia de dominação cultural, em meio ao contexto particular de profundas mudanças processadas no final do século XX, no qual a esquerda passou por intensos e importantes debates políticos, vigentes ainda hoje.

O surgimento desse novo imaginário político fez parte de uma conjuntura controversa, marcada por diferentes eventos históricos, entre os quais, a chamada "crise do marxismo"[2]. Seu ponto auge foram os anos 1980, momento em que a tradição da esquerda socialista vivenciou uma profunda crise de referência, sobretudo quando seu principal modelo – a experiência nascida da Revolução Russa de 1917 –, declinou em 1989-1991 com a queda do Muro de Berlim e degradação do socialismo real, encerrando o ciclo histórico aberto no começo do que Eric Hobsbawm chamou de o "curto século XX".

Um dos principais desdobramentos dessa crise, cuja principal expressão foi a implosão das esperanças depositadas na construção do socialismo, foi o descrédito de todas as ideias associadas à Marx nos meios social e acadêmico. Junto a isso, as noções clássicas de luta de classe, exploração, revolução, partido, etc., que referenciaram as ações políticas dos movimentos históricos da esquerda até então, se ofuscaram, abrindo espaço para um momento de alta de políticas alternativas, centradas em novas noções de sujeito político e em conceitos como de diferença e identidade cultural.

Como ressalta Daniel Bënsaid, até meados do século XX, os movimentos sociais foram hegemonicamente norteados por grandes debates estratégicos sobre a emancipação social. Suas principais figuras como Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Bukharin, Bernstein, Kautsky, estavam preocupadas, em meio a uma dinâmica intensa de revoluções e contra-revoluções, com questões como a do imperialismo, internacionalismo, reforma ou revolução, organização dos partidos e sindicados, guerra de posição e guerra de movimento, frente única, "caminhos ao poder", etc[3]. No período pós-guerra, rupturas emblemáticas foram geradas: tal tradição que até então subsumia os principais movimentos e resistências sociais emergentes – como o movimento de trabalhadores e os movimentos anticoloniais – começou a ser questionada pelas "micropolíticas" e pela proliferação de uma série de novas correntes de pensamento e discursos teóricos alternativos (como o pós-estruturalismo, o desconstrutivismo e o pós-modernismo), processo que ficou conhecido nas universidades como "desmarxificação", cujo berço foi a França nos anos 1970 e que teve como seus principais proponentes Roland Barthes, Michel Foucault, Jacques Derrida, Jean-François Lyotard, Jean Baudrillard, Deleuze.

Pode-se dizer que a experiência política gerada nos 1960 representou, nesse sentido, um importante momento de inflexão, ou ainda, uma espécie de divisor de águas para se entender esse deslocamento ocorrido no horizonte dos movimentos e teorias sociais contemporâneas, de baixa do conceito de classe e alta das concepções culturais de identidade, em decorrência do rompimento de ativistas e teóricos com o marxismo – algo que é, por sua vez, vigente ainda hoje em diversas manifestações e debates ligados às pautas setoriais.

Amplamente reconhecido como o momento de explosão dos "novos movimentos sociais", os anos 1960 foram uma década de grande efervescência política e cultural, fruto do período de modernização social geradas no capitalismo pós-guerra (prosperidade econômica, auge das políticas do Estado de Bem-Estar Social, etc.), que marcou o mundo por ter aberto espaço para inúmeras demandas sociais – defesa dos direitos civis, a luta feminista, ecológica, anticolonial, contra a segre-

2 Outro nome dado pelos ideólogos conservadores para esse evento foi o "fim das ideologias", um acontecimento anunciado pela primeira vez nos anos 1950 em meio a Guerra Fria, posteriormente desmentido pela efervescência política dos anos 1960, para vir a realizar-se nos anos 1980 com a repercussão do chamado "fim da História". Ideologia, nesse sentido, era um codinome para marxismo, socialismo ou qualquer tentativa revolucionária de criar uma sociedade radicalmente diferente.

3 BENSÄID, Daniel. *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente.* São Paulo: Boitempo, 2008.

gação racial, pela liberdade sexual – aliando a força do protagonismo da juventude com a dos movimentos de trabalhadores em diversos países.

No bojo dessa explosão, uma "Nova Esquerda" foi forjada. Além de repudiar completamente as ações imperialistas e as políticas belicistas em meio a Guerra Fria, ela se constituiu a partir de uma série de críticas e denúncias às posturas autoritárias do chamado "marxismo oficial" (stalinista) dos Partidos Comunistas e seus aparelhos burocráticos. Ela formou, assim, uma geração que expressava concepções progressistas, muitas delas anti-capitalistas, almejando novas práticas políticas, mais democráticas, descoladas das experiências socialistas da época.

Foi um mérito das experiências políticas dos anos 1960 terem legitimado as políticas culturais como um tema da esquerda. Entretanto, ela também não conseguiu se desenvolver plenamente. Após o fim da forte autoconsciência experimentada pelos ativistas dos anos 1960 um grande sentimento de desnorteamento e de estreitamento de horizontes tomou conta de parte considerável dessa geração. O declínio das energias revolucionárias encarnada nos impulsos utópicos do Maio de 1968 juntou-se à desilusão generalizada com a experiência soviética, alimentando posições céticas, que fizeram com que muitos abandonassem o marxismo e as experiências socialistas e migrassem para o anarquismo, para a defesa da perspectiva das identidades (gênero, sexualidade, raça), para os movimentos contrários ao progresso modernista (derivada das preocupações ecológicas emergentes), etc., processo que se aprofundou ainda mais com a ascensão do neoliberalismo nos anos 1990. Em parte, tal depressão do senso de transformação radical da sociedade se deu também devido ao próprio caráter espontâneo das lutas desse período, que obtiveram importantes vitórias, mas que acabaram se esgotando por esbarrarem inevitavelmente no limite da falta de uma visão mais global e estratégica.

Assim, do repúdio às políticas de classe e de partido revolucionário, surgiu o mundo dos microgrupos e micropolíticas. Como aponta Nancy Fraser, nesse processo de declínio das energias utópicas e revolucionárias surgem os conflitos de tipo "pós-socialista", em que

> *"[...] a identidade de grupo suplanta o interesse de classe como o meio principal de mobilização política. A dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. E o reconhecimento cultural toma o lugar da redistribuição socioeconômica como remédio para a injustiça e objetivo da luta política"* [4].

No campo da teoria, isso se traduziu, em especial, na resistência ideológica ao conceito de totalidade, bem como no questionamento de duas categorias imprescindíveis para a ideia de emancipação no sentido marxista: as noções de classe e de sujeito da história. Tal reação baseava-se, *grosso modo*, no entendimento de que tais concepções dispensavam a análise de formas culturais de dominação e, assim, constituíam um tipo de arsenal teórico limitado, incapaz de absorver os novos movimentos e sujeitos que emergiam na cena política (mulheres, negros/as, LGBTs, estudantes, povos marginalizados do Terceiro Mundo), já que estes não constituíam uma classe, nem seriam oriundos diretamente do conflito entre capital e trabalho.

Um dos resultados do choque entre esse novo objeto até então não-conceituado (os novos movimentos e sujeitos políticos) e a compreensão de que a perspectiva marxista dispunha de um tipo de *corpus* teórico incapaz de absorvê-lo foi, então, a geração gradual de novas formas teóricas por meio da qual o primeiro pudesse se expressar. Desse impasse, surgiram novos discursos que se pretendiam "forças libertadoras" de todos as concepções totalizantes e "economicistas" identificados no marxismo, o que promoveu, por sua vez, um profundo deslocando de interesses, dos temas universais (como a análise nas perspectiva do modo

**4** FRASER, Nancy. "Da distribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

de produção) para os particulares[5]. No bojo desse deslocamento, alimentou-se o desenvolvimento de novas categorias sociais e políticas, como os conceitos de "colonizado", "raça", "gênero", "marginalização", etc., em detrimento do poder explicativo do conceito de classe.

Uma das formas teóricas que conseguiu, nesse sentido, oferecer uma linguagem pela qual os novos fenômenos abertos nos anos 1960 poderiam se traduzir e exprimir foi o pós-modernismo. Esta foi uma das correntes teóricas que nasceu do bojo das perspectivas "pós-marxistas" e que se alimentou das incertezas da esquerda após o fim do maio de 1968, tornando-se uma espécie de moda intelectual nos anos 1970 e 1980. Ela foi uma das correntes que melhor condensou a perda de referência no marxismo e no socialismo como modelo alternativo ao capitalismo com a defesa de novas categorias para a compreensão da sociedade contemporânea.

Uma das fontes principais do discurso pós-moderno, em termos políticos, foi assim a crítica à chamada "metanarrativa" marxista de emancipação pelo proletariado. Partindo do pressuposto de que a universalidade presente na definição marxista de sujeito revolucionário excluía a realidade que emergiu com os movimentos de contracultura nos anos 1960, teóricos passaram a substituí-la pelas noções abertas de diferença, pluralidade, fragmentação e identidades múltiplas.

Além de expressar uma discordância no nível político e filosófico, o descrédito pós-moderno na ideia do proletariado como sujeito revolucionário tem relação também com as próprias transformações econômicas e sociais daquele período. Alguns ideólogos acreditavam que a emergência dos "novos sujeitos" políticos teria sido na verdade um efeito direto do vazio deixado pelo próprio desaparecimento das classes sociais tais como teorizadas pelo pensamento social moderno, além da derrocada dos movimentos políticos organizados ao redor delas.

5 Um dos alvos de crítica, nesse sentido, foi a relação de causalidade entre economia e cultura aplicada na ideologia producionista do stalinismo, isto é, de que a mudança infraestrutural das forças de produção – a nacionalização e a eliminação das relações de propriedade privada, bem como a industrialização e a modernização – seria suficiente para transformar de maneira mais ou menos rápida a superestrutura da sociedade.



Nesse sentido, assistiu-se na década de 1970 a proliferação de uma série de terminologias (sendo a mais notável a de "sociedade pós-industrial", cunhada por Daniel Bell), que mitificavam o surgimento desses novos fenômenos relacionando-os com a ideia de superação completa da sociedade do trabalho e do industrialismo clássico. Segundo esse diagnóstico, a sociedade capitalista, tal como anatomizada por Marx, teria chegado ao fim, surgindo uma nova ordem social cuja dinâmica não estava mais baseada na produção industrial e nas classes sociais e seus conflitos, mas em novos princípios, como o da primazia do conhecimento, da ciência e da tecnologia.

Assim, apesar de muitas das manifestações culturais, filosóficas e políticas do pós-modernismo apontaram críticas relevantes, como a necessidade de dilatação da noção moderna de sujeito, rompendo com o cerco da definição do "homem universal" (branco, heterossexual, etc.), elas acabaram se constituindo numa versão das teses conservadoras sobre o "fim das ideologias". Ao tirarem do horizonte a perspectiva totalizante de um projeto estratégico de emancipação e os conceitos que até então balizavam a compreensão da sociedade capitalista moderna, tiveram o efeito reverso, fomentando uma "crise da veracidade" sem solução, com prognósticos sobre o fim da modernidade, da arte, do leninismo, etc.

Teóricos marxistas repudiaram de imediato esse tipo de análise, formulando uma resposta a abordagem pós-moderna a partir da demonstração da validade das análises e conceitos clássicos da obra de Marx para a realidade contemporânea. Em sua maioria, propuseram a compreensão dos fenômenos sociais discutidos nesse período em termos não de uma "superação do capitalismo", mas de surgimento de um novo estágio de seu desenvolvimento. David Harvey, por exemplo, caracterizou esse novo momento do capitalismo a partir das transformações advindas da reestruturação produtiva nos anos 1970, pela qual se deu o fim do modelo fordista e de seu rígido sistema de acumulação, com a

emergência de um padrão mais "flexível" de produção e trabalho[6].

Assim, apesar de ser difícil conseguirmos entender hoje como se chegou a defender o fim das classes sociais (exceto no cenário especial de um futuro socialista), o fato é que, como nos mostrou a perspectiva marxista, tal compreensão foi na verdade um reflexo distorcido da realidade, fruto do impacto gerado pelas profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho e nas estruturas do capitalismo dos países desenvolvidos na época que, junto ao advento de inovações tecnológicas, a dispersão da produção, ao processo de desindustrialização dos países centrais e ao aumento progressivo do setor de serviços, deram a aparência de redução do peso da figura do trabalhador clássico.

Dessa forma, apesar de ser legítima a constatação de que tanto a sociedade capitalista quanto a classe trabalhadora sofreram uma alteração profunda desde a descrição de Marx, a vigência do conceito de classe seria ainda sim incontestável para a tradição marxista, devendo apenas ser readequado à complexidade do contexto contemporâneo de diversificação da produção e surgimento de um novo proletariado informal e precarizado, com tempo de trabalho flexível e temporário.

Além disso, na visão dos teóricos marxistas, as interpretações baseadas no fim das classes seriam uma expressão do próprio fenômeno da reificação, que adquiriu uma nova escala com o desenvolvimento do capital após a reestruturação produtiva dos anos 1970. Ao obscurecer o acesso às raízes das contradições que formam a realidade social, permanecendo no nível da aparência, elas revelariam um dos traços estruturais do funcionamento da sociedade capitalista contemporânea: a fragmentação. Nesse sentido, o diagnóstico pós-moderno revelaria e reforçaria ele mesmo a condição subjetiva contemporânea, pautada por traços como a superficialidade, o enfraquecimento de historicidade, a presentificação, etc.., que são sentidos por nós, sobretudo, pelo ritmo de vida transitório e efêmero nas grandes cidades, marcado pelo

6 HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.



consumo, pela imagem, pela temporalidade da mercadoria e dos meios de comunicação, que dificultam a preservação do sentido de totalidade e de continuidade histórica imprescindível à consciência histórica.

Assim, a defesa marxista do conceito de totalidade tornou-se uma espécie de resposta à perda de sentido decorrente da fragmentação característica tanto dos discursos pós-modernos quanto do próprio mundo contemporâneo. Para Fredric Jameson, apesar de ser em última instância irrepresentável, a ideia de totalidade é um horizonte fundamental, ao possuir a capacidade de "restaurar, pelo menos metodologicamente, a unidade perdida da vida social e demonstrar que elementos amplamente distantes da totalidade social são, em última instância, parte do mesmo processo histórico global"[7]. Ou seja, se configura como um instrumento através do qual as afinidades secretas entre âmbitos aparentemente autônomos e não relacionados são percebidos num mundo unificado, no qual realidades descontínuas se acham implicadas umas nas outras.

Com efeito, a emergência do pós-modernismo, bem como dos "novos sujeitos políticos", não decorreria de uma deficiência teórica da ideia de classe, mas sim das condições concretas trazidas com a nova realidade econômica do capitalismo. Segundo Jameson, a falta de identificação dos movimentos de contracultura dos anos 1960, nesse sentido, se deu uma vez que a natureza transicional da nova economia global ainda não havia permitido que as classes se formassem de modo estável, e muito menos que adquirissem uma consciência de classe, de tal forma que as diversas lutas sociais do período se deram, em geral, de forma dispersa e anárquica. Da mesma forma, a chamada "crise do marxismo" teria raiz não na inaplicabilidade dos conceitos marxistas à realidade contemporânea, mas sim, na crise das próprias instituições clássicas através dais quais a política marxista de classe se expressava, como os Partidos Comunistas.[8] Não encontrando espaço ou,

7 JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992, p. 231.

no limite, ao se sentirem excluídas dessas instituições, as "minorias" passaram a buscar novos meios de expressão política e social, como expresso através de slogans como "o pessoal é político" e de ideias como a do direito ao discurso (de falar com sua própria voz).

Assim, os anos 1960, com seu amplo sentimento de liberdade, expresso no slogan de que "tudo é possível", seria, em última instância, um "período de transição" histórica, ou seja, um momento em que "o estilo de vida ainda não assumiu a rigidez de um estilo de época, e quando há uma súbita libertação do velho sem qualquer obrigação correspondente para com o que virá em seu lugar".[9] A efervescência social e política dessa época seria, portanto, fruto de um período em que as transformações ocorridas no âmbito da economia e cultura ainda não haviam sincronizado, ou seja, estavam se processando numa temporalidade desigual – o desenvolvimento das condições objetivas a partir de 1945 no capitalismo pós-guerra e o aparecimento gradual das condições subjetivas a partir dos anos 1960, no qual se assistiu uma ruptura de gerações e imensa liberação de novas energias sociais. A consolidação e sincronização das transformações ocorridas no âmbito econômico e cultural teria ocorrido, assim, após a crise econômica de 1973, momento em que a reestruturação produtiva deu abertura definitiva a um novo estágio do desenvolvimento do modo de produção capitalista, pautado por um novo modelo econômico (pós-fordista) e pelo surgimento de novas formas mais sofisticadas de dominação cultural.[10]

Essa reestruturação no interior do capitalismo significou, assim, por sua vez, a perversa dissipação da celebração do sentimento amplamente partilhado de liberdade e possibilidade do momento anterior que marcou os anos 1960. O capitalismo nos anos

8 JAMESON, Fredric. *"Periodizando os anos 60"*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
9 JAMESON, Fredric. *Marxismo e forma*. São Paulo: Hucitec, 1985, pp. 39-40
10 Tal compreensão está baseada no entendimento de que cada transformação do modo de produção tem como equivalente o surgimento de dominantes culturais, isto é, formas "de codificação ideológica específica de cada modo de produção". Assim, segundo essa ideia, todos os modos de produção são acompanhados por "revoluções culturais" específicas: no comunismo primitivo ou sociedade tribal (horda), a narrativa mítica; nas sociedades hierárquicas de parentesco (genói), o parentesco; no despotismo oriental (modo asiático de produção), a religião e o sagrado; na sociedade oligárquica escravagista (pólis), a "política"; no feudalismo, as relações de dominação pessoal; no capitalismo, o fetichismo da mercadoria; no comunismo, as formas originais de associação coletiva ou comunal. Cf. JAMESON, Fredric. O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico. São Paulo: Ática, 1992, p. 82-92.



1980 se caracterizou pelo esforço de neutralizar e proletarizar todas as forças sociais liberadas, incorporando-as nas próprias estruturas do capitalismo – como no caso das mulheres e nos povos de Terceiro Mundo, integrados à nova realidade de exploração do trabalho nas empresas multinacionais. Além disso, transformou as reivindicações por liberação do corpo precisamente naquilo que mantem o sistema de consumo e propaganda em funcionamento, despertando novos desejos e necessidades capitalistas. Assim, o reconhecimento das diferenças acabou sendo usado para uma celebração obscena do pluralismo do capitalismo contemporâneo em termos mercantis. A estrutura de consumo em massa passou a responder à diversidade das estruturas de opressão (classe, gênero, etnia, nacionalidade), criando novos nichos de mercado.

Com efeito, a ideia de que o movimento operário perdera sua forma ao ser incorporado nas estruturas do Estado burguês, se repetiu com os novos movimentos sociais, que se tornaram isoformos em relação ao capitalismo liberal, à "sociedade líquida" e à fluidez da circulação mercantil. Essa derrota possibilitou o discurso amplamente difundido no final dos anos 1980 e durante os anos 1990 do "fim da História", de que o capitalismo venceu. Ela impôs novos desafios à esquerda socialista, sobretudo em relação a necessidade de ressignificação dos debates estratégicos de transformação social.

## O método dialético: reconectando as partes e o todo

Antes de entrarmos na forma como essas problemáticas se expressam no desenvolvimento das lutas sociais ligadas as pautas setoriais hoje, cabe debatermos o tratamento adequado para elas, a partir da questão do método.

Afinal de contras, que posição tomar diante desses fenômenos? A "virada cultural" pós-moderna significou a deturpação as concepções marxistas e os grandes debates estratégicos do socialismo? Ou foi um meio de compensar a "cegueira cultural" de

uma tradição posta em descrédito com o colapso da experiência soviética? As críticas às políticas voltadas para a classe foram positivas ao evidenciaram limitações e lacunas no tratamento marxista das pautas setoriais, negligenciados pela experiência stalinista na URSS? Ou elas são profundamente negativas ao questionar e descartar completamente a própria capacidade da análise materialista e de suas ferramentas teóricas de abarcar tais questões?

Ao invés de simplesmente rejeitar ou aderir uma ou outra versão, o "lado" da política de classe ou da política da diferença, devemos nos dar conta da tarefa teórica e prática de combinação crítica das duas perspectivas. A principal forma de proceder essa operação é por meio da dialética, mais especificamente, por meio de seu movimento crítico de síntese e superação de posições e métodos concorrentes.

Se seguirmos o legado de Marx e de toda teoria marxista subsequente, podemos dizer que a crítica dialética é aquele procedimento filosófico que subsume outras posições e sistemas aparentemente antagônicos, de forma a cancelá-las e preservá-las simultaneamente, isto é, atribuindo-lhes uma validade parcial para si mesma. Ou seja, em termos metodológicos, trata-se de entender que os limites de outros sistemas filosóficos e políticos podem ser superados, e suas descobertas positivas conservadas, de forma que categorias falsas não são diretamente destruídas ou descartadas, mas antes mobilizadas para, a partir delas, se alcançar o seu oposto.

Nesse sentido, pode-se dizer que a própria tradição marxista não se constituiu exatamente enquanto uma posição em si mesma; se voltarmos a fundação do materialismo histórico, percebemos que ele é antes uma correção, retificação e inversão, à maneira dialética, de outras posições preexistentes, de forma que não se pode entende-lo sem antes compreender contra o que ele se dirige e se dispõe a submeter à crítica. O pensamento dialético, portanto, seria esse movimento incessante de dissolução e geração de categorias intelectuais, tal como em Marx, que acertou contas com as diversas tradições intelectuais de sua época, como o idealismo alemão, o socialismo utópico francês e a economia política



inglesa; a autenticidade de seu procedimento foi, assim, não simplesmente dar as costas a essas perspectivas, mas antes, ir a fundo em cada uma delas de maneira a conseguir retirar de seu avesso o fundo de verdade que elas guardam em seu interior, quebrando o mundo invertido por elas apresentado, ao mesmo tempo em que conservando os termos por elas utilizados.

Para o marxismo, esse avesso é a própria realidade concreta. Isto é, a correção de posições opostas se dá, em última instância, pelo procedimento em que os conteúdos e métodos dessas posições (que se apresentam de foram aparentemente autônoma) são "desreificados" e reconectados novamente à totalidade que os forma. Assim, diferentemente de diversas disciplinas científicas especializadas, que não são autoconscientes de seus procedimentos, o pensamento genuinamente dialético sempre submete à crítica os instrumentos intelectuais existentes como parte de sua própria estrutura operacional. Por meio desse processo, o pensamento dialético promove uma "mudança de marcha", o "içar" de um complexo de pensamento num andar acima, de forma a ampliar e refundamentar suas próprias noções num novo patamar, numa síntese teórica superior.[11]

Com efeito, se aplicado corretamente, tal procedimento dialético produz um tipo de marxismo sofisticado, não reducionista e não mecanicista, capaz de responder à altura o desafio de oferecer uma atualização do marxismo, aliando concepções clássicas e contemporâneas, diante dos contextos sempre renovados impostos pelo capitalismo em seu processo de desenvolvimento e transformação incessante. É capaz de se diferenciar de uma postura dogmática, abordando com rigor crítico as correntes antagônicas da cena política, demonstrando seus alcances e limites e apropriando-se de certas noções, passíveis de serem enriquecidas por sua própria visão dialética.

**As lutas setoriais hoje – uma nova onda?**

A partir dessa breve reconstituição de método, algumas considerações podem ser extraídas para se pensar o desenvolvi-

11 JAMESON, Fredric. *Marxismo e forma.* São Paulo: Hucitec, 1985, p. 236.

mento das lutas setoriais nos últimos anos, tendo em vista o atual contexto econômico e político mundial.

Hoje vivemos uma nova onda de mobilizações pelo mundo. No interior dessas mobilizações, uma das demandas que tem ganhado destaque é a luta por reconhecimento de diferenças. Trata-se de um fenômeno que extrapolou os movimentos de rua e ganhou audiência na sociedade como um todo, tomando os debates nas redes sociais, nas escolas, universidades e manchete de jornais.

Esse fenômeno, entretanto, não irrompeu do nada, nem mesmo irá se encerrar do dia para noite: ele reflete uma mudança que tem se desenvolvido na conjuntura nos últimos anos. O principal ponto de partida para essa questão é a crise capitalista que teve início em 2008. Ela abriu um novo momento histórico que acabou dando uma resposta contundente às teses sobre o fim da ideologia e de emergência de uma sociedade pós-industrial, revelando novamente com força as sombrias realidades do capitalismo (depressão, cortes, ajustes, desemprego, retirada de direitos) e a necessidade de sua superação, retomando-se, assim, o poder do marxismo como uma visão de mundo mais que atual e necessária.

Assim, esse duro cenário econômico culminou, inevitavelmente, no acirramento das lutas sociais, alimentadas pela necessidade de construção de alternativas sociais e políticas frente à crise. Em 2011, uma onda de mobilizações tomou diversos países no mundo árabe, na Europa, nos EUA, na América Latina, espalhando protestos e reações aos planos nacionais de austeridade e às velhas formas tradicionais e corruptas da partidocracia de se fazer política. Ela foi acompanhada pelo protagonismo juvenil (a "juventude sem futuro") na luta por direitos, que deu origem a um amplo movimento de indignados, pautado em métodos radicalizados, como o de ocupações e confronto com os aparelhos repressivos do Estado.

No caso brasileiro, essa onda de mobilizações dos "indignados" foi sentida pela primeira vez já em 2011, quando tivemos o aumento de greves sindicais e nos setores públicos. Mas o marco definitivo nesse processo foi Junho de 2013. Tendo como



estopim a reação contra o aumento das tarifas de ônibus por todo o país, Junho foi a faísca que abriu a comporta para diversas lutas ligadas a demandas latentes na sociedade brasileira, colocando em movimento uma nova geração de ativistas que experimentou um significativo avanço na consciência política por meio da experiência radicalizada das ruas.

Foram expressas uma variedade considerável de demandas, entre as quais a negação das instituições, dos partidos da ordem, da corrupção, a denúncia sobre a falta de investimento nas áreas públicas (saúde, educação, moradia, etc.). Foi um acontecimento que quebrou com a normalidade e desestabilizou o cenário político no país, levantando um conjunto de reivindicações que se encontram em desdobramento até o momento.

É interessante pensarmos como à luta por direitos democráticos foi provavelmente o primeiro aspecto que revelou a inquietação da juventude no Brasil. Já em 2011, tivemos as primeiras Marchas das Vadias, as Marchas da Maconha ganharam expressividade, as paradas LGBTs ganharam maior importância política. 2013 foi o auge de sua explosão, desenvolvendo processos de luta que perduram até hoje, como é o caso da primavera feminista. Tais lutas, portanto, tornaram-se um aspecto que cada vez mais importante, como demonstra ainda hoje a forte reação das mulheres nas ruas e nas redes sociais à cultura do estupro; a crescente disputa do movimento negro pela afirmação de sua identidade, de sua cultura, pelo fim do preconceito e do genocídio da juventude negra nas periferias; até a maior visibilidade da comunidade LGBT por respeito e pelo direito amarem e se identificaram como quiserem, contra as trágicas manifestações LGBTfóbicas que ainda são bastante presentes no cotidiano dos noticiários.

A partir dessas demandas, ficou claro como há uma nova geração que deseja reafirmar seus direitos – a chamada "geração Y", constituída por jovens que nasceram no mundo das redes sociais, da informação, que estão forjando novos comportamentos,

gostos e atitudes, se expressando e se relacionando por meio da valorização das diferenças e identidades. As lutas setoriais têm, nesse sentido, sintetizado os anseios dessa geração. Elas têm servido cada vez mais como porta de entrada para que muitos jovens comecem a se engajar politicamente e questionar nosso sistema social e político.

Assim, guardada as proporções, muitas das características das lutas abertas em Junho de 2013 no Brasil trazem à lembrança as energias de juventude explodidas nos anos 1960. Entretanto, da mesma forma que apresentam elementos progressistas, elas também revelam dilemas políticos profundos. Um dos desafios do prosseguimento da luta das mulheres, negro/as, LGBTs, etc. hoje é igualmente, por exemplo, a falta de um norte político. Após vencermos importantes batalhas parciais e locais, ainda resta como dificuldade saber como dar continuidade e avançar mais com esses movimentos. Pois eles de certo carregam a clareza de negação do velho, mas não possuem ainda uma alternativa política consolidada para combater a fundo o problema das opressões e construir o novo. Ainda se pautam por demandas diversas, mas sem um programa político comum e coeso, repetindo os resquícios do mesmo dilema da esquerda após a queda do socialismo real: um vazio de referência, aprofundada no caso brasileiro com o ciclo de esgotamento do modelo lulista e a derrocada do PT como um projeto de esquerda.

Nesse cenário, em que muitas das lutas guardam as características de tempo de vida curto, continuidade fraca, formação de agregados temporários de indivíduos pela contingência de uma causa e dispersados quando a luta termina, etc., as ideias pós-modernas passam a ganhar peso novamente. Ou seja, ao se apresentam de forma fragmentada e pulverizada, passam a ser suscetíveis novamente às polêmicas do elogio às partes em combate ao todo.

Dessa forma, muitos dos ativistas dos movimentos sociais ligadas às pautas setoriais reproduzem hoje, por exemplo, consciente ou inconscientemente, a lógica das micropolíticas, que



corresponde à emergência pós-moderna de uma grande variedade de práticas políticas de pequenos grupos. Nessa lógica, privilegia-se a adesão ou filiação a um grupo social, que proporcionam uma espécie de "gratificação de identidade", em detrimento da aderência à organizações políticas como partidos, que corresponderiam propriamente ao processo de formação da consciência de classe ou ainda, de adesão e pertencimento a uma classe, e não apenas uma identidade cultural.

O resultado dessa lógica, se levada ao extremo, é a retórica irrestrita de se defender em primeiro lugar o reconhecimento das diferenças entre os indivíduos, e não àquilo que eles têm em comum a partir de uma situação concreta compartilhada, inviabilizando muitas vezes qualquer tipo de consenso no interior dos movimentos sociais. Tal repúdio ao consenso, torna-se, assim, um espaço de atuação, em que a conquista e o orgulho de uma identidade suprime as reais estratégias de liquidação das raízes da opressão, paradoxalmente, a razão primeira de surgimento desses grupos.

Além disso, uma vez que compartilham essa concepção de atuação, o paradoxo e a consequência extrema inerente à ideologia das micropolítcas é a falta de capacidade de transformação ativa da sociedade, ou melhor, a falta de clareza do papel estrutural que desempenham enquanto sujeitos. O limite dessa concepção, portanto, se encontra no fato de que a retórica da conquista de identidade coletiva não tem mais para onde ir, só lhe restando como "solução" evoluir para uma espécie de lógica que toma a parte pelo todo. Um dos exemplos mais dramáticos encontram-se no nacionalismo cultural negro e no lesbianismo separatista. Algo que é em si contraditório, na medida em que o grupo recém-constituído nunca se contentará com o isolamento completo, já que sempre precisará de inimigos para sobreviver como grupo, para criar e perpetuar um sentido de coesão e identidades coletivas.

Por isso, hoje, o "slogan político" da diferença deve ser visto com um olhar crítico. Entretanto, como nos mostra a lição tirada do desenrolar da experiência política nos anos 1960, isso

não deve ser feito através da conservação de um capital doutrinário, mas do enriquecimento da visão de mundo marxista à prova de novas práticas políticas adequadas ao novo momento histórico.

Nesse sentido, a melhor saída para se potencializar as visões setorializadas hoje é a elaboração de uma política que combine a tradição revolucionária como os novos tipos de ativismo contemporâneo. Isso torna-se viável através da utilização do método dialético. Nesse sentido, pode-se dizer que trata-se de um sintoma histórico e social importante que, hoje, muito similarmente ao que aconteceu nos anos 1960, ativistas tenham a necessidade de se expressar e projetar sua práxis numa linguagem política que envolve as noções de micropoder, dominação, antiautoritarismo, etc. Apesar de politicamente importante, a via dialética nos mostra como as contestações promovidas por esse tipo de retórica são insatisfatórias, na medida em que não formulam uma resposta suficiente ou, no limite, não captam a raiz do problema das opressões. Daí a necessidade de recuperar a visão de totalidade para melhor compreendê-las, indo a fundo da lógica de diferenciação que forma e justifica essas lutas.

Assim, a principal contribuição da perspectiva marxista das lutas setoriais hoje se dá em torno da compreensão de que elas não são incompatíveis à perspectiva da política de classes. Ou melhor, de que ambas podem ser unificadas num programa político anticapitalista. As opressões não são substâncias autônomas, exteriores ou estranhas umas às outras, mas possuem uma relação dialética entre si e com a totalidade, isto é, com a própria estrutura social. Assim, o que os marxistas tentam alertar a todo o momento é que as lutas setoriais não são um fim em si mesmos: são parte de um todo. Por mais profundas e apaixonantes que sejam as reivindicações particulares que carregam, se encaradas de forma fragmentada, elas impedem que no fundo sejam vitoriosas. Sem a relação entre o particular e o todo, a política fica resumida ao local, ao presente imediato. Não avança.

Nosso desafio é evidenciar cada vez mais essa conexão:



como a luta pelo fim do sistema exige a defesa de valores libertários e democráticos, ao mesmo tempo em que a luta contra as formas de desigualdade, opressão, discriminação só se torna possível hoje se entendemos a relação íntima que guardam com a reprodução do capitalismo. Nesse sentido, a visão marxista permite, pela compreensão dialética, mostrar como totalidade e partes não constituem antíteses, existindo uma relação recíproca entre luta totalizante anticapitalista e lutas democráticas, ainda mais no contexto de retirada de direitos sociais próprio aos cenários de crise econômica. Nosso desafio é mostrar como para termos nossos plenos direitos, não só individuais, mas sociais, precisamos avançar num programa radical de transformação da sociedade. Pois a resposta política para cada luta setorial passa pela construção e defesa de um novo tipo de sociedade, e vice-versa.

Desse modo, o que a perspectiva marxista defende não é a ideia de unificação como uma mera neutralização ou anulação das diferenças, mas a percepção de que as lutas parciais guardam suas particularidades ao mesmo tempo que convergem entre si. Quando unificadas, isto é, quando percebem suas afinidades secretas, desenvolvem seu forte potencial transformador, a partir do qual torna-se possível apontar horizontes, saídas coletivas para questões particulares. Com efeito, não se trata de apenas atribuir à luta localizada o valor alegórico de representar a luta geral, mas antes, coordenar mutuamente os dois níveis políticos – o todo e o particular. Deve-se sempre ter em vista dois focos, maneira pela qual se entende que a luta particular possui um sentido próprio em si mesma, sendo ao mesmo tempo uma expressão da totalidade, essencial para a transformação revolucionária da sociedade. Sem essa visão simultânea, as dimensões se separam e a política se torna, por um lado, uma luta facilmente burocratizada pelo Estado e em torno dele, e, por outro, uma série reduzida e interminável de pequenas lutas, facilmente absorvidas pelos ideias pós-modernas.

A concepção marxista de transformação da realidade é, portanto, em si mesma essa dupla obrigação de unir o "aqui e

agora" da situação imediata com a perspectiva totalizante e utópica de uma nova sociedade. Nessa perspectiva, uma determinada demanda sempre deve se expressar de alguma forma como a imagem de uma sociedade totalmente transformada.

Como ressaltamos anteriormente, entretanto, tal perspectiva revolucionária e totalizante esbarra inevitavelmente nas próprias barreiras da sociedade capitalista contemporânea. A realidade concreta nada mais é do que a unidade da diversidade, mas ela é atualmente desmanchada pela própria lógica capitalista da fragmentação. Tendo isso em vista, torna-se clara que os desafios políticos que travamos hoje nos movimentos sociais tem relação antes de mais nada com a própria condição ideológica de do capitalismo contemporâneo. O desenvolvimento do capitalismo de fato levou as sociedades a processarem um nível de complexidade que coloca barreiras à tarefa dos marxistas de mostrar o caminho à totalidade, de apresentaremos o projeto do partido como ferramenta de relação entre as partes e o todo.

Por isso, a tarefa de conectar as diversas lutas que se apresentam desconectadas, mostrando a relação íntima que elas guardam umas com as outras, é hoje um desafio redobrado, que deve ser realizada junto com a construção urgente de alternativas políticas de esquerda, de um terceiro campo que dê respostas a atual crise que vivemos. Por isso, a importância de se construir uma estratégia anticapitalista, não se deixando cair em uma visão romântica e idealizada dos ativismos.

As lutas libertárias protagonizadas por mulheres, negros/as e LGBTS hoje, por exemplo, não podem se encerrar apenas na disputa comportamental, pois elas têm um potencial maior a ser explorado. Segundo Marx, para o indivíduo se tornar realmente livre, este deve tomar poder sobre suas condições de existência, o que passa por um processo de tomada de consciência. A consciência é um produto social e, dessa forma, apenas a partir da transformação da sociedade é possível pensar na transformação dos indivíduos. Com efeito, a tomada de consciência significa o rompimento com a ordem social, por uma nova produção da vida, na qual cada indivíduo possa encontrar meios de desenvolver suas capacidades em todos os sentidos. Assim, nossa tarefa é saber combinar a luta pela liberdade individual com uma estratégia revolucionária que pretenda libertar homens e mulheres de toda exploração e toda forma de opressão.

# As Jornadas de Junho e a luta dos trabalhadores

Bernardo Corrêa[1]

Instigado pela divulgação do *Balanço das greves em 2013* produzido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que registra o maior número de greves em 30 anos da história do Brasil no mesmo ano das manifestações que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho, este artigo tem como objetivo estabelecer uma conexão entre a emergência de novos movimentos sociais "indignadas/os" e o movimento das/os trabalhadoras/es.

Nossa hipótese geral, assenta-se na ideia de que a emergência de novos movimentos como as Jornadas de Junho (marcados por intensa participação das/os jovens, via-de-regra com empregos de caráter precário e pouca representatividade sindical) pode ser fonte de revitalização do movimento sindical e grevista dos trabalhadores. Algo que ainda está por realizar-se.

Neste 3º aniversário das Jornadas de Junho atravessamos uma conjuntura instável, marcada pelo encontro entre as crises econômica e política e caracterizada por manobras da elite buscando arrochar ainda mais os trabalhadores, tendo a frente o governo ilegítimo de Michel Temer. Já é tempo de debruçarmo-nos sobre as debilidades, as fortalezas, as continuidades e descontinuidades do movimento das/os "indignadas/os" brasileiras/os que emergiu em 2013 e, no seio de um balanço honesto, buscar intervir para fortalecer as potências mais progressivas que aquele levante trouxe à tona, com vistas a construir uma alternativa política anticapitalista fiel ao seu espírito em forma e conteúdo.

## Antes de Junho

As revoltas populares combinam uma acúmulo quantitativo de contradições que isoladamente não podem explicar seu aspecto qualitativo. Ou seja, mesmo que a luta contra o aumento

1 Sociólogo e militante do Movimento Esquerda Socialista e do PSOL-RS

das tarifas de transporte tenha sido a gota d'água para o copo transbordar, o transborde vai muito além da gota. Se tomamos como ponto de partida a Revolta do Buzu em Salvador no ano de 2004, vemos que mobilizações em torno deste tema desenvolveram-se por dez anos até tornarem-se catalisadoras da indignação popular durante as Jornadas de Junho de 2013. Florianópolis, Pernambuco, Teresina, Natal, Goiânia, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre... enfim, foram inúmeros os protestos contra o aumento das passagens na primeira década dos anos 2000.

A explosão dos protestos da primeira metade do ano de 2013, que ficou conhecida como "Jornadas de Junho", evidenciou processos subjacentes que vinham incrementando grandes protestos e conflitos. Afora os parâmetros dentro dos quais atuam uma série de choques e lutas de um país integrado ao capitalismo de forma dependente, com a marca da desigualdade social e todas as questões estruturais que decorrem de tal condição, já estavam em curso protestos salariais e uma situação mais conflituosa socialmente no ano de 2012.

Greves nos canteiros das obras do PAC, de grandes hidrelétricas, estádios, paralisações de servidores públicos, entre outras já indicavam um crescimento do movimento paredista envolvendo a precariedade e o desrespeito aos direitos (greves defensivas) e contra a deterioração das condições de vida (com alto índice de greves relacionadas ao aumento do Vale-alimentação) como detonadores de protestos. O levante popular e juvenil do ano seguinte não estancou este processo, pelo contrário, como demonstra o *Balanço das greves em 2013*, acelerou-o envolvendo mais setores.

Diversos fatores atuaram sobre a revolta. Não à toa, o transporte público tornou-se a reivindicação generalizada dos protestos e motivador de 59% dos que participaram, segundo a pesquisa realizada pelo Ibope[2]. Ele está diretamente relacionado à vida cotidiana das cidades e da crescente apropriação privada

2 A pesquisa foi realizada entre 17 e 20 de junho de 2013, momento em que se registraram as maiores manifestações de rua. Foram entrevistadas 2002 pessoas, distribuídas da seguinte forma: SP 483entrevistas, RJ 301 entrevistas, BH, POA, Recife, Salvador e DF 203 entrevistas. Disponível em: <http://especial.g1.globo.com/fantastico/pesquisa-de-opiniao-publica-sobre-os-manifestantes/> acesso em 08 de agosto de 2013.



destes espaços. É uma contradição que impulsiona de forma marcante a reprodução capitalista do espaço e gera muitos conflitos em torno do que Harvey (2014) e outros têm chamado de luta pelo direito à cidade.

A política econômica do governo petista de incentivo ao consumo e ao endividamento das famílias, por meio de incentivos fiscais à indústria automobilística e da construção civil, gerou um "crescimento engarrafado" das grandes e médias cidades e tornou a situação ainda mais dramática na mobilidade urbana das principais cidades do país. Nos últimos quinze anos, o número de automóveis quase triplicou, e o de motocicletas cresceu cinco vezes. O sistema viário urbano não acompanhou este crescimento. Ainda assim, 46% dos domicílios brasileiros não possui veículo motorizado próprio, ou seja, são potenciais usuários do transporte coletivo para seus deslocamentos.

Nos anos seguintes a 2010 os efeitos perversos desta política se apresentariam. O incentivo à compra de carros individuais em detrimento do transporte coletivo público, a colaboração com as empreiteiras e sua lógica de gentrificação social e especulação do ponto de vista da moradia, corrupta do ponto de vista da relação com o Estado e, consequentemente caótica e antiecológica do ponto de vista do planejamento das obras, fizeram das cidades um ambiente insuportável. Trânsito cada vez mais estressante e violento para quem tem veículo individual; ônibus, metrôs e trens cada vez mais caros, lotados, em péssima qualidade e demorados e os governos investindo em... Estádios de futebol e hotéis de luxo para Copa! A panela de pressão estava definitivamente prestes a explodir. Mas qual era o pano de fundo?

Do ponto de vista macroeconômico, após registro de taxas negativas de crescimento em 2009, afetado pelos efeitos da crise econômica mundial de 2007-08 (em especial pela diminuição no preço das *commodities*), o Brasil havia se recuperado e chegado a um pico de crescimento do PIB no ano de 2010 (7,53%) e no intervalo de apenas dois anos a taxa de crescimento do PIB

cai para 0,9%.

O início da retração econômica em 2012, favoreceu ao desenvolvimento de uma pressão inflacionária, concentrada em três setores importantes que afetavam especialmente a renda dos trabalhadores que compõem a base da pirâmide social brasileira: os alimentos e bebidas, os transportes e as despesas pessoais com educação.

De acordo com a Nota Técnica nº 122 do DIEESE de abril de 2013, intitulada "inflação e juros" e produzida para subsidiar a reunião do Conselho de Política Monetária (Copom) de 17/04/13:

> *"Ao observar os dados desagregados da inflação para janeiro, fevereiro e março, é possível notar forte contribuição dos grupos de alimentos e bebidas, transportes e despesas pessoais e educação. No acumulado dos últimos três meses, estes grupos somados respondem por uma taxa de 1,95%, (contribuição em relação ao total, ou variação relativa), ou seja, são responsáveis por uma taxa maior que a inflação desses três meses que, no conjunto, totalizou 1,94%" (DIEESE, 2013, p. 6).*

Frente a este cenário, a decisão do Governo Federal juntamente com os Governos de SP e RJ, de adiar o aumento dos transportes nas grandes cidades, acabou por adiar o enfrentamento, favorecendo que os protestos contra os aumentos das passagens contassem com ampla participação dos estudantes trabalhadores, que já não encontravam-se em férias nos períodos de reajuste, como nos anos anteriores.

A ausência de crescimento econômico, combinou-se ao endividamento das famílias. Somente no intervalo entre 2010 a 2012 o endividamento das famílias como proporção da renda anual subiu de 44,4% para 51,3%, registrando-se pela primeira vez na história do país, o comprometimento de mais da metade da renda familiar com dívidas, sendo 32,2% destas com endividamento bancário, segundo dados do Banco Central (BACEN).

A composição do emprego também é significativa para

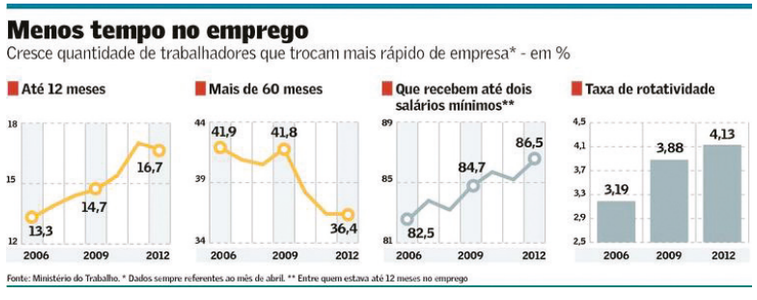


compreender o perfil dos que foram às ruas do país em 2013. Entre 2006 e 2012, a taxa de rotatividade no mercado de trabalho no Brasil cresceu 29,5 e segundo Pochmann (2012):

> *"A década de 2000 apresentou uma alteração importante no padrão de trabalho da mão de obra brasileira, marcada por forte dinamismo nas ocupações geradas e no perfil remuneratório. Do total líquido de 21 milhões de postos de trabalho criados na primeira década do século XXI, 94,8% foram com rendimento mensal de até 1,5 salário mínimo mensal" (POCHMANN, 2012, p.27).*

Agrega-se a este dado o aumento do emprego de até 12 meses (altamente rotativo), taxa que variou positivamente de 2009 a 2012, subindo de 14,7% para 16,7%, assim como a diminuição significativa do emprego com duração de mais de 60 meses variando negativamente de 41,8% a 36,4% no mesmo período.

**Brasil: Tempo no trabalho – 2006 a 2012**




Esta variação teve incidência direta sobre os trabalhadores mais jovens, majoritários nas Jornadas de Junho. O número de novas vagas de emprego na base da pirâmide social brasileira na primeira década dos anos 2000 concentrou-se na faixa de etária de 25 a 34 anos (mais de 4 milhões de vagas). Se somados aos trabalhadores de 14 a 24 anos, significaram mais de um quarto (25,7%) do total de 21 milhões de vagas criadas.

Também incidiu fortemente na revolta o aspecto político acerca da corrupção. Teve impacto notável o debate em torno do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da Ação Penal 470, sobre o episódio do "mensalão" e o desvelar dos esquemas das castas políticas - da velha esquerda e da velha direita - e as grandes empresas, bancos, etc. incrementados recentemente pelas revelações trazidas pela operação Lava Jato.

A promoção da Copa das Confederações e do Mundial no país, com vultosos investimentos públicos, tornou nítido que os recursos que faltavam nas áreas sociais estavam sendo investidos, por decisão política, na promoção de grandes eventos, sem necessariamente isto trazer benefícios duradouros à população, sob a óptica da ampliação de direitos.

Somam-se aos aspectos condicionais, a influência das revoluções ocorridas no Norte da África em 2011, em especial, na Tunísia e no Egito, assim como a irrupção do movimento dos "indignados" na Europa meridional, especialmente Grécia, Portugal e Espanha e o Occupy Wall Street nos EUA. Tais elementos seguem compondo um "mal-estar" coletivo frente à situação de crise pela qual passa a economia mundial e a perda da legitimidade da democracia representativa enquanto modo de regulação da vida política sob a dominação do capital.

Passamos, ainda, por uma revolução tecnológica e comunicacional que permitiu a socialização de discursos e repertórios de ação dos novos movimentos, configurando "redes de indignação e esperança" como sugere Castells (2012). São redes mediadas por ferramentas dinâmicas de comunicação como Facebook, Youtube, WhatsApp, Twitter... Os meios de socialização de informação, desta forma, se tornam menos verticais e passam a ser concentrados em diversos "nós" conectados e produtores de conteúdo e informação, inclusive por fora das corporações midiáticas, ainda que sob seu domínio e espionagem.

Esta circulação de notícias também propiciou uma capacidade convocatória inédita, que se deu por fora das estruturas clássicas de associação como os sindicatos, antigos movimentos sociais e partidos políticos assentados no pacto que garantiu a hegemonia do bloco no poder na primeira década dos anos 2000.

De acordo com Ruy Braga (2015), a hegemonia lulista consolidou-se por meio da combinação entre duas formas de consentimento popular:

> *"Por um lado, o consentimento ativo das direções dos movimentos sociais, tendo os sindicalistas à frente, que se acomodaram ao aparelho de Estado e aos fundos de pensão das empresas estatais. Por outro, o consentimento passivo das classes subalternas que, seduzidas pelas políticas públicas redistributivistas implementadas pelo governo federal, permaneciam ao lado do Partido dos Trabalhadores" (BRAGA, 2015).*

Em um contexto de expansão do comércio internacional, o bloco no poder foi capaz de equilibrar o peso das coalizões, fazendo concessões, sem confrontar interesses essenciais. O esgotamento do ciclo de desenvolvimento econômico, que se transformou em esgotamento do ciclo político e recessão nos anos seguintes, teve seus primeiros indícios nas Jornadas de Junho de 2013.

Se, por sua parte, as direções buscaram manter seu consentimento ativo, a passividade do movimento de massas rompeu-se definitivamente, sem que com isso tenha encontrado um programa e os organismos de massas que pudessem converter a irrupção da indignação em plataforma política para a transformação, o que alastrou e aprofundou a crise, como podemos ver nos dias atuais.

**As Jornadas de Junho foram uma revolta de classes médias?**

Slavoj Žižek (2013), sinteticamente nos apresenta a conexão entre os distintos protestos das/os indignadas/os em diferentes países e realidades do mundo:

*"É o fato de que nenhum deles pode ser reduzido a uma única questão, pois todos lidam com uma combinação específica de (pelo menos) duas questões: uma econômica, de maior ou menor radicalidade, e outra político-ideológica, que inclui demandas pela democracia até exigências para a superação da democracia multipartidária usual" (ŽIŽEK, 2013, p. 104).*

Para além das similaridades que podemos encontrar nos movimentos que ocorreram na Europa Meridional, o sociólogo português Elísio Estanque (2014), em seu trabalho comparativo entre as "rebeliões de classe média" em Portugal pós-2011 e no Brasil em 2013, elucida as diferenças:

*"Se a estabilidade e a previsibilidade do quotidiano são traços marcantes do habitus de "classe média", a condição precária é exatamente a negação disso. Pode-se dizer que no caso brasileiro a "classe média" é um constructo (talvez mesmo uma miragem), enquanto no caso português é uma descida ao purgatório de quem julgava estar às portas do paraíso" (ESTANQUE, 2014, p. 76).*

Enquanto na Europa meridional a classe média foi levada à revolta pelo esgotamento do Estado Social, no modelo liberal -periférico brasileiro, a classe trabalhadora, em especial seus segmentos jovens e recentemente mais escolarizados são herdeiros de uma condição que na Europa estariam muito próximas da linha da miséria.

De acordo com André Singer (2015), no Brasil:

*"(...) as manifestações foram de jovens (até 25 anos) e jovens adultos (até 39 anos), que juntos representavam 80% dos presentes. À primeira vista, pareciam jovens de classe média, pois somando os diplomados aos que estavam cursando universidade, tinha-se um vasto contingente (quase 80%) das manifestações de São Paulo em 17 e 20 de junho, assim como a de Belo Horizonte no dia 22 (quase 70%), de manifestantes com acesso ao ensino superior" (SINGER, 2015, p.10).*



Entretanto o trabalho de cruzamento realizado por ele entre as pesquisas do Datafolha em São Paulo, nas manifestações dos dias 17 e 20 de junho; a realizada na manifestação do Rio de Janeiro no dia 20 de junho pela Plus Marketing e a pesquisa nacional realizada pelo Ibope nas manifestações do dia 20 em oito capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Brasília revela um cenário diferente.

Notamos que os que tinham até cinco salários mínimos familiares mensais (baixo rendimento no Brasil) eram a maioria dos manifestantes:

***Renda familiar mensal dos manifestantes***

| *Faixas* | *Rio de Janeiro 20/06* | *Oito capitais 20/06* | *Belo Horizonte 22/06* |
|---|---|---|---|
| *Mais baixa* | 34% (Ate 1 SM) | 15% (Até 2 SM) | 20% (Até 2 SM) |
| *Inter-mediária 1* | 54% (De 2 a 5 SM) | 30% (De 2 a 5 SM) | 36% (2 a 5 SM) |
| *Inter-mediária 2* | 1% (De 6 a 10 SM) | 26% (De 5 a 10 SM) | 24% (5 a 10 SM) |
| *Alta* | 10% (Mais de 11 SM) | 23% (Mais 10 SM) | 21% (Mais de 10 SM) |
| | 100% | 100% | 100% |

***Fonte:*** **Para o Rio de Janeiro, Plus Marketing. Para oito capitais, Ibope. Para Belo Horizonte, Innovare. *6% não responderam**

O acesso ao ensino superior no Brasil passou por uma reconfiguração na rede privada de ensino, após a implementação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), e das cotas sociais

e raciais no caso das Universidades Públicas. Muitas/os estudantes trabalhadoras/es passaram a compor o que antes era um espaço destinado apenas à chamada classe média (um conceito que frequentemente confunde as noções de classe social com categorias de rendimentos). Elas/es vislumbraram sua "emancipação" por meio dos estudos universitários, mas sua inserção educacional foi acompanhada da emergência de novas modalidades de trabalho precário e inseguro. Mesmo mais instruído, este segmento seguiu reproduzindo, também do ponto de vista laboral, as estruturas de desigualdade social que marca nosso país:

> *"Estas novas camadas sociolaborais, não sendo parte de uma classe média de fato, inserem-se numa trajetória em redefinição sob o efeito de um status "truncado" (dada a flagrante assimetria entre recursos educacionais e condição econômica) e marcados pela insegurança. Trata-se, portanto, de um segmento que se destaca da camada mais acomodada da classe média "tradicional" e é mais propenso à radicalização" (ESTANQUE, 2014, p.76).*

É importante esta diferenciação, pois alguns dos que desonestamente se aventuraram a analisar os movimentos de 2013 no Brasil, ancorados nos velhos esquemas e interessados em defender o governo do PT, colocaram o sinal de igual entre a perda de direitos sociais da juventude europeia e brasileira, concluindo tratar-se de privilegiados de classe média que "queriam demais" e estavam sendo úteis a um golpe de Estado da direita e da mídia corporativa. Nem mesmo na Europa esta visão simplista se aplica.

De acordo com "Pesquisa de opinião pública sobre os manifestantes" realizada pelo Ibope, 76% dos manifestantes trabalhavam, mas apenas 14% eram filiados a algum sindicato, entidade de classe ou entidade estudantil e apenas 4% eram filiados a algum partido político. Em torno de 63% dos manifestantes tinham entre 14 a 29 anos e 46% participavam pela primeira vez manifestações públicas o que demonstra uma movimentação social que tem grande porosidade à entrada em cena de novos atores.

Os motivos pelos quais os entrevistados foram levados a participar das manifestações dividem-se entre questões econômicas e políticas: 59% compareceram contra o aumento das tarifas do transporte público, 32% por se posicionarem-se contra a corrupção, 31% por mais investimentos em saúde e educação. Apesar de 94% acreditarem que as manifestações iriam promover as mudanças que reivindicavam, 61% manifestarem muito interesse por política e 28% manifestarem interesse médio, apenas 11% se sentiam representados por algum partido político e 17% por algum político. Indícios de uma crise de representatividade que se aprofundaria.

É um indicador que revela a busca de novas formas de ativismo político e o descrédito nas formas tradicionais. Majoritariamente eram camadas trabalhadoras munidas de reivindicações que se distanciavam do programa privatista e corrupto da direita tradicional. Ao mesmo tempo a esquerda tradicional, após 10 anos de governo petista, já se fazia muito parecida à direita, era difícil distinguir os métodos, o programa e a fisionomia dos que antes eram vistos como esquerda. Uma nova esquerda se fez e se faz cada vez mais necessária.

Cooptados pela lógica da conciliação de classes no interior do Estado, tanto no que se refere às dimensões econômicas quanto às políticas, os sindicatos brasileiros encontravam-se distantes da realidade dos manifestantes de junho de 2013. De conjunto, nossa percepção indica que o movimento sindical de forma organizada não participou decisivamente nas Jornadas de Junho de 2013 e, ainda, sofreu rechaço em algumas das manifestações ao entrar com seu repertório tradicional de ação. A burocratização da ação sindical, a judicialização das demandas dos trabalhadores e o baixo nível de conflitos sociais acumulados desde a década de 1990 até o início dos anos 2000 favoreceram a um acomodamento

sindical e sua adequação ao calendário das datas-base das negociações salariais, separando-se de sua dimensão sociopolítica de lutas mais gerais, assim como de suas respectivas bases.

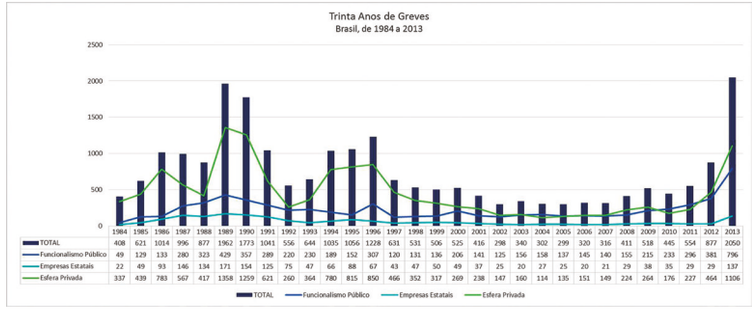
Nos melhores casos, os sindicatos entraram como elementos de socialização dos meios de resistência, disponibilizando parte de sua estrutura ou assessoria jurídica nos casos de repressão policial. A revitalização da ação sindical e do movimento dos trabalhadores provavelmente passe pela reorientação de seu repertório e a busca de elos associativos dentre os setores que compõem a maioria da força de trabalho que opera no país, mas, precarizada, terceirizada e fragmentada não compõe a maioria dos sindicalizados e não se sente representada por eles.

Em uma das manifestações das Jornadas de Junho que participamos em Porto Alegre, encontramos uma dirigente sindical que comentou: "que linda está a manifestação da juventude... mas uma pergunta não quer calar, onde estão os sindicatos?". Não estavam ali. Logo, este problema se apresentou levando todas as centrais sindicais a convocar uma greve geral no dia 11 de julho, depois do auge das manifestações, mas empurradas por elas. Como veremos a seguir, não somente o número de greves aumentou como também envolveram-se categorias menos frequentes no movimento paredista, ganhando peso a organização por local de trabalho.

## As Jornadas de Junho e a explosão das greves em 2013

O ano das Jornadas de Junho também foi o ano que registrou o maior número de greves em 30 anos, superando inclusive os anos do ascenso do sindicalismo brasileiro do final dos anos 1970 e da década de 1980. De acordo com o Balanço das greves em 2013, produzido pelo DIEESE, com base nos dados do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG), o ano de 2013 registrou 2.050 greves. Um crescimento de 134% em relação a 2012, quando foram registradas 877 greves.






| | 1984 | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TOTAL | 408 | 621 | 1014 | 996 | 877 | 1962 | 1773 | 1041 | 556 | 644 | 1035 | 1056 | 1228 | 631 | 531 | 506 | 525 | 416 | 298 | 340 | 302 | 299 | 320 | 316 | 411 | 518 | 445 | 554 | 877 | 2050 |
| Funcionalismo Público | 49 | 129 | 133 | 280 | 323 | 429 | 357 | 289 | 220 | 230 | 189 | 152 | 307 | 120 | 131 | 136 | 206 | 141 | 125 | 156 | 158 | 137 | 145 | 140 | 155 | 215 | 233 | 296 | 381 | 796 |
| Empresas Estatais | 22 | 49 | 93 | 146 | 134 | 171 | 154 | 125 | 75 | 47 | 66 | 88 | 67 | 43 | 47 | 50 | 49 | 37 | 25 | 20 | 27 | 25 | 20 | 21 | 29 | 38 | 35 | 29 | 29 | 137 |
| Esfera Privada | 337 | 439 | 783 | 567 | 417 | 1358 | 1259 | 621 | 260 | 364 | 780 | 815 | 850 | 466 | 352 | 317 | 269 | 238 | 147 | 160 | 114 | 135 | 151 | 149 | 224 | 264 | 176 | 227 | 464 | 1106 |

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE), *Balanço das greves em 2013*, dezembro de 2015

No gráfico, é possível notar a dimensão do crescimento das greves no ano de 2013. Os registros superaram os do ano de 1989, maior da série, e marcado por grandes jornadas de lutas, greves gerais e pela interminável "transição gradual" da ditadura para o atual regime político.

Apesar do estudo do DIEESE estranhamente não atribuir relações causais entre as Jornadas de Junho e o aumento substantivo das greves, pensamos ser inexplicável este salto sem a explosão das manifestações. As greves de 2013 tiveram a participação de cerca de 2 milhões de grevistas, com média de 2.164 trabalhadores por greve e registraram 111.342 horas paradas, um crescimento de 28% em relação a 2012, (86.921 horas paradas). É o maior desde 1990, que registrou 117.027 horas paradas.

Conforme o *Balanço das Greves 2013* a composição social, as reivindicações e a tática das greves foram heterogêneos. O funcionalismo público segue sendo o que realiza mais greves por categoria e de mais longa duração. Entretanto, as greves da esfera privada foram 54% do total; as da esfera pública significaram 46%.

De nossa parte, opinamos que a predominância do caráter defensivo das greves é indicativa de uma retomada de iniciativa por parte de um setor que vinha sofrendo com a perda de direitos e não via ambiente para que sua mobilização fosse vitoriosa e seu emprego garantido. Apesar do aumento da formalização do trabalho, as condições salariais e laborais seguiam péssimas.

**Total de greves nas esferas pública e privada**
**Brasil, 2012 e 2013**

| Esfera | 2012 | | 2013 | | Taxa de crescimento (%) | Variação da participação (pp) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº | % | Nº | % | | |
| Esfera Pública | 410 | 46,8 | 933 | 45,5 | 127,6 | -1,2 |
| Funcionalismo público | 381 | 43,4 | 796 | 38,8 | 108,9 | -4,6 |
| Empresas estatais | 29 | 3,3 | 137 | 6,7 | 372,4 | 3,4 |
| Esfera privada | 464 | 52,9 | 1.106 | 54,0 | 138,4 | 1,0 |
| Esfera pública e privada [1] | 3 | 0,3 | 11 | 0,5 | 266,7 | 0,2 |
| **Total** | **877** | **100** | **2.050** | **100** | **133,8** | **-** |

Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)
Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

É uma análise da correlação de forças, feita por quem trabalha, que tem como parâmetro o local de trabalho. Ela foi objetiva, pois expressou a resistência à crise econômica que se avizinhava e era mais perceptível no local, com a retração de seus direitos, do que nas análises dos economistas burgueses.

De acordo com o DIEESE (2015):

> *"Em 2013, a proporção das greves que trouxeram reivindicações propositivas sofreu um recuo de 64% para 57% enquanto a proporção das greves que trouxeram reivindicações defensivas experimentou um incremento de 67% para 75% (...)".*

De um total de 2.050 greves no ano, 818 foram motivadas pelo descumprimento de direitos, 545 delas na esfera privada. Este é o motivador de 46% das greves defensivas na esfera privada. É um dado revelador das condições de luta. Revela também o quanto podem perder os trabalhadores, quando seus sindicatos e partidos são cooptados pelas "razões de Estado". As seis greves de solidariedade (superando uma de 2012) demonstram a dispersão, mas o peso da organização por local de trabalho propõe o antídoto. Em uma onda de mobilização nacional, tais setores encontraram a correlação de forças necessária para entrar em ação.



O DIEESE (2015) identifica três aspectos essenciais a serem destacados no balanço da atividade grevista de 2013:

**a) O grande crescimento do número de greves.** Uma espécie de "desbordamento" do núcleo central de agitação para a periferia, expandindo-se as greves para categorias diversas daquelas tradicionalmente mobilizadas sem que as categorias já habituadas tenham deixado de paralisar.

**b) Os itens defensivos** passaram a fazer parte da pauta. Deflagração de greves entre categorias profissionais mais frágeis, tanto em salário como em direitos.

**c) A importância do local de trabalho.** O ano de 2013 foi marcado pelo aumento na participação de greves mais curtas e referenciadas nos locais de trabalho.

A relação que buscamos estabelecer aqui, parte do questionamento sobre as causas deste "desbordamento" apontado no ponto A. Em nossa hipótese, o ponto B indica os elementos conjunturais e condicionais analisados na primeira parte deste texto e o ponto C indica algo presente nas manifestações de Junho de 2013: a insuficiência da ação sindical institucionalizada até então e das formas clássicas de associação.

Os elementos mais marcantes de encontro entre as manifestações de rua e as greves de 2013 parecem ser: 1) a luta pela manutenção das condições de vida, e defesa dos direitos adquiridos; 2) a entrada em ação de setores sociais novos por fora, e por vezes contra, as instituições político-sindicais estabelecidas; 3) a organização molecular (cidade, movimento, local de trabalho), fragmentada e espontânea. Este conjunto segue latente e se reforça com o aprofundamento da crise econômica e política.

Entretanto, a simultaneidade das ações, que configuram um acontecimento histórico, não tem necessariamente um caráter de encontro, pensado como uma estratégia consciente. Provavel-

mente, inúmeros grevistas tenham visto o ambiente das Jornadas como mais favorável às suas reivindicações, especialmente pela fraqueza aparente do regime, mas não planejaram coletivamente esta estratégia. Esta é uma lacuna ainda por preencher-se, é um passo político radical.

A demora na divulgação dos dados sobre as greves não nos permite afirmar que trata-se de uma tendência de crescimento contínuo e nossa observação empírica, inclusive, aponta no sentido contrário para os anos seguintes a 2013. As Jornadas de Junho foram um momento explosivo dos protestos em todos os sentidos no país e influenciaram também o ambiente laboral, algo que não se repetiu nas recentes manifestações pró ou contra o impeachment de Dilma, por exemplo.

O que se pode afirmar com mais segurança é que um ambiente favorável aos protestos por mais direitos destravou a luta econômica de inúmeras categorias que, assim como os jovens que protagonizaram as manifestações de rua, não encontraram representatividade nas formas clássicas de associação, especialmente em seus sindicatos, bastante acomodados ao calendário dos dissídios, à negociação em detrimento do enfrentamento aos patrões, com baixas taxas de sindicalização e pouquíssima participação de suas bases nas decisões. Esta condição dificultou a possibilidade de um elo de continuidade entre o acontecimento de 2013 e as lutas que se impõem no presente contra o ajuste, o desemprego e a carestia. O encontro entre as lutas democráticas e a luta classista não pôde ainda realizar-se por completo, sendo este também uma latência entre as tantas que Junho despertou no país.

## O *trencadís*[3] das lutas democráticas e classistas

A ausência do movimento dos trabalhadores enquanto tal, na constituição dos novos protestos que emergiram mundialmente após a Primavera Árabe em 2011 também tem consequências do ponto de vista político e programático. Na Tunísia e no Egito tiveram importância central na primeira vitória das praças.

Os trabalhadores do Nilo, com sua greve geral, cravaram uma estaca no coração de Mubarak. A contrarrevolução poderia ter vencido pela força, não fosse esta greve. A restauração, em grande medida, se explica pela confusão política e a ausência de medidas que respondessem aos problemas de classe por parte da Irmandade Muçulmana no governo. De forma mais contraditória, o movimento sindical na Tunísia, ao mesmo tempo que foi fundamental para manter a vitória da Revolução de Jasmim, teve uma parcela cooptada pela conciliação de classes no interior do Estado.

Ao chegar ao Oriente Próximo, a onda dos Indignados não encontrou dinamismo no movimento sindical, em grande parte por sua cooptação e acomodação aos mecanismos da democracia burguesa, ao corporativismo e burocratismo na ação sindical. Teve com isso um aspecto mais espontâneo e sem representação política especialmente em seu primeiro momento.

Porém, como ensina o marxismo, a questão de classe, ou a luta de classes mais precisamente, define as tarefas às quais os movimentos se alçam e se desenvolvem. Os limites e as potências do espontaneísmo não definem *a priori* quais são estas tarefas. Pelo contrário, definem "seu caminho ao caminhar". O movimento então constitui-se essencialmente de uma convergência mobilizada entre inúmeras denúncias e protestos sobre os mais diversos efeitos do capitalismo contemporâneo. Entretanto, como demonstra a experiência histórica, a chave bernsteiniana "o movimento é tudo" quando convertida em lógica política, privilegia sempre os curtos tempos da tática, unidades de medida do movimento, em detrimento da estratégia de longo prazo que é medida por elementos tanto mais abstratos quanto mais concretos, tais como: correlação de forças, crise econômica e social, situação mundial, consciência e organização.

A lógica da acumulação insaciável do capitalismo levou

3 O *trencadís* é um tipo de mosaico cerâmico artístico feito com de azulejos quebrados, ordenados de forma que pareçam um quebra-cabeças. A utilização de superfícies com trencadís teve grande protagonismo durante o modernismo catalão, sobretudo na obra de Antoni Gaudí. Ver mais em: http://www.trencadis.info

a humanidade a taxas de concentração de riquezas inéditas na história. Um estudo da ONG britânica Oxfam, baseado em dados do banco Credit Suisse relativos a outubro de 2015 revela que a riqueza acumulada pelo 1% mais rico da população mundial equivale, pela primeira vez, à riqueza dos 99% restantes. Diz, ainda, que as 62 pessoas mais ricas do mundo têm a mesma riqueza que toda a metade mais pobre da população global. Para modificar isso é preciso enfrentar a lógica de reprodução do próprio sistema.

O combate às causas sistêmicas, quando convertido em programa de luta pelo poder, não tem como passar por fora das questões de classe já que da extração do trabalho de muitos, provém a renda e o lucro de poucos. O risco é que, ao não estabelecer tais conexões entre o particular e o geral, o tático se torne estratégico e o programa, ainda que responda a questões imediatas taticamente bem, seja capturado pela lógica do capital.

Entretanto, seria extremamente equivocado negar ou diluir numa perspectiva estritamente classista o peso das lutas democráticas que se desenvolvem no presente. Tal abordagem seria conservadora e não levaria em conta que o desenvolvimento da luta de classes é desigual e combinado. O déficit da atividade sindical combativa não pode ser uma retomada do passado, mas sim uma síntese de novos agentes e seus novos métodos de luta com antigos combatentes e velhas bandeiras que infelizmente, apesar de desbotadas seguem atuais. Terão de encontrar seus propósitos comuns no calor das lutas do nosso tempo.

A forma como se apresentam as lutas democráticas e classistas pós-neoliberalismo, lembram os cacos de cerâmica disformes e irregulares utilizados na técnica do modernismo catalão de Antoni Gaudí e Josep Maria Jujol, os *trencadís* (ou *trencat*, em catalão). Talvez estes belos mosaicos, feitos a partir da unidade do diverso, nos ofereçam uma imagem aproximada do que precisa ser uma estratégia socialista o século XXI, mas como disse certa vez o próprio Gaudí acerca de sua técnica: *"A puñados se tienen que poner, si no, no acabaremos nunca"*.



**Referências Bibliográficas:**

BRAGA, Ruy. A Pulsão Plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais. São Paulo: Alameda, 2015.

CASTELLS, Manuel. Redes de Indignación y Esperanza. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

DIEESE. Balanço das greves em 2013. São Paulo, dezembro de 2015.

DIEESE. Nota Técnica nº 122 Inflação e juros. São Paulo, abril de 2013.

ESTANQUE, Elísio. Rebeliões de classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (2011-2013). Revista Crítica de Ciências Sociais 103, 2014.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

POCHMANN, Marcio. Nova classe média?. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

SINGER, André. Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo. Psicologia USP, 2015.

ŽIŽEK, Slavoj. Problemas no Paraíso, In: Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

# DOCUMENTOS

## Una respuesta necesaria a "Un vendaval oportunista recorre el mundo"[1]

Pedro Fuentes[2]

El periódico *Opinión Socialista*, órgano informativo del PSTU, ha publicado un articulo de Martín Hernández, uno de los principales dirigentes de ese partido y de su organización internacional LIT *Un vendaval oportunista recorre el mundo*[3]. En el mismo, se afirma que la izquierda reformista y revolucionaria, toda ella, está ganada por el estado burgués. Se trata de un movimiento irreversible ya que según el articulo "la izquierda mediante la democracia burguesa ha sido cooptada al estado capitalista a partir de los privilegios materiales que este les otorga".

La lista incluye a José Genoino, Lula y toda la dirección del PT, numerosas corrientes trotskystas entre las que se menciona el MST de Argentina por ejemplo, y por supuesto y muy especialmente al PSOL. Quedan liberados de esta caracterización el PSTU y su corriente internacional, a lo que se suma una vanguardia independiente, compuesta por una nueva generación de luchadores y un sector de más experiencia aunque, según el periódico, un poco cansado. La lógica del artículo es de hierro, por lo que la única alternativa para que esta vanguardia se haga revolucionaria es la entrada en el PSTU o su corriente internacional. Vamos a demostrar la verdadera lógica de esta visión, o mejor dicho, de este esquema cuyo objetivo es el de descalificar el nuevo hecho político que ha significado el surgimiento del PSOL[4], como respuesta a la degeneración absoluta del PT.

### No estamos solos rodeados de contrarrevolucionarios

Para ello el artículo hace un clásico razonamiento utiliza-

1 Artigo de polêmica publicado em espanhol na antiga Revista Movimento, publicação do MES, em julho de 2004 em resposta a artigo de Martin Hernandez, dirigente do PSTU e da LIT, publicado no jornal *Opinião Socialista* em junho de 2004. (Nota do editor)
2 Dirigente do PSOL e do Movimento Esquerda Socialista.
3 Disponível em http://www.pstu.org.br/node/4450
4 No momento em que se desenvolvia esta polêmica, em meados de 2004, o PSTU recém havia baixado uma resolução que proibia seus militantes de assinar as fichas pela legalização do PSOL. (Nota do editor)

do por organizaciones que proclaman que "los únicos revolucionarios somos nosotros". Se crea una realidad artificial que nada tiene que ver con los hechos concretos que ocurren para "demostrar" que las demás corrientes revolucionarias son todas oportunistas, reformistas etc. De esa manera, desde un escritorio se las pasa al campo de la traición o de la contrarrevolución, para que todas las corrientes existentes reformistas o revolucionarias entren en el mismo saco. No se mencionan diferencias, contradicciones; por ejemplo se ignora la existencia de corrientes centristas.

Es algo increíble, ya que desde los revolucionarios rusos se viene estableciendo la existencia de corrientes reformistas, revolucionarias y centristas; con sus distintas variantes, lo que obliga a los marxistas a un análisis concreto da la situación concreta, para definir a los sectores centristas que van a la derecha, los que están cristalizados, los que son progresivos y, concretamente, los que pueden y deben ser ganados para una política revolucionaria. Siquiera se apunta la necesidad de unidad de las fuerzas revolucionarias existentes. No, en el texto de Martín nada de eso existe. En cuatro páginas se tira a la basura todo el bagaje histórico de la izquierda marxista revolucionaria. Se justifica así ante los militantes que solo están ellos para hacer la tarea de la revolución y que de lo que entonces se trata es de ganar a esa vanguardia para el partido y resolver así el problema de la dirección revolucionaria.

Esta posición de los compañeros está vinculada a la caracterización que su organización sustenta de que se vive una situación revolucionaria mundial según el análisis aparecido en su revista "Marxismo Vivo" Nº7. Como parte de esta caracterización mundial los documentos del último congreso del PSTU afirman que en Brasil se está caminando para una situación de ese tipo. Y el articulo mencionado avanza más y ya menciona que en Brasil "de hecho ya se esta haciendo una revolución".

Con esta caracterización se completa el esquema y se refuerza aún más la idea de la inprescindibilidad absoluta e inmediatista de la construcción de "su partido" como única orientación



posible, tratando siempre de descalificar aún más cualquier otra corriente o partido. **Pero la pregunta inmediata que surge es; ¿como puede ser que en una situación mundial revolucionaria solo esté el PSTU y su organización internacional rodeado de un vendaval de oportunistas contrarrevolucionarios?**

En los finales del 90, en la UIT (Unidad Internacional de los Trabajadores), también surgió esta pregunta en una discusión similar sobre las caracterizaciones de situación revolucionaria mundial. En uno de los aportes sobre la misma, Aníbal Ramos, dirigente trotskista de Cataluña, infelizmente ya fallecido, con quien discordábamos en muchas de las conclusiones prácticas, se esforzó en demostrar como una situación mundial de este tipo con todas las corrientes traicionando era una irrealidad. "Considerando el número reducido de fuerzas que hoy militan en el trotskysmo, más consecuente, hay que reconocer que la supuesta "frente contrarrevolucionaria mundial" no solo engloba a todas las clases sociales intermediarias, sino también a los partidos del 99.99% del proletariado mundial. Una situación dramática. Cómo puede darse un fenómeno tan monstruoso en una situación que ellos mismos llaman de revolucionaria?". La conclusión de una situación revolucionaria con una proporción tan abrumadora de fuerza dirigidas por el contrario no tiene sentido, palabras vacías de realidad.

Se trata de caracterizaciones alejadas de la realidad actual de la lucha de clases. Son para consumo interno, para disolver la realidad presente y entusiasmar a los militantes con las perspectivas futuras. De esa forma se ocultan las contradicciones, los movimientos reales progresivos que ocurren en el movimiento de masas y en su vanguardia. Se descarta, entonces, la orientación estratégica de que el partido se construye con alianzas y fusiones con otras corrientes y sectores revolucionarios, inserido en el movimiento de masas y en los procesos progresivos que ocurren y que nunca se dan puros.

Esa ha sido siempre la estrategia defendida por la organización internacional dirigida por Nahuel Moreno de la cual tanto el PSTU como nosotros hemos sido parte. Un razonamiento

opuesto al de que "estamos solos ante la revolución y el que no quiera aceptar los moldes nuestros es un obstáculo que hay que destruir". Esa posición lleva incluso a tendencias al aparatismo sobre las mismas organizaciones de masas y los procesos de autoorganización que ocurren. Y en Brasil, claro está a considerar al PSOL un enemigo, un obstáculo para la construcción de su partido y del partido revolucionario con influencia de masas tan necesario para el futuro de la revolución socialista brasileña.

Por lo tanto, se trata de una polémica que no tiene nada de libresca, sino que es muy importante por sus conclusiones prácticas. En nuestro continente, si bien existen importantes dificultades que tenemos que vencer, se ha abierto un espacio para la construcción de alternativas políticas anticapitalistas radicales donde los revolucionarios tengan un peso decisivo. En el caso de Brasil y ante el salto degenerativo del PT, se ha abierto una oportunidad histórica para los revolucionarios, para construir una alternativa con influencia de masas. Y ya se ha iniciada un nuevo proceso como una respuesta a la crisis del PT: el del reagrupamiento de fuerzas socialistas en el P-Sol, con apoyo en sectores de masas.

Es un proceso que también ocurre en otros países y que apunta por primera vez, luego de una década de crisis de organizaciones socialistas y de rupturas, a la posibilidad de superación de una situación de fragmentación y al reagrupamiento de fuerzas socialistas revolucionarias. No por casualidad se acaba de hacer un seminario en el cual participaron las corrientes brasileras integradas al PSOL, y numerosas organizaciones y partidos latinoamericanos en una importante mayoría de origen trotskysta de Europa y de los Estados Unidos, en Porto Alegre.

**Una analogía equivocada**

Situación revolucionaria quiere decir que están las condiciones para la revolución, o casi todas las condiciones y por lo tanto se producen revoluciones. Equivale a decir que lo dominante en el mundo son situaciones donde está en juego la cuestión del poder, que alteran el signo de la correlación de fuerzas o tienden a marcar cambios importantes en la misma. Visto desde ahora, uno de los problemas de esta caracterización comenzó con una analogía equivocada que hicimos al inicio del 80 comparando la situación mundial de esos momentos con la que Lenin definió en el 15 ya en vísperas de la revolución rusa. La definición de Lenin que se refería a Europa, se asentaba en el hecho de que había una guerra interimperialista que dislocaba la dominación imperialista que era en esa época el centro del mundo. Esto en el marco de la existencia de una fuerza del proletariado cada vez más desarrollado, dinámico y en ascenso. El pronostico culminó con la revolución rusa y la oleada de revoluciones europeas em Alemania, Polonia, Hungría y luego Italia y Austria. Una situación en donde se desarrollaron fuertes organizaciones de masas revolucionarias, los soviets, y los partidos comunistas surgidos de las divisiones de la socialdemocracia.

La lucha de clases difícilmente repite situaciones parecidas por lo que las analogías siempre se tienen que tomar con cuidado. Podemos definir que también hubo una situación revolucionaria mundial con la segunda guerra mundial cuando se abrieron situaciones revolucionarias en los países ocupados por el nazismo, (Francia, Italia, Grecia), se produjo la revolución en Yugoslavia y luego con la ocupación del Ejercito Rojo en el resto de los países del Este y más tarde la revolución China. En esa situación mundial se produjo una oleada de independencia nacional (India, Egipto...) y de regímenes en clara contradicción con el imperialismo, en particular en Latinoamérica.

**Una primera aproximación del escenario mundial: una situación de polarización**

No estamos en una etapa o período que sea similar a alguno de ellos. En las ultimas dos décadas han sucedido fenómenos mundiales de enorme importancia, que si bien no son tema

de esta artículo, no pueden dejar de ser citados. Con la llamada ofensiva neoliberal y la globalización ha ocurrido un salto en la concentración del capital y la riqueza, un salto en la financierización de la economía, el desmantelamiento de los servicios estatales públicos, un proceso de semicolonización en los países periféricos. No se trata de ningún desarrollo de las fuerzas productivas sino por el contrario vivimos un periodo de decadencia y crisis de la economía capitalista, con un desempleo crónico que ha significado cierto debilitamiento de la clase obrera industrial. En este periodo se dio el derrocamiento de los regímenes totalitarios del Este y Rusia y posteriormente la restauración capitalista. Esas movilizaciones de masas terminaron con el aparato estalinista, un fenómeno histórico enormemente progresivo que ha abierto nuevas posibilidades para la reorganización del movimiento obrero y los revolucionarios. Sin embargo tuvieron un efecto contradictorio sobre la conciencia de las masas, ya que dificultó la idea que la alternativa al capitalismo es el socialismo. Apoyados en esa situación y en la ofensiva neoliberal hubo un giro a la derecha de las direcciones reformistas.

A mediados de los 90 y más definidamente a partir del 97 con la crisis de los tigres asiáticos, comenzó un cambio importante en la realidad mundial. Se hizo evidente la crisis estructural de la economía capitalista y a desarrollarse una confrontación contra el neoliberalismo que cada vez más desde entonces se ha ido ampliando. Ese ascenso de la lucha de clases dio origen al enormemente progresivo movimiento antiglobalización con sus grandes manifestaciones iniciadas en Seatle y que en Europa y los EEUU continuó con el importante movimiento contra la guerra de Irak.

En nuestro continente, el ascenso de la lucha de clases ha producido movimientos revolucionarios e incluso revoluciones (de los cuales el argentinazo, la insurrección boliviana y la derrota del golpe en Venezuela han sido las más notables) Sin embargo, que haya situaciones revolucionarias en países no significa una situación revolucionaria mundial. Ya que no se ha alterado o no se



ha producido un clivaje o una dislocación en el sistema de dominación imperialista existente, y los países centrales de Europa, de los EEUU y Japón no son alcanzados por estos procesos. La crisis económica sin salida, el empantanamiento en el que se ha metido EEUU en Irak y la crisis política que eso ha creado en EEUU, son elementos dinámicos de una situación transicional. Pero lo que actualmente existe es una situación mundial de polarización, de inestabilidad, donde el imperialismo por un lado logra ciertos triunfos políticos como es el de la cooptación de direcciones y organizaciones como el PT en Brasil. También golpea con su feroz ofensiva económica y mete sus golpes, y si bien estos no aplastan a las masas no dejan por ellos de ser golpes, como los que reciben las masas palestinas.

**El imperialismo utiliza la democracia burguesa pero también el militarismo, las guerras y golpes**

El articulo *Vendaval oportunista* afirma que el imperialismo, después de la derrota de Vietnam, no ha podido utilizar las guerras y sostiene su dominación mediante la democracia burguesa o mediante lo que se llama la reacción democrática. Indudablemente que la democracia burguesa ha sido una herramienta usada para canalizar el descontento de las masas y fue un medio importante para la restauración del capitalismo en el Este y Rusia, o así en el gigante chino.

Pero en el afán de explicar la capitulación de toda la izquierda el texto olvida la política militarista del imperialismo hegemónico. No se mencionan dos hechos monumentales que están ocurriendo y que todos los días son título de todos los diarios y noticieros: 1) que hace solo un año los Estados Unidos emprendieron una feroz guerra de conquista colonial pasando sobre la ONU, con la oposición de Francia y Alemania, provocando incluso una situación nueva en las relaciones inter-imperialistas; 2) que esa guerra ha originado las mayores manifestaciones antiguerra

en un solo día; y que desde hace dos meses una enorme resistencia del pueblo irakí que amenaza toda la maquinaria montada por Bush que ha utilizado una nueva tecnología militar desarrollada en las dos ultimas décadas para provocar una gran carnicería humana y la tortura como en Vietnam.

Sharon es una expresión cabal de la política militarista de Bush con la sistemática ocupación militar de los territorios palestinos, la guerra directa contra la población y la matanza selectiva. La población Palestina resiste heroicamente pero sufre brutales consecuencias de esta ofensiva, que no es precisamente de la reacción democrática.

También en nuestro continente existe esta cara de la política de Bush. La ocupación militar de Haití, el plan Colombia, segundo país en asistencia militar por los EEUU, el despliegue de bases militares yankees en el continente, la política de reforzamiento del embargo a Cuba. Y la sistemática política golpista hacia Venezuela, en donde si bien fue derrotado su primer intento de golpe, continúa actuando a favor de la desestabilización política para crear nuevas condiciones para el golpe o incluso una intervención militar latinoamericana. No jerarquizar este problema, despreciar la política agresiva y militarista del imperialismo, termina conduciendo al oportunismo de no tener como eje la derrota del imperialismo en países como Venezuela. Así, el ultraizquierdismo en el análisis se transforma en oportunismo en la política.

No dar jerarquía para la política militarista del imperialismo es injustificable cuando esta política viene gestándose desde la invasión a Panamá, en 1990, las intervenciones en Bosnia, Kosovo, la primer guerra de Irak. Las razones de este cambio estratégico de la política yankee han sido analizados en contribuciones hechas entre otros por Serfati, Callinicos, Chesnais. Si bien se combinan varios factores se puede resumir en la necesidad de sostener su hegemonía mundial cada vez mas cuestionada en medio de una crisis económica estructural por la fase de decadencia imperialista.



Esto no nos debe llevar a hacer un análisis unilateral de signo, opuesto al de Martin, y a pensar que todo es militarismo. La democracia burguesa, la reacción democrática, sigue siendo un arma utilizada como medio para la cooptación de las direcciones como han hecho con Lula en Brasil, o Gutiérrez en Ecuador, con el objetivo de fragmentar y desmoralizar a los trabajadores. Pero la reacción democrática y la cooptación de las direcciones oportunistas del movimiento de masas se combina con la agresión económica y la ofensiva militar, eje de la política en países como Haití, Venezuela y Cuba.

**Las consignas democráticas burguesas en el período histórico que vivimos**

El artículo que mencionamos reproduce una práctica que ha adoptado el PSTU y su corriente internacional: delimitar a los revolucionarios de los reformistas según la política que tengan sobre las consignas democráticas burguesas. Los compañeros desprecian cualquier planteo de defensa de libertades democráticas y, según su posición, levantar en una situación de crisis o ofensiva de las masas la consiga de Asamblea Constituyente es una traición o capitulación. Así atacaron a los partidos de izquierda de Argentina que levantaron esta consigna, con diferentes formulaciones, en el argentinazo de diciembre del 2001. La cuestión de la democracia burguesa y la utilización que se hace en este periodo de las consignas democráticas tiene su importancia. La democracia burguesa es una forma de dominación del estado burgués, es decir de la clase burguesa ejercer su dictadura de clase. Nadie puede discutir que las direcciones reformistas se alimentan de la participación electoral como su estrategia para tomar el poder y administrar el estado burgués. Su rol histórico es enfrentar y desviar las movilizaciones y una de las armas son las elecciones. Pero esta caracterización o análisis general no puede transformarse en una política sobre la democracia burguesa. Porque la posición

también clásica (desde la época de Marx) es defender las libertades democráticas conquistadas, ampliarlas y luchar por conquistarlas donde no las hay, con la movilización sin hacer de esto una estrategia de defensa del estado burgués

Esto es cada vez más actual porque en este nuevo periodo abierto en las dos ultimas décadas, la democracia burguesa clásica, en el sentido que cada ciudadano elige con su voto a "sus representantes" esta deslegitimada. Mismo en los EEUU el gobierno de Bush salió de un fraude y ha pasado a atacar derechos democráticos históricos.

El régimen democrático burgués clásico se basa en periodos estables donde se podían hacer fuertes concesiones al movimiento de masas. En nuestro continente, los regímenes de la etapa de dominación del neoliberalismo significaron cambios importantes en los regímenes y en el estado que conocimos luego de la posguerra. Los partidos tradicionales fueron ejecutores de la política de privatizaciones convirtiéndose en las herramientas de los monopolios y multinacionales. Con esto vino el gran auge de la corrupción que alcanzó también a las direcciones reformistas convertidas en administradores de privatizaciones y de fondos de pensión. Para ejecutar esa política se vieron obligados a gobernar pasando por encima de las propias tradiciones de la democracia burguesa.

Esto es lo que también explica que en todas los procesos álgidos de la lucha de clases de nuestro continente, en el Argentinazo, en la insurrección boliviana, (y mas aun en la lucha contra el golpe en Venezuela), hayan sido con un alto contenido de reivindicaciones democráticas junto con las antiimperialistas. El argentinazo por ejemplo, colocó al rojo vivo el problema del sistema de representación política y la discusión democrática de que hacer con el país después del desmantelamiento neoliberal menemista. De ahí que se haya colocada la consigna de la Asamblea Constituyente.

No hay forma que la clase obrera dispute el movimiento de masas sino es levantando las consignas democráticas – a entre ellas la asamblea constituyente – que son reivindicaciones sentidas por todos los sectores populares cuando se radicalizan. Y esto es aun más importante por el relativo debilitamiento de la clase obrera como consecuencia de los ataques del neoliberalismo; sin las consignas democráticas es imposible hacer el necesario bloque o alianza antiimperialista, democrática y revolucionario con las otras clases explotadas. Estas consignas son parte esencial de un sistema de ruptura con el capitalismo porque no hay formas de ampliar la democracia burguesa si no es mediante una fuerte movilización que choque con las actuales instituciones burguesas y por eso son medidas que se convierten en transicionales tal como defiende el programa del PSOL.

En Brasil ya asistimos al fracaso de la política de "democracia radical". Su experiencia más avanzada ha sido en Porto Alegre. La corriente Democracia Socialista del PT, que gobierna este municipio, sostiene que se puede democratizar sustancialmente la gestión del Estado burgués, comenzando por la gestión de los municipios con el presupuesto participativo. Pero el resultado fue que el porcentaje que los habitantes de Porto Alegre podían discutir y gestionar no pasó del 5%, convirtiéndose de esa manera en una discusión de pequeñas minucias cuando la mayoría del mismo sigue las mismas normas dictadas por el gobierno nacional. Así ocurrió ahora en esta ciudad con la retención del 11% a los jubilados siguiendo las normas aprobadas por la reforma de la previdencia nacional del gobierno de Lula. Entonces, la defensa de la radicalización de banderas democráticas solo pueden ser verdaderamente defendidas combinándolas con banderas anti-capitalistas.

**El PSOL y la construcción del partido revolucionario en el Brasil**

Como decíamos, el eje y núcleo fundamental de este artículo con el que polemizamos es descalificar el PSOL. Y el recurso es hacer una amalgama entre reformistas y revolucionarios. Prácticamente Genoino, Mercadante, etc. son iguales a Heloisa Helena, Luciana Genro, Baba o Joao Fontes. La única diferencia es que estos

son oposición al gobierno pero... oposición burguesa dentro del régimen,... "el PSOL ha surgido para hacer oposición parlamentaria y electoral". Una afirmación que ya no solo deforma la realidad sino que es una mentira absurda y calumniosa. El programa del PSOL es claro sobre el carácter de las elecciones en el sistema capitalista, sobre el papel decisivo de la movilización sobre el gobierno de los trabajadores en base a la ruptura con el estado burgués.

Lo importante es que este programa no sale solo de la cabeza de una u otra persona sino que es la expresión de un proceso nuevo que ha ocurrido en el Brasil.

El giro de Lula significó un terremoto político que provocó la ruptura de sectores con el PT, que abrió las puertas para que la vanguardia y también sectores de masas se reformulen y repiensen el tipo de partido el tipo de programa, el régimen del partido. Estamos ante un proceso nuevo de radicalización de un sector de masas y de superación de lo que fue el PT. Un terremoto no puede dejar de producir movimientos de intelectuales, de direcciones, de personalidades, de corrientes y de sectores de corrientes. Un terremoto facilita trazar la divisoria de aguas para la política revolucionaria y expresarla de manera más simple para las amplias masas, para construir así una alternativa anticapitalista revolucionaria que tenga influencia de masas.

Por eso el PSOL es una expresión del reagrupamiento de corrientes revolucionarias de fuera y dentro del PT. De intelectuales y personalidades políticas; de numerosos militantes que hacían parte del PT que salieron a defender las banderas socialistas ante la degeneración final del PT, de un sector de masas que se radicalizó y avanzo políticamente en la lucha contra la previdencia y que se amplía día a día en la medida que el gobierno cumple con la burguesía y da un salario mínimo de 260 reales.

De mas está decir que el PSOL se hizo fuerte y sus diputados emergieron gracias a que estuvieron en el principal lugar que había que estar para ayudar a esa radicalización; en las movilizaciones, en la huelga de los servidores públicos, de la PM, etc. etc. La pretendida delimitación entre el PSTU como revolucionario y todos



los otros como reformistas asimilados a la democracia burguesa no solo está fuera de la realidad sino que es un recurso defensivo, de escritorio, para sostener su partido que ha quedado por exclusiva responsabilidad de su dirección, fuera de este proceso.

Dejando de lado algunos bajos recursos utilizados por la dirección del PSTU, hay si una verdadera e importante discusión con el PSTU sobre como encarar la construcción de una partido revolucionario con influencia de masas en esta etapa que vive el país ante la nueva situación que no revolucionaria pero que nos ha abierto la posibilidad de la disputa política de sectores de masas.

Cuando se iniciaron las discusiones el mismo PSTU reconoció que este nuevo proceso no se podía hacer desde su partido sino que había que encarar la construcción de uno nuevo. Pero para hacer esto era necesario una política amplia de reagrupamiento de fuerzas socialistas, de apertura hacia la vanguardia y sectores de masas que si bien ya han roto con el gobierno traen una conciencia todavía reformista aunque muy progresiva no solo porque choca con la política del gobierno, sino porque es dinámica, porque sus aspiraciones se demuestra que no se pueden resolver en los marcos del sistema capitalista. Esta combinación de factores es lo que da un carácter transicional, no acabado al partido que se ha formado. Los partidos no se construyen con recetas prontas, formulas de escritorio, sin vida, sin dinámica, sin conflictos, y sin aprendizajes. Son construcciones vivas, al calor de la lucha de clases. Apostar e incidir sobre la dinámica que hay en ella como ha sido la tradición histórica de la corriente de la cual nosotros y el PSTU provenimos es un deber evidente.

**Es tiempo de cambiar**

Lamentablemente el PSTU se alejó de este proceso cuando las condiciones para concretarlo se alcanzaron. Fue por una profunda lógica política vinculada a su idea que "el partido ya está construido y solo se trataba de sumar a los radicales al mismo". Lógica

política que solo se puede justificar en artículos como "el vendaval", lógica política que lleva al sectarismo. En medio de una realidad tan rica en la que todos estamos aprendiendo hay condiciones para cambiar y evitar una política sectaria. Nosotros queremos que eso ocurra, para que de esa manera se sumen sus fuerzas a la construcción de una alternativa anticapitalista revolucionaria. La del PSTU sería sin lugar a dudas una importante contribución.

Por eso estamos polemizando. También para que se superen prácticas políticas que hay que dejar de lado y poder enfrentar con mayores fuerzas la nueva situación. Sería bueno comenzar por dejar de lado los epítetos, intentar políticas comunes para fortalecer los organismos de la clase, de la juventud y en ese marco llevar las discusiones fraternales. Por supuesto eso exige un cambio. Hay que reconocer que no se puede hacer una nueva herramienta política sin el respeto a todos las corrientes y sectores, sin el derecho a la expresión de sus ideas y por tanto el derecho a las tendencias.



## Construindo um movimento por um novo partido com influência de massas[1]

Coordenação do Movimento Esquerda Socialista (2004)

A ruptura encabeçada pelos chamados parlamentares radicais tem uma importância significativa, histórica. É certo que novas levas de simpatizantes, amigos e militantes deixarão o PT, sobretudo quadros médios e militantes, não tanto parlamentares e menos ainda cargos executivos. A crise da esquerda petista, por exemplo, é gritante. A ausência de discurso é total, porque já ninguém pode realmente acreditar na possibilidade de se resgatar o PT, ao mesmo tempo em que o discurso em defesa do socialismo no interior do partido se mostra cada dia mais vazio, já que não tem nada que ver com o que faz todos os dias o governo federal petista. O entusiasmo com o qual Lula e o governo brasileiro foram recebidos pela Internacional Socialista, dirigida pela velha social-democracia europeia, hoje convertida em agente do capital imperialista europeu, durante seu congresso realizado em outubro em SP, foi mais do que demonstrativo do real significado do *New PT*.

### O peso da ruptura

Está aberta uma nova situação no país, ou pelo menos na esquerda brasileira. A ruptura atinge setores da sociedade que acompanham a política, percebem a discordam da mudança do PT. Uma parcela das massas com consciência reformista começa a romper ao perceber justamente o governo Lula como um governo de contrarreformas. Tal fato, como veremos logo adiante, tem muita importância para a orientação que devemos seguir.

Considerando as parcelas mais ativas da classe trabalhadora podemos dizer que são milhares os que se afastam do petismo. O desafio de aglutiná-los começa já. Mais uma razão

1 Originalmente publicado em fevereiro de 2004 como capítulo do documento *Por uma oposição de esquerda socialista com influência de massas*, publicado pela direção do Movimento Esquerda Socialista como subsídio para os debates do Movimento da Esquerda Socialista e Democrática, o Movimento por um Novo Partido, que levaria à criação do PSOL meses depois. Transcrição para a revista Movimento: Pedro Enrico.

para que a expulsão dos parlamentares tenha se transformado no momento decisivo na ruptura com o PT, a ponte de qualidade capaz de marcar um antes e um depois da expulsão na história desse partido que foi o maior partido de esquerda da América Latina e que se converteu em seu contrário. O processo de ruptura no PT aprofundou crises no PSTU e mesmo no PSB, no qual setores socialistas começam a discutir a necessidade de um novo partido.

Como dizíamos nas notas do MES de dezembro de 2003, resumindo, três questões interligadas se destacam, não necessariamente nessa ordem, para marcar a importância da ruptura encabeçada pelos parlamentares:

a) O peso próprio dos parlamentares (Luciana Genro, Babá e João Fontes são expressões de massas em seus estados e conhecidos e respeitados em todo o país, enquanto a senadora Heloísa, além do peso de massas qualitativo em seu estado – que lhe colocava como favorita na disputa da prefeitura de Maceió –, tem uma representatividade que dialoga com parcelas de massas em todo o país);

b) Foram acompanhados por representativos intelectuais da tradição de esquerda – que antecipam, tal como as folhas das árvores – a direção dos ventos das lutas sociais e da organização da esquerda socialista;

c) O ano que terminou forneceu um lastro social fundamental aos movimentos dos chamados radicais não apenas porque ocorreu um descontentamento genérico com o governo por parte dos servidores públicos, mas porque os servidores realizaram uma poderosa greve nacional. Então, essa ruptura tem um lastro social organizado na base do funcionalismo público. Inúmeros sindicalistas, dirigentes da greve nacional da previdência – a mais forte da história do movimento – assumiram a ruptura com o PT e articulam uma alternativa política.



**Entramos num novo ciclo longo**

Entramos num longo ciclo longo de reagrupamento e reorganização da esquerda socialista e do movimento dos trabalhadores, cujo desafio estratégico é a construção de um bloco social e político anticapitalista e anti-imperialista e um novo partido capaz de traduzir a experiência das classes trabalhadoras em suas lutas, apoiá-las, incentivá-las, sempre tratando de desenhar um programa de emergência capaz de enfrentar a terrível crise social, a terrível situação do povo pobre. Esta estratégia passa hoje por construir uma oposição de esquerda ao governo Lula com intervenção nas lutas, com participação eleitoral e com um projeto econômico alternativo para o país e uma proposta de poder dos de baixo para implementá-la.

A construção de uma nova alternativa partidária é um processo. Um novo partido, socialista e anticapitalista com influência de massas não se decreta, nem se constrói do dia para a noite. Ao mesmo tempo é preciso evitar um erro tão ou mais grave: diluir a necessidade da construção de uma alternativa política, um novo partido dos trabalhadores que seja uma superação do PT. É preciso, portanto, uma ampla discussão entre os que romperam com o PT agora e os que já haviam rompido antes, para pôr de pé uma nova ferramenta. Uma discussão paciente, que respeite as diversidades de consciências e experiências e que busque os pontos comuns para alavancar um movimento por uma nova alternativa. Em nossa opinião esta nova alternativa precisa ser um partido porque este é o instrumento daqueles que lutam pelo poder político. E uma nova alternativa tem que ter como horizonte a luta pelo poder dos de baixo, conta a dominação dos capitalistas.

Somos conscientes de que não é um desafio fácil. Mais adiante abordamos algumas de nossas maiores dificuldades. E o apoio dado a Lula e ao governo por amplas parcelas do povo num certo sentido não é mais complicada. O governo segue apoiado, como muitos governos burgueses o foram, mas mesmo seus dis-

cursos populistas, mesmo a habilidade e o carisma pessoal de Lula não conseguem deter a erosão de uma parte da histórica base social do PT. Os funcionários públicos foram os mais significativos, mas o distanciamento atinge mais setores, como refletem os ecologistas descontentes com a liberação dos transgênicos (o desligamento de Gabeira foi parte disso) ou os familiares dos desaparecidos políticos quando veem a capitulação do governo diante dos crimes dos governos do regime militar ou ainda como Luís Eduardo Soares, ex-secretário de segurança, cuja demissão, motivada pelas pressões no Ministério da Justiça pela continuidade da política de segurança do governo anterior, levou a seu desligamento do partido.

Mais importante ainda é o descontentamento geral que a continuidade do arrocho salarial, do desemprego, da vida cada vez mais difícil vai provocando em milhões de trabalhadores. O apoio dado ao governo pela maioria do povo, portanto, não impede a existência de um espaço social à esquerda. Este espaço já existe hoje e pode se ampliar. O PT é um partido de costas para o futuro.

**Algumas dificuldades – a necessidade de enfrentar o ceticismo**

Assinalar este contexto e olhar a construção do novo partido nesta perspectiva geral não é sinônimo de diluição das dificuldades que temos pela frente. Elas são muitas e de vários tipos. No momento, basicamente duas nos parecem as maiores: primeiro, o ceticismo geral de parcelas do povo que, ao perderem a confiança no PT, perdem a confiança na política e na esquerda em geral. Trata-se apesar de tudo de uma dificuldade superável. Embora sejamos também atingidos pelo descrédito de parcelas do povo, há no Brasil uma razoável força de consciência associativa e uma importante movimentação das classes subjugadas pelo capitalismo para que possamos forjar nossas forças na construção e no interior destas lutas e experiências.



Parte do mesmo processo, só que com características mais graves por sua natureza menos dinâmica, é o ceticismo daquelas parcelas da superestrutura política de esquerda que ajudaram a construir o PT ou acompanharam sua experiência. Então, os reflexos da experiência com o PT deslegitimando as ideias socialistas na consciência de uma parcela do povo atingem também a superestrutura. Um fenômeno que, guardadas as devidas proporções e diferenças, lembro o desânimo representado em parcelas da esquerda quando caiu o muro de Berlim, quando desmoronou o chamado socialismo real, ou o socialismo realmente inexistente. Os sucessos ou insucessos de partidos e agrupamentos que atuaram por fora do PT ao longo destes anos também trabalham no mesmo sentido. Para todos acaba pesando o desânimo com o PT somado aos dez anos de ofensiva do neoliberalismo.

Um segundo problema é nossa capacidade de organização, a debilidade das correntes envolvidas na ruptura/reorganização. Nenhuma das correntes organizadas que decidiram romper ou que estão trabalhando por um novo projeto tem uma sólida estrutura nacional de quadros. A ausência destas estruturas logicamente não pode ser suprida por parlamentares – por mais populares, talentosos e esforçados que sejam, nem por intelectuais, por mais importantes que sejam suas contribuições. Assim, a debilidade das forças em questão impede a ocupação plena do espaço existente, em nossa opinião considerável, o que às vezes induz a conclusões equivocadas de que o espaço é pequeno, completando o ciclo vicioso, realimentando o ceticismo, a sensação de que não se pode fazer nada ou de que temos que partir do zero, de que praticamente não há acumulação teórica, política ou organizativa que se possa aproveitar. O crescimento de cada uma das correntes consideradas isoladamente tem sido também um fato evidente, mas nenhum crescimento deste tipo é capaz de resolver esta lacuna, esta ausência de uma força organizada nacional sem um trabalho unificado, num espírito de partido, onde as tendências, subtendências, grupos, etc., encontrem um marco comum

de atuação. Onde os militantes sem tendência tenham espaço e capacidade real de intervenção. Este é o desafio. Única forma de ir resolvendo a contradição entre o espaço existente e nossas forças para organizar a influência do movimento por uma alternativa. Único caminho para evitar a dispersão.

Tal desafio de trabalho unificado é uma necessidade não apenas para ocupar os espaços que se abrem para um projeto a esquerda do PT. Trata-se de uma resposta correta ao processo de reagrupamento em curso na esquerda brasileira. Um processo que tem dois trilhos, dois pontos nos quais se estrutura a possibilidade de convergência: o primeiro, a rejeição ao social-liberalismo do governo petista; o segundo, a compreensão da natureza democrática, aberta, ampla, do movimento por um novo partido, o que se materializa no direito de existência de tendências, entre outras medidas. O PSTU, por exemplo, faz parte do acordo em relação ao primeiro ponto. Recusou-se, porém, em relação ao segundo, optando por seguir seu caminho em faixa própria, centrado na autoconstrução. Pelo menos por enquanto.

**Relação classe-vanguarda e partido**

A situação atual exige uma discussão sobre a relação dialética entre classe/movimento/vanguarda e partido. O PT se construiu defendendo reformas progressivas. Sempre sustentamos que uma parte importante delas eram inviáveis nos marcos do capitalismo. O governo petista não deixa de ser uma confirmação pela negativa desta inviabilidade. Afinal, para serem aceitos pelos capitalistas, ao invés de lutar pelas reformas antes defendidas – e se bater de frente com o sistema – resolveram aplicar as políticas dos capitalistas, em verdade as chamadas contrarreformas.

Assim, a experiência com o governo Lula tem levado a ruptura de parcelas de massas da classe trabalhadora cujo avanço de consciência atingiu no máximo a necessidade de reformas, de melhorias no nível de vida do povo sem se pôr a necessidade e a



inevitabilidade da mobilização de massas para impor estas medidas via uma guerra sem quartel contra a classe dominante que pacificamente não abrira mão de seus privilégios. Tal ruptura de massas logicamente encontra representação na superestrutura e na vanguarda. Setores de massas com esta consciência refletem a evolução da luta de classes no Brasil e de sua vanguarda. Constatado este processo vale uma definição: esta consciência favorável à defesa de reformas, de aumentos salariais, de combate à corrupção, aos privilégios, de medidas de soberania nacional, de distribuição de renda, etc., é enormemente progressiva. E partes importantes destes setores romperam e estão rompendo com o PT. O real componente de massas da ruptura petista tem esta característica.

As bandeiras históricas do PT, patrimônio da esquerda em geral, como a luta contra o FMI, contra a ALCA, por melhores salários e condições de trabalho, contra os bancos, em defesa da reforma agraria, entre tantas outras, são constituintes do nível de consciência destes setores. E tais bandeiras apenas podem realizar-se enfrentando o sistema. Por isso não temos um nível de consciência estático, mas em movimento, com possibilidades de saltos em sua compreensão da necessidade de um enfrentamento contra o capital e seus representantes políticos e militares.

Os trabalhadores mais conscientes da necessidade destas bandeiras para garantir uma melhoria de suas vidas são a base social deste novo projeto. E eles são muitos. No momento em que o PT assumiu o social-liberalismo, a construção de uma esquerda socialista ganhou peso. As necessidades concretas empurram neste sentido, assim como as forças sociais que de uma forma ou de outra tratam de encontrar sua representação política própria. Um novo partido, portanto, responde a uma necessidade social, não as elaborações deste ou daquele intelectual, grupo político ou reformador social.

Não ter uma política para canalizar este setor significa renunciar a ter uma política para influenciar o movimento de massas. O movimento por um novo partido tem a obrigação de representá

-los se não quer simplesmente expressar uma vanguarda com posições revolucionárias e uma ínfima minoria dos trabalhadores, tão reduzida numericamente que termine resultando num movimento sem laços sociais fortes e acabe no sectarismo pragmático.

Buscar representar os setores cuja consciência não ultrapassou o estágio da consciência reformista – e não apenas os mais avançados, com consciência revolucionária – porém, em nossa posição, não significa acomodar o movimento por um novo partido ao nível de consciência destes setores de massas e não apresentar uma política capaz de fazer esta consciência se desenvolver. A ponte para o avanço destas parcelas das massas se encontra precisamente numa plataforma com reivindicações de emergência anticapitalista e no chamado a mobilização pelas mesmas como única saída para os problemas dos trabalhadores. Encontra-se numa plataforma que se defina claramente em oposição de esquerda ao governo Lula.

No começo da construção desta ponte entre a consciência das massas e a necessidade da luta pelo poder da classe trabalhadora, o texto do 19 de janeiro é fundamental. Por isso o movimento por um novo partido começa com uma sólida base política

**A estratégia do MES**

Ao impulsionarem a construção de um movimento por um novo partido, setores revolucionários da esquerda petista, entre os quais se localizava nossa corrente, colheram como resultado um papel novo e relevante no cenário nacional no desenvolvimento da organização política dos trabalhadores em geral e do movimento socialista brasileiro em particular. A responsabilidade é ainda maior quando se sabe que o processo de reagrupamento em curso no Brasil tem repercussões em realinhamento da esquerda na América Latina e Europa.

Sabendo que o movimento pelo novo partido está apenas dando seus primeiros passos, enfrentando inúmeras debilidades e



poderosos inimigos – em primeiro lugar o governo, que não quer o desenvolvimento do novo partido – o MES como corrente política tem uma definição estratégica clara: apostar todas as energias de nossa corrente na construção do movimento por um novo partido. Tal partido não é um passo tático para a construção no futuro de outro partido a partir da acumulação de forças de nossa corrente isoladamente considerada ou em fusão com outras devemos e queremos construir o MES e inclusive avançar em unidades orgânicas com outras correntes envolvidas neste projeto comum que tenham afinidades superiores conosco e vice-versa. Afinal, as correntes, as tendências, apenas devem existir separadamente se sua existência se justifica por razões políticas muito claras.

Nossa construção como corrente, como já dissemos, esta subordinada às necessidades do novo partido. Esta será a prioridade de nossos quadros. Construirmos o MES para construir o partido. Nossa prioridade é captar para o novo partido. Garantir o jornal do novo partido, o funcionamento de suas direções e de seus núcleos. O MES existe para isso, para desenvolver o movimento pelo novo partido. E nossa estratégia é a construção deste movimento como um partido revolucionário com influência de massas, instrumento necessário para dirigir uma revolução socialista triunfante no Brasil e que seja parte da revolução latino-americana e mundial. Não escondemos esta estratégia e estamos convencidos de que a derrota do projeto do novo partido seria uma derrota que retardaria esta estratégia por décadas. Assim a responsabilidade dos empenhados neste projeto é imensa.

Somos conscientes também de que o movimento por um novo partido ainda não é revolucionário. Confiamos, porém, na dinâmica da luta, no aprendizado da classe e de sua vanguarda. A dinâmica da luta de classes será cada vez mais anticapitalista, com lógicas repercussões num movimento anticapitalista, ponto de confluência de revolucionários de distintas tradições, que não alberga no seu interior nenhum aparelho burocrático de privilegiados ligados à defesa do regime. Teremos assim um partido que

não pode ser reduzido a uma definição de partido centrista precisamente porque será um movimento inacabado, em formação, não um partido. Será um movimento progressivo em forma de partido assim que consiga a legalidade. Tampouco será uma frente porque, felizmente, sua constituição tende a ir muito além do que uma soma de agrupamento.

Na construção deste movimento não renunciamos à defesa de um programa revolucionário. Mas quando há possibilidade de se vincular com o movimento de massas aprendemos com Marx que as ações valem mais do que os programas. Em nosso caso concreto, entretanto, não se pode ir nem tanto ao céu nem tanto a terra. O movimento pelo novo partido não tem influência de massas. Mas pode ter. A questão posta para os revolucionários é a seguinte: colocar como eixo de sua intervenção neste movimento as definições programáticas e a concepção revolucionária de partido de combate centralizado ou integrar a defesa destas bandeiras no interior de um processo mais amplo, aberto, respeitando as diferenças e apostando no desenvolvimento de um movimento unitário a partir de pontos de consenso, de medidas anticapitalistas emergenciais, tratando de consolidar estas medidas como patrimônio do movimento e o método da mobilização como eixo ordenador da intervenção. Nós claramente fazemos a segunda opção.

Neste marco vamos fraternalmente debater nossas posições, nossas concepções marxistas revolucionárias que justificam nossa existência como corrente organizada no interior da unidade mais geral pelo novo partido. Apenas assim será possível construir um partido revolucionário com influência de massas. O PSTU, por exemplo, é o extremo da primeira opção, a tal ponto que atualmente tem com eixo criticar o movimento tal como existe em seu atual estágio de desenvolvimento.

E para desenvolver o movimento é fundamental buscar os pontos de acordo. A plataforma do dia 19 de janeiro foi fundamental neste sentido.



**O triunfo do texto votado no dia 19 de janeiro – Construamos a oposição ao governo Lula**

Os pontos programáticos do movimento pelo novo partido, em nossa opinião, devem resgatar muito dos pontos dos programas originais petistas e muitas das bandeiras anticapitalistas e anti-imperialistas que o PT contribuiu para tornar popular. Bagagem não apenas do PT, mas da esquerda brasileira em geral. É um acúmulo de consciência ainda preservado por parcelas da classe trabalhadora, malgrado os esforços da cúpula petista para os diluir e os liquidar.

Não subestimamos, porém, os estragos provocados pela falsa consciência. Os dirigentes oportunistas da direção petista trabalham todos os dias com suas possibilidades de manipulação amplificadas pelos mecanismos oferecidos pela máquina do Estado burguês que estão hoje administrando para cortar as bandeiras petistas de combate da memória dos trabalhadores. Sabemos, portanto, das dificuldades para fortalecer estas bandeiras no movimento de massas, para torná-las críveis para milhões de trabalhadores depois da decepção petista. As bandeiras anticapitalistas que são parte da tradição da esquerda brasileira em geral são nosso *link* com estas parcelas, assim como os parlamentares são também uma expressão deste *link* com o qual surge o movimento por um novo partido.

A plataforma aprovada dia 19 de janeiro responde na construção deste elo ao apresentar uma série de medidas de emergência anticapitalistas e anti-imperialistas e ao definir com clareza o movimento por um novo partido como oposição ao governo Lula, um governo que o documento define como a serviço da burguesia. O texto aprovado então é uma base com pontos de programa sólidos para começar a construção do movimento por um novo partido, um movimento, aliás, que pode ter forma de partido durante todo um período. De nossa parte temos manifestado abertamente que o novo partido tem que ser contra a colaboração de classes, ser anticapitalista, socialista, privilegiando a luta direta, que chame de modo permanente a mobilização e o

enfrentamento contra os poderosos e a burguesia. Tais questões estão postas no texto.

Na mesma linha do documento do dia 19 e tratando de dar mais abrangência ao mesmo, com bandeiras que podem muito bem encontrar uma acolhida consensual entre as forças do novo partido, apresentamos sinteticamente algumas medias programáticas de emergência, algumas já tocadas no texto do Rio de Janeiro, outras subentendidas e que vale a pena explicitar. O fazemos para ajudar na elaboração e com objetivo de sistematizar um plano de emergência comum.

**I) Para combater o desemprego**

Como parte do combate contra o desemprego, é fundamental a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários. Trabalhar menos para que todos trabalhem! Esse foi um lema da CUT, hoje abandonado pela direção da Central e que deve ser retomado. Além disso, é hora de exigir um plano de obras contra o desemprego. O dinheiro do país, ao invés de ser drenado para o pagamento da dívida externa, deve ser direcionado para a construção de casas populares, de hospitais, escolas, para conservar e ampliar a infraestrutura nacional. Além disso, é importante acrescentar o combate contra a reforma trabalhista e sindical proposta pelo governo. A reforma sindical é a preparação para a reforma trabalhista à medida que primeiro tenta subordinar completamente os sindicatos para depois implementar os ataques atingindo diretamente o nível de vida e as condições de trabalho de toda a classe.

**2) Aumento geral de salários e reposição das perdas**

Além do desemprego, é preciso combater o arrocho salarial. A renda média dos brasileiros teve queda de 16% em 2003. Sem recomposição dos salários, não há distribuição de renda efetiva. Por isso também somos aqueles que apoiam as greves dos



trabalhadores por suas reinvindicações salariais. O controle sobre a produção das grandes empresas mostrara que os lucros capitalistas são enormes e que os salários estão cada vez mais arrochados. Basta!

**3) Reforma agrária, essa luta é nossa! Terra para quem nela trabalha e quer trabalhar!**

Atualmente, nem mesmo a grave questão agrária tem sido atacada. O Brasil é o país dos latifúndios e o governo segue sem defender uma verdadeira reforma agrária. Vivendo na beira das estradas, milhares de sem-terras famintos, sequer recebendo as cestas básicas prometidas, partem para a ocupação de terras, de prédios públicos e de estradas. Para poder comer, muito não encontram outra saída senão nos saques. Apesar disso, as verbas para reforma agrária não aumentam.

**4) Apoio às lutas dos trabalhadores rurais sem terra. Apoio ao MST em todas as lutas pelas reivindicações camponesas. Apoio ao MTL no Triângulo Mineiro! Prisão para os latifundiários que armam suas milícias contra o povo! Demissão do ministro Roberto Rodrigues, representante do latifúndio no governo!**

Como se fosse pouco, os latifúndios montam suas brigadas paramilitares, armam seus jagunços até os dentes. Em 2003 foram mais de 50 trabalhadores rurais assassinados. Quase três Eldorado do Carajás, quando 17 sem-terras foram assassinados durante o governo FHC. O governo não desarma o latifúndio nem o pune. E o ministro da Justiça se limita a dizer que ninguém pode atuar fora da lei, esclarecendo que a utilização de empresas de segurança devidamente registradas é permitida. Por sua vez, o ministro da Agricultura, representante do latifúndio no governo, incentiva a defesa armada das propriedades rurais.

**5) Combate à corrupção**

O governo, então, não tem cumprido os contratos com o povo e zela pelos contratos com os grandes capitalistas e com o FMI. Governa com os inimigos de sempre do PT, como Sarney, o PL, o PTB, o PMDB e até o ex-PDS. Governa através do pacto nacional com os governadores, com os do PFL e do PSDB na linha de frente. Para agradar seus novos aliados esconde para baixo do tapete os escândalos de corrupção, tanto os bilionários, como o do Banestado, como os do neopetismo no caso dos gafanhotos em Roraima. Agora vemos o escândalo envolvendo quem foi o principal assessor parlamentar do governo e a operação abafa CPI conjunta com Sarney e ACM, especialistas neste assunto, a serviço do *New PT*. Além disso, organiza um Conselho de Desenvolvimento, um dos fóruns de promoção do pacto social, composto por vários empresários devedores da previdência. O combate à sonegação passa também pela prisão dos sonegadores e dos políticos e empresários que remetem dinheiro ilegal para o exterior, como os 30 bilhões de dólares do escândalo do Banestado. Por sua vez, o Congresso Nacional realiza convocações extraordinários inúteis apenas para agradar a maioria dos parlamentares. Também vemos as denúncias de políticos envolvidos em esquemas de corrupção de todo o tipo e até em trabalho escravo. O Movimento pelo Novo Partido tem uma bandeira sem manchas. Temos moral para exigir investigações e punições dos escândalos de corrupção. Para exigir CPI e impulsionar comissões independentes de investigação.

**6) Fora FMI! Controle de câmbio e de capitais! Suspensão do pagamento da dívida externa!**

Como parte da política de capitulação do governo para os interesses do capital financeiro, o país segue pagando as dívidas externas e internas para os bancos. Tem feito um esforço de superávit draconiano para garantir o pagamento de bilhões de dólares todo o ano. E mesmo assim a dívida não para de crescer. Enquanto isso os capitalistas brasileiros seguem especulando com títulos brasileiros no exterior e mantem bilhões de dólares nas suas contas nos bancos dos EUA e dos paraísos fiscais. É preciso romper essa lógica. Centralizar o câmbio e controlar a saída de capitais. É preciso dizer não ao FMI e ao acordo da ALCA, encabeçando um chamado pela constituição de uma frente dos países devedores, em particular em unidade com a Venezuela e a Argentina.

# **TEORIA:** GRAMSCI, MARCUSE E A EDUCAÇÃO

# Ideologia, política radical e os desafios da educação nas reflexões de Antonio Gramsci e Herbert Marcuse

Maycon Bezerra e Juliano Niklevicz[1]

Pensar as tarefas da educação contemporânea não é tarefa fácil aos marxistas. Em primeiro lugar, porque Marx não desenvolveu de modo pleno uma concepção de educação, ainda que tenha delineado a partir de seu método, análise e conceitos o que poderíamos chamar de uma "pedagogia da práxis", formulada indiretamente sob o solo da teoria revolucionária. Em segundo lugar, porque pensar a nossa realidade sob o enfoque das tarefas da educação e na esteira do marxismo exige entrar em contato com a tradição do pensamento crítico e contrahegemônico em suas diferentes formulações, atualizando-os a um presente dinâmico e rico em contradições. Tendo em vista esta tarefa, em consonância com o perfil desta revista, é que o presente ensaio foi elaborado: como disse Roberto Robaina na ocasião do lançamento da revista em Porto Alegre, um *esforço de resistência do marxismo*.

A ideia é refletir sobre a teoria e a prática da educação contemporânea tendo em vista um propósito imperativo que unifica diferentes escolas de pensamento forjadas sob o marxismo: o objetivo da emancipação humana e a necessidade da superação do capitalismo. Convidamos para este debate alguns pensadores que, apesar de viverem numa época semelhante na juventude, são de escolas distintas e produziram obras que dificilmente vemos cruzadas num diálogo, ainda que tratem de problemas comuns e atuais: o pensador e militante comunista italiano Antônio Gramsci e o filósofo alemão Herbert Marcuse.

É curioso notar, a despeito da falta de interesse recíproco entre ambos, que a proximidade destes pensadores não se restringe apenas ao tempo e ao espaço, mas também aos enfrentamentos políticos que se dispuseram a realizar durante um conturbado pe-

1 Maycon Bezerra é mestre em educação pela UFF, professor de sociologia do Instituto Federal Fluminense e da Rede Emancipa RJ – movimento social de educação popular e militante do PSOL/RJ. Juliano Niklevicz é mestre em filosofia pela UERJ, professor de Filosofia da Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenador da Rede Emancipa RJ e militante do PSOL/RJ.

ríodo do século XX. Enquanto, de um lado, não só Marcuse mas também Adorno e Horkheimer, judeus exilados da Alemanha nazista, se propuseram a formar o Instituto de Pesquisa Social com o intuito de repensar ulteriormente o marxismo a luz das mudanças do capitalismo e do avanço da ciência e da técnica, problematizando assim a cultura de massas nas sociedades industriais civilizadas, tanto a partir da identificação de novos sujeitos históricos com espírito e sensibilidade mutilada, quanto a partir do infeliz desfazimento constante da crítica radical perante um sistema que satisfaz necessidades manipuladas sob a lógica da mercadoria; por outro lado, como dirigente do partido comunista no início da década de 1920, e pensador comprometido não só com uma reflexão crítica do presente mas, sobretudo, com a formulação de um programa revolucionário, Gramsci constrói de modo singular e distinto dos seus contemporâneos alemães a estratégia teórica e prática para se pensar as contradições da cultura capitalista, não somente como uma forma de expressão e organização sistemática da hegemonia e do controle social e político dos "de baixo", a partir de seus "intelectuais orgânicos" e das "agências" de disseminação ideológica, mas ainda como palco da luta pela construção da contrahegemonia nas suas diversas trincheiras, da arte à política e, entre elas, a educação. Isso indica que há um terreno fértil de articulações possíveis entre estas escolas que vale a pena ser investigado, seja pela afinidade, seja pelo desencontro[2].

A obra que marca para a tradição de Frankfurt a desconfiança radical da racionalidade civilizada que é fruto do capitalismo industrial, e que serve de base para a crítica da cultura e da educação, é a *Dialética do Esclarecimento* (1944). Escrita por Adorno e Horkheimer sob a sombra do nazi-fascismo, na penumbra de um movimento político que além de devastar objetivamente a Europa solapou também as esperanças mais otimistas no progresso da razão, a obra se pergunta sobre o motivo que fez com que o desenvolvimento da cultura ocidental tenha se conduzido ao colapso social e a barbárie. O "desvario político" que era observado com terror deveria ser explicado não apenas pela instrumentalização da miséria material ou por fatores meramente econômicos, mas, sobretudo de um ponto de vista filosófico, pela crítica do percurso do esclarecimento, que desde a revolução francesa, da busca da *"saída do homem de sua menoridade da qual ele mesmo é culpado"*, como diz Kant, até o capitalismo totalitário em sua face estatal ou "democrática", sucumbiu no avesso de si mesmo. O tema dialético da "autodestruição da razão", para esses autores, cujo signo máximo foi o Estado nazista, mas que nem de longe se restringe a um único povo ou formação social-institucional, se prolonga às sociedades democráticas contemporâneas e só pode ser verdadeiramente entendido se olharmos para a constituição do sujeito nas sociedades industriais avançadas, nas quais o "cerceamento da imaginação teórica" é um subproduto do progresso tecnológico, imposto e ocultado pela cortina ideológica do capitalismo para esconder a "desgraça real" como condição da dominação.

Neste horizonte de questões, principalmente para Marcuse, a pergunta sobre as tarefas da educação aparece. Ainda que o filósofo fale do lugar da academia e não da militância, a constante interlocução com movimentos sociais radicais, movimento negro e feminista de libertação, movimento ambientalista e, sobretudo, movimentos de juventude, junto com seu apoio irrestrito mas crítico a diversos grupos que se revoltavam contra o sistema de dominação do capital, deixam evidente um traço particular sobre a teoria e a prática que o diferencia de outros colegas de instituto, e por isso justifica sua retomada teórica para a presente reflexão.

## A crítica do poder da ideologia

Gramsci, ao longo de sua vida e, especialmente, na condição de prisioneiro sob a tutela do regime fascista de Mussolini,

2 Infelizmente, Gramsci faleceu em 1937, algum tempo após ser libertado da prisão. A correspondência temporal entre os autores se dá, portanto, apenas na juventude. Marcuse terá a oportunidade de desenvolver sua teoria observando o avanço do capitalismo até o ano da sua morte, em 1979. A tentativa de aproximação que aqui se pretende não pode servir para esconder as diferenças de formulação e de horizonte estratégico entre estes autores, pelo contrário. Queremos combinar e articular conceitos que possam, mesmo em oposição, orientar a prática em educação.

se preocupou em lançar luz sobre a ideologia, a dimensão mais propriamente superestrutural da dominação burguesa e, ao mesmo tempo, da estratégia e prática revolucionária socialista. Ainda que não seja necessário concordar com a integralidade de suas formulações, o fato é que sua reflexão sobre o lugar da hegemonia e sobre o papel dos intelectuais no âmbito da luta de classes e da transição ao socialismo põem em uma nova condição a preocupação emancipatória nos marcos da práxis educativa, e também a preocupação educativa nos marcos da práxis emancipatória e revolucionária.

Segundo Gramsci, na esteira do pensamento de Marx, a dominação de uma classe sobre o conjunto da sociedade exige mais do que a simples coerção pelo uso da força ou pela ameaça da violência. As massas populares precisam ser, permanentemente, "domesticadas". Tal como disse Marx ao afirmar que as ideias dominantes são sempre as ideias da classe dominante, Gramsci reafirma este postulado e eleva-o a um nível radical de concretude, buscando na realidade de seu tempo e no processo histórico os modos pelos quais essas "ideias" da classe dominante se tornam "ideias" dominantes, sendo assim, instrumento privilegiado da própria dominação de classe. Por essa trilha, chega à compreensão de que a dominação dessas ideias pressupõe determinadas estruturas, agências e sujeitos, diretamente envolvidos na reprodução de tal dominação.

A categoria marxista da ideologia é também o ponto de partida de Marcuse, para quem o pensamento hegemônico não só precisa de agências, estruturas e sujeitos, mas materializa a dominação ideológica no complexo aparato tecnológico e científico, como se estes, tendo o capital como sujeito oculto, ganhassem um tipo de autonomia em ditar padrões de comportamento e pensamento. Tendo em vista que tal engenho e aparato precisa ser reconhecido e reproduzido por cada indivíduo para poder legitimar-se, a reflexão de Marcuse indica que este mecanismo no interior das sociedades altamente desenvolvidas introduz *novas formas de controle*, que invadem a esfera da subjetividade para além da dominação da consciência, sendo a "dominação interiorizada num grau inaudito" no sujeito, em sua sensibilidade e impulsos elementares, o que faz com que "os homens sintam como suas necessidades e seus próprios fins aquilo que de fora é impregnado neles". É nesta direção em que o filósofo fala em uma espécie de *segunda natureza*, indicando que "a cultura é mais do que ideologia (...) é um processo de humanização". Ainda que Marcuse vá além, podemos aqui de modo esquemático pontuar alguns dos conceitos essenciais.

Entre a articulação de diferentes tradições da filosofia, a profícua combinação de conceitos da psicanálise de Freud com a teoria de Marx sem dúvida aparece como central. O motivo é o esforço de Marcuse em entender os sujeitos contemporâneos a partir dos modos como a ideologia é subjetivamente reproduzida. Em seu livro *O homem unidimensional* (1964), talvez sua principal obra, aborda as novas formas de "integração" do homem à sociedade industrial avançada e *unidimensional* (particularmente a sociedade norte-americana) em três aspectos principais: primeiro, no âmbito da *política,* a partir de um elevado padrão de vida administrado, que proporciona bem-estar social na medida que suaviza e gratifica a existência, distribui as mercadorias e apazigua potenciais de revolta e negação[3]. Segundo, no âmbito da cultura, na medida que os elementos de oposição, sublimação e transcendência, antes possibilitados pelo acesso à obra de arte e à "alta cultura", são liquidados ou parcialmente invalidados conforme se realiza sua distribuição em grande escala e absorção pela sociedade unidimensional[4], ao mesmo tempo em que a produção cultural central é hegemonizada pelo capital para sua autoreprodução. Por fim, no âmbito da sexualidade, onde a liberalização sexual incentivada pela civilização é um subproduto das formas de controle político-econômicas, e a satisfação que gera submissão à racionalidade tecnológica é completamente permitida e incorporada pela ordem sem qualquer risco, concretizando assim um tipo de gratificação erótica reduzida, mas liberalizada, que serve para coesão social[5] . Na verdade, nenhuma

3 Cf. Marcuse, p. 40, 41, 42, 1973 [1964].
4 Cf. Marcuse, p. 80, 81, 82, 1973 [1964].
5 Idem, p. 82, 85, 86.

destas esferas pode ser entendida separadamente; se o sistema é total, o modo como afeta os sujeitos é total e dialeticamente articulado.

À segunda e terceira forma de integração corresponde a predominância do fenômeno chamado dessublimação repressiva. Segundo Marcuse, tal conceito opera a partir da identificação imediata dos desejos com os objetos disponíveis à sua satisfação. Em outras palavras, se entendermos o conceito de sublimação que Marcuse resgata de Freud como a possibilidade de satisfação pelo desvio da pulsão sexual direta, e seu direcionamento para outras funções de valor e caráter social, de gratificação e prazer pela mediação, transcendência da imediaticidade, então a "dessublimação repressiva" é entendida como uma adaptação, acomodação e incorporação do sujeito, tanto na esfera sexual como cultural, que se caracteriza pela liberalização e amplo acesso direto aos objetos do desejo sempre mais disponíveis. A consequência deste mecanismo é o sentimento de aumento de liberdade – da sensação de liberdade – de satisfação e gratificação imediata, enquanto se intensifica a dominação[6]. A satisfação e gratificação se tornam repressivas, pois sustentam uma ordem que precisa manipular a dimensão mais intima dos sujeitos: as pulsões.

Assim como Marcuse, mas a sua maneira, Gramsci parte do conceito marxista de Estado e de ideologia, como expressão política da dominação de classe, e, portanto, como um projeto histórico e social que pode ser superado, incorporando a esta ideia a concepção de "Estado ampliado" que desenvolve, além dos aparatos jurídico-governamentais propriamente ditos, também aquele sistema de estruturas, agências e sujeitos – estatais e privados – responsáveis pela supremacia dos modos de percepção, explicação e apreciação da realidade constituídos desde a perspectiva da classe dominante e funcionais a sua dominação. Desse modo, a dominação burguesa aparece a Gramsci como resultado da operação simultânea de vários complexos institucionais, a partir dos quais se exerce a coerção e a hegemonia que estabelecem as sociedades burguesas

6 Cf., idem, p. 83



enquanto o que são. No entanto, para Gramsci, essa dominação burguesa não é absoluta. Apoiada sobre contradições fundadas em sua base econômica, ela não se impõe, portanto, como uma jaula de ferro histórica aos de baixo. As classes subalternas são capazes de construir sua auto-emancipação ideológica, política e social, porque sua condição material é contraditória com a concepção de mundo hegemônica que incorporam e professam explicitamente. Segundo a tese de Gramsci, na resistência prática à degradação de sua condição material, as massas populares podem alcançar a coerência revolucionária entre essa sua condição e uma nova concepção de mundo, forjada a partir do seu próprio ponto de vista social concreto. Essa nova concepção de mundo, cujo desdobramento é a "filosofia da práxis", emerge a partir da crítica - prática e teórica - das massas populares à ordem estabelecida e ao senso comum que lhe serve de amálgama.

Essa noção de "Estado ampliado" implica uma atividade de persuasão permanente por parte da classe dominante, através de seus intelectuais (os "funcionários da hegemonia"). Essa atividade é tão complexa, dinâmica e institucionalizada quanto a atividade propriamente político-governamental. Tanto o exercício da hegemonia (direção) por parte da classe dominante, como a construção de uma nova hegemonia, a partir da práxis revolucionária das classes subalternas, em torno de um projeto e uma vontade autenticamente popular, consistem em processos cuja natureza é essencialmente pedagógica. Ou seja, a luta de classes possui uma dimensão educativa que é uma de suas dimensões constitutivas inerentes e decisivas. Por aqui, a reflexão de Gramsci atribui à educação, realizada dentro e fora da escola, um papel estratégico na reprodução do status quo e, ao mesmo tempo, fundamental para a autoemancipação dos trabalhadores e dos demais setores sociais oprimidos pela ordem burguesa.

O pressuposto material para construção desta autoemancipação ideológica é, como dissemos, a existência de uma oposição concreta entre a condição material da classe explorada, seu

estado de vida como um todo, e a classe dominante, o outro a ser derrotado. Neste ponto, Marcuse traz uma reflexão de valor sobre o tema da formação de consciência das massas populares. Para ele, em determinados períodos históricos e sob certa conjuntura de estabilização – como, por exemplo, a que ocorria nos EUA nos anos 50 e 60 – a classe trabalhadora se encontra em condição material de maior satisfação de carências e necessidades (ainda que sejam falsas necessidades), e por isso, não é suficiente adquirir *conhecimento* e ciência de sua situação e dos demais. Noutras palavras, não basta ter *consciência* e instrução do saber acumulado socialmente, mesmo que numa perspectiva crítica, pois ainda que a diferença entre patrão e empregado, entre os de cima e os de baixo, entre dominação e servidão, seja talvez maior do que em épocas passadas conforme se efetua o desenvolvimento capitalista, as contradições do capitalismo estão sendo levadas cada vez mais a uma forma eficientemente manipulável devido à enorme produtividade e ao progresso técnico. Não se pode deixar de dizer que esta tese reflete um período de *Welfare State* que, de certo modo, tem se mostrado cada vez mais frágil e quebradiço do ponto de vista econômico, se observarmos as constantes ondas de crises que o capitalismo atravessou desde 1973 até o momento atual, o que implica mudanças visíveis nesta "estabilidade integrada"[7]. O avanço tecnológico, no entanto, não oscila na mesma lógica, se mantendo a despeito das variações do sistema.

Neste novo registro, a classe que sempre representou a negação viva do capitalismo, que é em si sua antinomia pela própria lógica da organização social exploradora, é suspendida de tornar-se para si a negação da burguesia, elevar-se em classe revolucionária, pois foi se tornando cada vez mais integrada num sistema que entrega as mercadorias, satisfaz anseios por ele mesmo criados, fabrica falsas necessidades, dá prazer e "realiza" os sujeitos. Se pudermos ser pessimistas, teríamos de nos perguntar: ainda faz sentido falar no sujeito clássico que deve ser a negação absoluta da ordem quando ocorre que "os sujeitos nesta sociedade realmente se encontram a si mesmos nos seus automóveis, aparelhos de televisão, gadgets, jornais e politicos?" . Para Marcuse deve-se desconfiar da existência óbvia deste sujeito no mundo contemporâneo, já que "este é um mundo de identificação – não são mais objetos mortos que se opõe aos indivíduos como se fossem estranhos" .

7 Em 1964 Marcuse dá ênfase as tendências de estabilização e integração, minimizando as tendências de crise e oposição. Se trata de um acento histórico. Mais tarde, ainda na mesma década, a perspectiva da nova oposição radical mudará este quadro.



Neste novo registro, a classe que sempre representou a negação viva do capitalismo, que é *em* si sua antinomia pela própria lógica da organização social exploradora, é suspendida de *tornar-se para si* a negação da burguesia, elevar-se em classe revolucionária, pois foi se tornando cada vez mais integrada num sistema que entrega as mercadorias, satisfaz anseios por ele mesmo criados, fabrica falsas necessidades, dá prazer e "realiza" os sujeitos. Se pudermos ser pessimistas, teríamos de nos perguntar: ainda faz sentido falar no sujeito clássico que deve ser a negação absoluta da ordem quando ocorre que "os sujeitos nesta sociedade realmente se encontram a si mesmos nos seus automóveis, aparelhos de televisão, *gadgets*, jornais e politicos?"[8]. Para Marcuse deve-se desconfiar da existência óbvia deste sujeito no mundo contemporâneo, já que "este é um mundo de identificação – não são mais objetos mortos que se opõe aos indivíduos como se fossem estranhos"[9].

Apesar destas condições não poderem ser traduzidas de modo imediato para a situação dos países não desenvolvidos (como o próprio Marcuse não cansa de frisar a respeito da diferença de caracterização quando se olha para o "terceiro mundo"[10]), e apesar de que ela não pode servir de justificativa para a resignação (isso significaria ter uma leitura a-histórica, reificando a teoria), a ponderação do filósofo de Frankfurt deve ser levada em conta quando vemos que o processo de automação crescente do siste-

8 Trecho da palestra Perspectivas do socialismo na sociedade industrial avançada, de 1964, disponível no livro A grande recusa hoje, organizado por Isabel Loureiro, 1999.
9 Idem
10 Ver introdução de One-dimensional man, e a obra An essay on liberation, p. 56, 1969.

ma produtivo e a inserção via consumo da atual sociedade traz dificuldades, por fazer do trabalhador que conhecemos ao mesmo tempo um objeto/sujeito ativo/passivo da reprodução objetiva e subjetiva do capital, de tal modo que ele tende a se tornar mais reativo do que, realmente, ativo.

Além disso, este exame não implica que não se deva forjar uma base popular e de massas como estratégia revolucionária: "as forças revolucionárias emergem do próprio processo de transformação; a tradução do potencial para o real concreto é trabalho da práxis política"[11]. Todavia, para Marcuse, ser marxista não é proclamar máximas revolucionárias, mas articular a teoria com o presente, validá-la na concretude de realidade. Numa conjuntura marcada pelo descrédito com os partidos políticos, ausência de um partido de massas e pela transformação do partido comunista em um partido socialdemocrata – como ocorreu, por exemplo, na década de 60 e 70 em grande parte da Europa – o que aparece a vista para Marcuse como agente de radical de transformação é menos a classe operária e mais a luta dos estudantes, das mulheres, dos negros e negras, do movimento ambientalista radical, que poderiam inflamar um processo de luta radical que pudesse por sua via dinamizar e despertar o movimento de massas: não coincidentemente, tais elementos mantem um sinal de alerta exemplar para as lutas do presente.

**A Ideologia e a Educação**

Feitos estes primeiros apontamentos, apesar das diferenças de leitura sobre a definição de ideologia entre nossos autores, um traço que unifica o filósofo alemão com o pensador militante italiano é a consideração de que esta, e por isso também a educação se entendida de modo amplo, se processa por toda parte: no ambiente de trabalho, no interior da família, no transporte coletivo, na igreja, e inclusive na escola e na universidade. A partir disso Gramsci elabora uma noção fundamental para nossa proposta, ao dizer, por mais que todas as pessoas estejam permanentemente se educando e educando umas às outras pela interação social, os agentes por excelência dessa prática educativa e hegemônica são os "intelectuais orgânicos".

Mais do que os filósofos e eruditos, a noção de "intelectual orgânico" aponta para os dirigentes e organizadores do modo de vida prático das massas populares sob a ordem burguesa: são administradores, cientistas, engenheiros, juízes, políticos, técnicos, burocratas, gerentes, jornalistas, professores e etc. Para Gramsci, da mesma forma como a dinâmica histórica do capitalismo forneceu à burguesia esses "intelectuais orgânicos", que, por seu lado, elaboram e reproduzem a consciência coletiva burguesa, caberia ao outro lado, o lado das classes populares, juntamente com sua práxis inconformista e crítica, fomentar os seus próprios "intelectuais orgânicos", capazes também de sistematizar um sentido teórico e prático de classe, independente e revolucionário.

O "intelectual orgânico" dos de baixo é, para Gramsci, tanto o "homem do povo" que entre os seus organiza, mobiliza, dirige e educa; expressando nas suas ideias e na sua conduta uma outra concepção de mundo, coerente com sua condição concreta, operando como eixo em torno do qual seus pares adquirem força coletiva, firmeza de vontade e independência intelectual e moral; como também o "homem de letras" ou o educador escolar comprometido de modo militante com o projeto hegemônico dos trabalhadores, voltado à sua emancipação. Como e enquanto educador escolar, expressando, difundindo e agregando em torno de uma nova concepção político-pedagógica, esse "intelectual orgânico" cumpre um papel decisivo no processo de construção de uma nova hegemonia popular e revolucionária.

Este entendimento do papel e importância do intelectual é igualmente nuclear para Marcuse, ainda que não enfatize a questão da educação das massas populares, fato que diz muito

11 Marcuse, p. 79, An essay on liberation, 1969.

do lugar de onde fala e para quem fala[12]. Ainda assim, ganha relevo a chamada "revolução cultural", que seria melhor designada como "revolta total" contra os modos de vida, arte, cultura e conhecimento, e contra a organização e a hipocrisia socialmente normalizados na sociedade burguesa. Esta revolta é posta em prática prioritariamente pela juventude, movimento ambientalista, pela luta das mulheres e do movimento negro, mesmo com todo radicalismo por vezes deslocado e inconsistente. Estes são, sem dúvida, a contra-força mais avançada contra o sistema de coisas, justamente na medida em que promove e direciona sua ação para o terreno da emancipação política da sensibilidade embotada: ou seja, a construção de novas formas de ver, sentir, ouvir e viver. Tal revolta é pulsional, e repudia com "ódio visceral" a "unidade de opostos" alienada e alienante presente no Establishment, entre violência e beleza, prazer e horror. Marcuse sublinha, de modo esperançoso, que nos movimentos de revolta em geral, a longo prazo, "a dimensão política não poderá continuar divorciada da estética[13], nem a razão da sensibilidade, o gesto da barricada do gesto de amor".

O fenômeno da rebelião que estava presente não só no maio francês, mas que hoje está nas ruas exigindo outro tipo de cultura, de cidade, de relação humana fraterna e solidária, tem urgência de se politizar, dar o salto de sua revolta pulsional para a revolta política organizada. Neste salto, diz Marcuse articulando o conceito de ideologia, o movimento certamente encontra resistência de vários lados, não só da força contrarrevolucionária,

12 Aqui é importante fazer uma ressalva histórica: diferente da época de Gramsci, o fato é que a década de 60 é marcada não só pela crise da esquerda tradicional e dos métodos ortodoxos de fazer política, como também pela articulação de uma *Nova Esquerda* que surge e desencadeia um novo tipo de *espontaneidade organizada*, ao mesmo tempo em que atropela as velhas estruturas burocráticas de partidos e sindicatos. O maio francês é emblemático neste sentido, pois levou mais de dez milhões de trabalhadores às ruas a partir de reivindicações que começaram dentro da universidade, e que sofreram a resistência não só do governo, mas, sobretudo, do PC francês e seus braços sindicais engessados, que só no último momento decidiram somar forças aos estudantes em marcha, buscando orientar e dirigir o movimento. Essa ponderação explica, mas só em parte, a ênfase de Marcuse na universidade, que pode ser estendida à educação da juventude nas escolas em geral, e o papel marginal dado à educação das massas.

13 Em *Eros e Civilização* Marcuse crítica uma designação de estética usualmente conhecida como "enfeite", "decoração". Bem diferente, para ele, a dimensão estética é intimamente ligada a sensibilidade, pois existe "uma associação intima entre prazer, sensualidade, beleza, verdade, arte e liberdade – uma associação revelada na história filosófica do termo estético" (p. 133, 1955). Neste sentido, pode-se dizer que a dimensão estética para Marcuse possui uma "afinidade essencial com a liberdade na sua expressão política"; ela é a "ciência da sensibilidade".



mas também na base conservadora do povo. Isso ocorre pois, por vezes, a revolta dos setores de consciência mais avançados é impopular, e só conseguem obter o desprezo da massa popular. É evidente a possibilidade de que a grande maioria das pessoas de senso-comum e dos trabalhadores rejeitem este ódio, esta radicalidade, esta negação de valores e inversão dos padrões da vida tradicional, pois os "rebeldes se permitiram fazer aquilo que as pessoas têm de abandonar e reprimir". No entanto, Marcuse opera com "tendências", que podem ou não se confirmar no decurso concreto de seu desenvolvimento. O próprio movimento quando se educa pode abrir novas possibilidades de educar para além de si em direção a consciência política para ação radical, servindo então de catalizador das lutas populares como um todo quanto mais consegue ampliar-se em direção aos setores do povo – "a rebelião dos instintos ter-se-á convertido numa força política somente quando for acompanhada e guiada pela rebelião da razão".

Se pensarmos no imbricamento entre ideologia e educação, na esteira de Marcuse, quem tem a condição real de "educar" as massas, e o faz continuamente, é a sociedade administrada, a grande mídia hegemônica, a linguagem oficial do *Establishment*, a cultura de mercado e o ascetismo empreendedor que é característico do espírito do capitalismo. É justamente por isso que, não só na França, mas também na Alemanha, onde não havia ainda uma integração social aguda, uma *sociedade afluente* tão intensa como ocorria nos EUA, o papel da liderança intelectual juvenil terá destacado valor político. Ao retomar a definição de Ernst Bloch, de que o "intelectual é alguém que se recusa a fazer compromisso com os dominantes", Marcuse dá ênfase à juventude intelectual radical que está em luta ao mesmo tempo dentro e fora das universidades, pela democratização interna e externa ao *campus*, contra a tecnocratização do saber e a arcaica educação tradicional: este é, para ele, o setor mais avançado e capaz de articular uma crítica política à cultura hegemônica, à sociedade de classes e ao sistema de valores e funções como um todo, podendo ser-

vir, quando bem politizada e sucedida, de impulso catalizador das lutas populares pela libertação. Marcuse fala de "uma educação para mudança radical", tarefa dos intelectuais e estudantes comprometidos em dar um novo sentido à prática pedagógica: "uma educação que não permanece na sala de aula, não fica dentro dos muros da universidade, mas que espontaneamente se expande em ações, em prática coletiva"[14]. Uma educação, tampouco, que atua somente fora da universidade visando destruí-la, o que seria um grande equívoco político e estratégico, já que dentro das instituições existentes precisa-se avançar pela construção de uma verdadeira formação cultural crítica (Bildung) contra o treinamento profissionalizante e alienante, que conduz à aceitação cega dos imperativos do mercado.

Numa curiosa aproximação com a concepção gramsciana (claro que não se pode pôr o sinal de igual), tanto o dirigente juvenil como o intelectual, para Marcuse, devem possuir aqueles atributos do "intelectual orgânico" do povo, conseguindo articular a resistência e a revolta dentro da universidade mas, sobretudo, reconhecendo as limitações da sua própria atuação, buscando apoio das massas populares, carregando e politizando o movimento estudantil de dentro para fora, para os guetos, movimentos de bairro, para a rua, tendo como critério a luta contra o *Establishment*.

Se com a reflexão de Marcuse podemos avançar na disputa por outra universidade comprometida com a emancipação, o pensamento de Gramsci, sem dúvida, adquire relevância e merece maior aprofundamento por conceber que a educação escolar é uma esfera estratégica para a construção da hegemonia dos de baixo. Isso porque, dentro da ordem capitalista, a escola precisa operar de modo a *integrar* as crianças e jovens ao universo prático, normativo e simbólico da vida social sob a lógica do capital. Nesse sentido, a escola se estabelece como um espaço de luta simbólica, de um lado, entre a cultura científica e secularizada representada, de modo geral, pelo patrimônio de saberes acumulados historicamente e transpostos à escola na forma dos conteúdos do ensino e, por outro lado, a cultura do senso comum popular, que combina, em uma totalidade incoerente, os saberes avançados nascidos, sobretudo, da experiência prática sistematizada e internalizada, com elementos de uma concepção de mundo de natureza mágico-religiosa, tradicionalista e/ou pragmático-imediatista.

Desenvolvendo sua elaboração no contexto em que se processa a reforma educativa na Itália de seu tempo, Gramsci dirige sua atenção para o modo como as exigências impostas pela modernização capitalista da sociedade italiana fazem com que a escola elitista e tradicional, com sua pedagogia "humanista", "desinteressada", mas fortemente dogmática e autoritária, seja confrontada a partir de duas perspectivas "modernizantes" distintas: de um lado, pela pedagogia do espontaneísmo naturalista e, por outro lado, pela pedagogia utilitarista do ensino profissional. Gramsci acompanha a crítica ao caráter autoritário, dogmático e apassivador da escola tradicional, sem, entretanto, aderir ao espontaneísmo da pedagogia liberal. Da mesma maneira, reconhece a obsolescência do ensino meramente "desinteressado", praticamente ornamental e vivo apenas enquanto formação de elites. Por outro lado, denuncia o elitismo presente também na concepção dualista que busca direcionar a juventude popular para a escola meramente profissional, baseada numa perspectiva pedagógica extremamente diretiva e utilitarista, que reduz a formação humana ao plano do imediato, condenando o futuro das classes trabalhadoras à reprodução mecânica de seu passado e presente submetido e alienado.

Para Gramsci, a dissociação entre teoria e prática é o centro da debilidade educativa da escola burguesa, em todas as suas vertentes, quando questionada do ponto de vista do projeto hegemônico das classes populares. A escola tradicional, enquanto escola de elites, representa um mundo social em desagregação. Nos marcos da ordem capitalista, o conhecimento "em si" – e não "para algo" –, como enciclopedismo diletante, perde cres-

**14** Entrevista com Marcuse, A revolução de 1969, p. 71, 1999

centemente seu valor prático e sua funcionalidade como objetivo da educação. No entanto, com relação à sua dinâmica de ensino, voltada à apropriação de noções concretas explicativas do mundo natural e histórico-social, cada vez mais abrangentes, essa escola estaria fundada - ainda que de modo inconsistente - no princípio pedagógico do trabalho como mediador entre o ser humano, a cultura e a ciência. Os ataques dirigidos pela pedagogia espontaneísta e naturalista à escola tradicional, recusando o ensino das noções concretas e substituindo-as pela "pura educatividade" do "aprender a aprender", considerando a diretividade do processo pedagógico como absolutamente nociva e apostando em uma crença no autodesenvolvimento espontâneo da personalidade individual do educando, tomado abstratamente e desconectado da história e de seu meio social, representam muitos passos para trás, ao invés de qualquer avanço.

Neste sentido, ainda com Gramsci, a incapacidade da pedagogia espontaneísta em perceber o desenvolvimento da humanidade, em cada ser humano concreto, como um processo social fundado na história, a leva a recusar o papel da educação escolar como meio de promover essa humanidade sócio-histórica nos educandos, juntamente com eles, através dos conteúdos do ensino e da mediação do educador e da coletividade escolar. Isso implica que a educação espontaneísta que objetiva desenvolver o puro "aprender a aprender" nos jovens, privando-os do ensino de noções concretas para a partir das quais possam fazer uma reflexão crítica sobre sua realidade, não faz mais do que reproduzir as profundas desigualdades culturais (e políticas) de classe, porque enquanto a infância e a juventude das classes superiores estão espontaneamente imersas em uma cultura letrada e erudita, própria ao seu meio social extraescolar, os filhos das classes populares não podem contar, em seu meio, com a mesma riqueza de noções sistemáticas para a compreensão e apreciação de seu mundo. Sendo o conhecimento uma forma de poder, o resultado prático dessa pedagogia espontaneísta é neutralizar a capacidade da escola de



democratizar o acesso das crianças e jovens das classes subalternas a esse importantíssimo recurso de poder.

Por este modo, a pedagogia espontaneísta e naturalista, originalmente uma corrente de pensamento ligada ao individualismo pequeno-burguês, encontrou eco ao longo do século XX (e ainda encontra hoje) em algumas correntes políticas que afirmam sua vinculação ao socialismo. Essa "ultraesquerda" do pensamento pedagógico cede à tentação simplista de clamar pela imediata destruição da escola burguesa, em todos os seus elementos, e pela supressão de todos os vestígios da cultura burguesa, afirmando sobre seus escombros, de uma vez por todas, uma "cultura proletária" nova, imaculada, sem nenhuma vinculação com o passado e produzida a partir da mente genial de seus proponentes. Gramsci, assim como Lênin e Marcuse, combateu duramente esse fetiche teórico. Para ele o comunismo é o resultado do desenvolvimento de toda a história da humanidade. A cultura comunista não é o oposto absoluto da cultura burguesa: cultivada como uma flor de estufa, fora da história. Mas é sim a superação crítica e dialética da cultura burguesa. Dessa maneira, o desenvolvimento entre as massas do povo de uma cultura verdadeiramente comunista depende, dentre muitos outros fatores econômico-sociais, de que sejam capazes de uma apropriação crítica da cultura burguesa, não de sua recusa ou "abolição".

## O educador, a autonomia e a prática radical

Se retomarmos o início do trabalho, balizando-nos pela noção de *esclarecimento e emancipação* como o projeto irrealizado da modernidade, vemos que a concepção de Marcuse pode ser coadunada em pontos importantes à tese Gramsciana sobre o valor da educação como um todo. A emancipação concreta nascida da teoria marxista, para ambos os autores, só pode ser pensada pressupondo a superação desta sociedade e desta ordem de dominação. Gramsci dirá que a emancipação do indivíduo se dá somente

a partir da emancipação coletiva, de sua classe, na qual o indivíduo se realiza e emancipa a si mesmo neste decurso; Marcuse, por sua vez, ainda que não negue este imperativo, coloca a ênfase no sujeito e nos setores radicais não integrados. Se é assim, uma possível síntese deste caminho que projete na realidade educativa a correta compreensão dos nossos desafios só pode vir à tona pela convicção de que a escola e a universidade são espaços de contradição nos quais é necessário fazer a disputa por outro tipo de sociedade e por outro tipo de *indivíduo*. Isso nos impõe que consigamos exercer uma prática pedagógica diferenciada, comprometida com a emancipação, onde forma e conteúdo formem uma síntese dialética: uma pedagogia da *emancipação total por meio da educação política radical!*

No que diz respeito ao legado de Gramsci, nos marcos da escola burguesa, os educadores socialistas devem travar uma verdadeira "guerra de posições". Disputando "trincheira a trincheira" o sentido da prática educativa que nela se desenvolve. Devem ser o elemento consciente capaz de fomentar nos estudantes - e no conjunto do coletivo escolar - os meios para a autoconsciência de sua condição, limites e possibilidades. Vinculados ativamente à luta de classes que se desenvolve na totalidade social abrangente, os educadores socialistas devem mediar a tradução do "verdadeiro", do conhecimento sistemático, para o "certo", do pensamento popular. Com uma intencionalidade explícita, devem chamar os estudantes à organização, à mobilização, à crítica prática e teórica, como método pedagógico. Devem ajudar a evidenciar, pela ação comum, os limites impostos pela institucionalidade de uma ordem social de classe, presentes – e muito – na própria escola. Devem contribuir para que a comunidade escolar assuma o controle político e pedagógico da escola, em um sentido público e democrático, fomentando que se queira e que se faça o mesmo com o país.

Reunir e organizar os profissionais da educação em torno de uma nova concepção político-pedagógica, organicamente



articulada com o projeto hegemônico da classe oprimida, deve ser também, segundo Gramsci, o objetivo permanente do partido político socialista. Como instância de articulação e organização coletiva dos contingentes militantes envolvidos na construção da nova hegemonia, o partido deve buscar reunir os educadores escolares, profundamente estratégicos em função de seu número e de sua inserção institucional; e estes podem encontrar no partido, o centro de irradiação de uma nova concepção de mundo e de educação, no interior da qual o significado histórico e social concreto de sua atividade, então vinculada ao movimento total de auto-emancipação das classes subalternas, suba à superfície de sua consciência e anime sua vontade, rompendo com a rotina burocrática alienada e alienante que absorve a vida escolar e o trabalho docente, nos marcos da ordem burguesa.

Assim, a escola precisa ser capaz de lutar para promover a formação de *personalidades* críticas, autônomas e democráticas, e isso apenas pode se realizar através do próprio exercício da crítica, da autonomia e da democracia. Precisa lutar porque é disso que se trata, a escola deve ser consciente da luta cultural que trava contra os elementos de tradicionalismo, de superstição e de particularismo imediatista presentes no senso comum popular. Na era das comunicações de massa (sob rígido controle político e ideológico burguês) e do reencantamento religioso do mundo, carregado de obscurantismo, a luta cultural da escola deve ser cada vez mais consciente, para que ela esteja à altura do desafio posto. Dessa maneira, a promoção do exercício da crítica ao senso comum, revelando a origem de seus condicionamentos e estimulando a busca por um nível mais elevado de coerência entre teoria e prática, é o caminho no qual a atividade pedagógica escolar numa perspectiva emancipadora deve orientar a personalidade que avança no sentido da autonomia intelectual e ético-política. A educação democrática para a democracia deve se expressar em uma escola que reflete de modo abrangente a dinâmica de sua vinculação ao drama histórico real da luta pela autoemancipação popular, contra

a tirania exclusivista da dominação burguesa.

A tradição liberal sempre postulou seus conceitos sobre uma base abstrata e idealizada. Também na educação, o ideal de construção da autonomia é desligado da vida real e hipostasiado no espírito reflexivo. Mesmo assim podemos partir da crítica a este conceito para resgatar o núcleo radical da ideia de autonomia. A partir do legado de Marcuse podemos tomar como imperativo a necessidade de uma *nova personalidade*: o estudante crítico, autônomo, *sensível* e comprometido com a tarefa da emancipação. Marcuse acentua que se a situação de miséria, dor e desumanidade dos povos pode ser *até pensada* sem que isso engendre necessariamente o impulso à ação radical pela mudança, tanto por causa do véu ideológico como pelas benesses que o sistema oferta e se alimenta, então o *cogito* não pode ser o único foco da educação. Assim se origina a ideia fundamental de uma *educação estética,* que dispõe o processo educativo em dois sentidos principais: a emancipação da *consciência e da sensibilidade*.

A consciência não está apartada do corpo, do olhar, do ouvir, do sentir: ela própria concebe a si mesma através da mediação da sensibilidade, daquilo que desprezamos e amamos, desejamos e odiamos, do que gratifica e repulsa. Isso indica que só é possível uma educação emancipadora na medida em que ela se dirija também à sensibilidade, e só é possível uma educação estética na medida em que ela se converta numa educação política, que possa disputar os valores que se materializaram na sensibilidade e se tornaram uma *segunda natureza*. Neste palco de disputa e de conflito que é a segunda natureza, somente politizando o corpo e a sensibilidade podemos romper com a administração pulsional que não permite a libertação da consciência, e somente disputando diariamente a consciência pela crítica e pela solidariedade, pela reflexão e pela vivência de outras formas de relação, ela pode enxergar-se e libertar-se a si mesma.

Se, de um lado, o trabalho árduo da reflexão crítica possibilita que com que se revele uma realidade opressiva caricaturada como gratificação e satisfação, por outro, a chance de intervir, entrar, invadir o espaço padronizado de comportamentos e valores sedimentado quase instintivamente se dá pela libertação da *imaginação*, aquela faculdade mediadora da razão e da sensibilidade. Isso significa, para Marcuse, dar voz à potência criadora da fantasia como aquela que é capaz de plantar raízes de uma *nova sensibilidade*, não-repressiva, avessa a qualquer autoritarismo e barbárie, construída e experienciada então pela prática coletiva na tentativa da construção de novas relações humanas já nesta sociedade. Contudo, Marcuse insiste na ideia de que não há libertação satisfatória dentro dos marcos do capitalismo. Estamos fadados à uma *consciência infeliz*[15]: sentimos e sabemos das possibilidades reprimidas, das promessas traídas, da felicidade geral não realizada, da falsa liberdade do todo. Apesar disso, ou justamente por isso, nossos esforços têm de ser realizados numa direção clara de superação desta sociedade a partir da práxis, da organização revolucionária e da educação revolucionária.

É importante dizer, ainda, que não se pode de modo algum entender a ideia de uma educação estética como um pressuposto para o irracionalismo. Não se trata de negar a razão como a faculdade essencial de compreensão da realidade, mas de reconhecer que a razão não é uma categoria pura, mas histórica, cravada no tempo, no espaço, no corpo, que de maneira alguma paira incólume aos valores hegemônicos que foram enraizados nas dimensões pulsionais: se trata, para Marcuse, de estabelecer e pujar um novo conceito de *Razão* ligado à *Eros* – uma razão sensível que guie a construção de uma *nova sensibilidade*. Na esteira do que seu colega Adorno escreveu em *Educação após Auschwitz* (1965) – mantendo aqui em suspenso as divergências políticas de ambos

**15** Este conceito é uma das figuras mais famosas da fenomenologia do espírito de Hegel, e é um momento resultante do desenvolvimento da experiência da consciência quando esta atinge o plano da consciência-de-si. De modo genérico – ainda que sobre Hegel não seja indicado abreviações – a figura da consciência infeliz pode ser entendida como uma consciência duplicada ou cindida para si mesma, um momento de oposição interiorizado no seio da própria consciência-de-si. Para Marcuse, ela revela um tipo de sujeito raro nas sociedades unidimensionais, que "conserva a consciência infeliz do mundo dividido, as possibilidades derrotadas, as esperanças não concretizadas e as promessas traídas". A "consciência feliz" seria, ao contrário, a figura da consciência constituída e alicerçada a partir da "dessublimação repressiva".

sobre a relação entre teoria e prática[16] –, Marcuse vislumbra um tipo de educar que não reverencia o sofrimento e não se honra pela severidade, mas se fundamenta politicamente no princípio da não-indiferença ao outro, da solidariedade. As aulas do dia-a-dia devem ser pensadas como expressão já agora desta outra forma da realidade: uma prática democrática, não-autoritária e não-indiferente, que possa ser signo de exemplo daquilo que se deve construir. Uma utopia, tanto no sentido de ser um não-lugar-comum, mas, sobretudo, como adiantamento do futuro.

**Apontamentos sobre a realidade brasileira**

No que se refere especificamente à questão educacional na sociedade brasileira, o desafio elementar de garantir o acesso universal à educação básica, ainda está distante de ser superado. Em um estado como o Rio de Janeiro, cerca de 30% dos jovens estão fora da escola (e fora do mercado de trabalho). Estamos em pleno século XXI, dando combate por uma demanda típica do final do século XIX e início do século XX. No contexto histórico de um capitalismo dependente e periférico, como o brasileiro, no qual a superexploração do trabalho, como princípio estrutural de acumulação, exige uma firme limitação do precário espaço democrático às maiorias populares, a escolarização em massa nunca foi um compromisso efetivo da classe dominante. Além do mais, essa inserção dependente e periférica do país na divisão internacional do trabalho também leva a que sejam abandonadas as tarefas educativas ligadas à promoção de uma elevada capacidade intelectual inventiva entre os jovens, inerentes que são às necessidades científicas e tecnológicas de um padrão autônomo de desenvolvimento econômico e social, reservado, no entanto, aos países centrais na ordem capitalista internacional.

No momento atual, quando, sob os impactos da longa crise econômica internacional do capitalismo, a burguesia impõe um duro ajuste espoliativo ao país – dilapidando nossos recursos naturais e setores econômicos estratégicos, saqueando nosso fundo público e desmantelando os direitos trabalhistas e sociais do povo – a precarização da educação pública, em todos os níveis, a conduz à beira do colapso e do desmonte. O sucateamento da estrutura física das escolas e universidades; a profunda desvalorização das condições salariais, de carreira e de trabalho dos profissionais da educação (além da desvalorização simbólica); bem como o abandono dos estudantes à sua própria sorte; parecem configurar uma nova etapa, fortemente regressiva, da relação da burguesia que nos governa com a pauta da educação das maiorias. Tudo indica a adoção, pelos de cima, de uma perspectiva ainda mais exclusivista e imediatista na condução dos destinos do país, destituída de qualquer projeto nacional digno desse nome, o que, por consequência, aponta para a marginalização do tema da educação pública em sua agenda. A privatização e mesmo a militarização das escolas públicas, que surgem no horizonte das políticas educacionais no país, refletem a dramaticidade do quadro.

Nesse contexto, aqueles que são permanentemente esquecidos, negligenciados e ignorados no debate educacional erguem sua voz e sua ação, exigindo participar diretamente das decisões que afetam seu presente e futuro, tomando nas próprias mãos suas escolas, suas universidades e seu destino. Ao lado das muitas lutas sociais e greves (com forte ativismo dos profissionais do ensino) que se espalham pelo país desde 2013, os estudantes – em especial os secundaristas – a partir do ano passado, se lançaram a uma ofensiva de mobilização em defesa da educação pública, através do método e da política de ocupação das escolas. Várias centenas de escolas, em diferentes estados do país, foram ou seguem ocupadas pelos estudantes, que não apenas se valem

**16** Sobre as divergências de Marcuse e Adorno vale observar o diálogo por cartas em 1969, pouco antes deste último falecer, nos quais aparece claramente a posição a respeito do movimento estudantil, e da relação teoria e prática. Na ocasião, Adorno havia chamado a polícia para os estudantes que tentavam ocupar o *Instituto* contra a morte de um colega. Marcuse repudia veementemente esta postura, que Adorno volta a defender, rotulando o movimento de "fascismo de esquerda", ao que Marcuse reitera sua crítica ao colega, dizendo que "a ocupação de prédios e interrupção de aulas são atos legítimos de protesto político", que "há situações em que a teoria é impulsionada pela prática, nos quais a teoria que se mantem afastada da prática é ela mesma falsa", e que "eu desesperaria de mim (de nós) se eu (nós) aparecesse do lado de um mundo que apoia ou se cala sobre o genocídio no Vietnã". Estas cartas estão publicadas na obra já citada, *A grande recusa hoje,* 1999.

da inciativa para exercer pressão em favor de suas reivindicações, como também para organizar e gerir, autônoma e subversivamente, o espaço da escola, mesmo enfrentando a truculenta repressão das forças policiais e paraestatais a serviço do status quo.

As lutas se desenvolvem também nas universidades públicas: não apenas gravemente sucateadas e cada vez mais subsumidas no oceano do ensino superior privado, como também dirigidas por uma lógica burocrática, mesquinha e privatista que as distanciam do papel estratégico que teriam a cumprir, diante das urgentes necessidades do país. Mantidas afastadas da integração viva na elaboração de soluções para os grandes dilemas nacionais, em todas as áreas, nossas universidades públicas se rebelam. Através da luta de seus profissionais e estudantes, elas tentam resistir aos duros ataques que sofrem, ao mesmo tempo que esboçam caminhos para uma articulação dinâmica com as lutas das classes subalternas e com as inciativas de auto-organização popular. Por essa mesma via, se estabelecem pontes entre a vanguarda das universidades públicas rebeladas e movimentos de educação popular extraescolar, capazes não apenas de operar como iniciativas de auto-organização voltadas para uma educação colaborativa de base, como também enquanto pivôs de mobilização para a luta pelo direito a um ensino público, gratuito e de qualidade para todos. Como exemplo destacado de uma iniciativa dessa natureza é possível apontar a *Rede Emancipa – movimento social de educação popular,* que se expande pelo território nacional, estabelecendo fecundas parcerias com os setores mais avançado da universidade pública no país.

Nesse cenário de intensa mobilização, a educação pública entra pela porta da frente no debate público nacional. As greves de professores e técnicos educacionais, assim como as lutas estudantis, sobretudo as ocupações de escolas promovidas pelos secundaristas, demonstram que a educação pública está viva, na luta e pela luta. Em muitas ocasiões, as escolas públicas ocupadas se transformaram em polos de articulação das comunidades locais, como na extrema periferia de São Paulo, agregando aos profissionais e estudantes em luta, seus familiares e vizinhos. Mobilizadas e assumindo o protagonismo político na defesa da educação pública como projeto, as escolas e universidades – consideradas como coletividades capazes de tomar posição – exigem o fim do silenciamento e da marginalização a elas impostas pelos representantes políticos, midiáticos e intelectuais da classe dominante, no que se refere à formulação de políticas educacionais. Educadores e estudantes precisam estar na primeira fila dos que elaboram as soluções educacionais para o povo brasileiro, não aceitam mais a condição de objeto passivo das decisões impostas de cima, pelos de sempre.

A luta e a mobilização da educação pública deve prosseguir diante dos ataques anunciados pelo governo ilegítimo, corrupto e antipopular de Michel Temer, cuja missão histórica é das mais indignas: combinar o abafamento das investigações da Polícia Federal contra a corrupção sistêmica da política burguesa no país, com a aplicação dura de um ajuste ultracapitalista contra os trabalhadores. Setores ultrarreacionários que dão sustentação a esse governo, pelo menos enquanto ele ainda consegue unificar razoavelmente a classe capitalista em torno de si, não apenas celebram as medidas anunciadas que buscam atacar os direitos trabalhistas, previdenciários e sociais do povo, e aprofundar a asfixia financeira do setor público, como propõem submeter as escolas a um censura política conservadora, religiosa e anticientífica, incluindo a criminalização dos docentes que "assediarem ideologicamente" seus alunos.

Como as margens das liberdades democráticas são cada vez mais comprimidas pelas necessidades de estabilização de um regime político burguês impermeável às demandas dos de baixo – um fenômeno internacional – o espaço democrático próprio à escola e à universidade pública, principalmente em um contexto de radicalização das mobilizações, incomoda profundamente o *Establishment* e os donos do poder. A rebeldia crescente das escolas e

universidades públicas é vista como séria ameaça por aqueles que se valem da mídia empresarial monopolista e do fundamentalismo religioso como agências decisivas de educação do povo contra seus próprios interesses históricos. Professores, técnicos educacionais e estudantes precisam estar em condições de constituir uma articulação orgânica a nível nacional, assumindo a vanguarda da luta pela defesa, expansão e fortalecimento da educação pública, trazendo outros setores populares junto de si.

Não é mais suficiente a resistência dispersa e pulverizada, ainda que sejam o nosso ponto de partida concreto. Diante da grave crise econômica, social e, sobretudo, política na qual está mergulhado o país, nossas organizações sindicais, estudantis, acadêmicas e científicas precisam ir além na luta pela educação pública contra o privatismo e o obscurantismo. É necessária uma construção coletiva capaz de disputar o debate na sociedade e apresentar uma concepção e um plano próprio para a educação brasileira. É preciso que a esquerda socialista possa se empenhar na construção de uma ampla coalizão nacional em defesa da educação pública. Um instrumento de defesa mas também de ataque, capaz de ser portador de uma nova perspectiva para a formulação da política educacional, em sentido amplo. Uma perspectiva articulada ao projeto radical e contrahegemônico das classes populares, das mulheres, da população negra, do movimento LGBT, da juventude que ocupa escolas e de todos os oprimidos, na crítica e superação de um modelo social de educação voltado para a reprodução dos privilégios de uma ínfima minoria.

Fica evidente a necessidade de garantir uma maior consistência programática às demandas, mais ou menos imediatas e fragmentadas, que emergem do ascenso atual da mobilização de educadores e estudantes. Nesse sentido, parece muito importante resgatar os acúmulos e as sínteses produzidas pela luta do movimento educacional brasileiro ao longo de sua história. Em primeiro lugar, a defesa da constituição de um verdadeiro sistema nacional de educação; efetivamente integrado, democraticamente



gerido e adequadamente financiado, contra a asfixia orçamentária e a desorganização imposta por um ultrafederalismo administrativo combinado a uma extrema centralização dos recursos. Em segundo lugar, a exigência da destinação de recursos públicos exclusivamente para a educação pública e num montante coerente com o nível de importância que possui, de modo a garantir, em curto prazo, a universalização do acesso à pré-escola e à educação básica para as crianças e jovens do país. Fazer a defesa do caráter público, obrigatório, gratuito, laico, democrático e emancipatório da educação nacional. Exigir a universalização do horário integral de ensino na educação básica. Defender a valorização do profissional da educação, assegurando-lhe condições próprias a uma carreira de Estado. Erguer a bandeira da gestão democrática e participativa das escolas pela comunidade escolar. Lutar pela autonomia universitária, com plenas garantias orçamentárias e de toda ordem, para o alargamento do acesso popular e o desenvolvimento efetivo da integração entre ensino, pesquisa e extensão como missão articulada ao desenvolvimento nacional.

Uma educação pública, laica e emancipatória precisa ser capaz de enfrentar o desafio de operar como fator decisivo de descolonização de nosso arcabouço sociocultural, combatendo o racismo profundo e institucionalizado da sociedade brasileira como o que ele é: um poderoso fator de atraso no processo de nossa integração como sociedade nacional e um fundamento estrutural do caráter antidemocrático de nossa sociabilidade. Da mesma maneira, é preciso que a educação incorpore como tarefa a discussão da temática de gênero, recusando a condição de refém e reprodutora de uma bárbara e irracional ordem patriarcal e LGBTfóbica, responsável por um panorama de violência extrema contra mulheres e contra a comunidade LGBT, que coloca o Brasil nos primeiros lugares mundiais em registros dessa violência inaceitável.

Parece incontestável a necessidade de manter vivo esse debate educacional como debate político da esquerda socialista, especialmente em uma conjuntura na qual o aprofundamento da

crise do regime político burguês vai tornando visível, no horizonte, a necessidade de um novo processo constituinte. Precisamos estar bem preparados para enfrentar esse debate que certamente será muito duro, tanto do ponto de vista prático como teórico. As elaborações do pensamento educacional socialista, como as de Gramsci, e as reflexões sobre uma educação emancipadora, como a de Marcuse, podem servir como eixo no âmbito da luta pela educação pública, para a afirmação de uma concepção popular e democrática de educação, capaz de apontar saídas a partir da correlação de forças postas em cada conjuntura. Por fim, é preciso afirmar a importância central de uma educação pública, obrigatória, gratuita, universal, laica, democrática e emancipatória para o aprofundamento, entre nós, de uma vigorosa democracia popular, capaz de assegurar a todo o povo brasileiro as condições existenciais próprias às potencialidades do século XXI. Da mesma forma, no entanto, é imprescindível que possamos estar engajados na construção revolucionária de uma nova ordem política, social e econômica, liberta da tutela dos interesses restritos de uma classe dominante arcaica, antinacional e antipopular, para que possamos garantir que a educação pública adquira, entre nós, a centralidade que hoje não possui e não pode possuir.

**Referências Bibliográficas:**


GRAMSCI, *Antonio. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Cadernos do cárcere* 3, páginas 11-116, 2000.

_____. *Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Cadernos do cárcere II, 2000.

LOUREIRO, Isabel. *Herbert Marcuse – a relação entre teoria e prática.* In: LOUREIRO, Isabel; MUSSE, Ricardo (org.), *Capítulos do Marxismo Ocidental.* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

MARCUSE, Herbert. *An Essay on Liberation*, Boston: Bacon Press, 1969.

_____. *Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de janeiro: Zahar, 1968 [1955].

_____. *Herbert Marcuse: a grande recusa hoje*. Petrópolis: Vozes, 1999, organização de Isabel Loureiro.

_____. *O homem unidimensional. (A Ideologia da Sociedade Industrial.* Rio de Janeiro: Zahar, 1967 [1964])

_____. *Um ensaio sobre a libertação*. Amadora, Portugal: Livraria Bertrand, 1977 [1969].